

Ânima Holding S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e
relatório do auditor independente.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Acionistas e Administradores da
Ânima Holding S.A.
Belo Horizonte – MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Ânima Holding S.A (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Reconhecimento de receita

Conforme descrito na nota explicativa 19, a principal fonte de receita da Companhia e de suas controladas advém da cobrança de mensalidades de alunos matriculados nos cursos regulares de graduação, pós-graduação e cursos técnicos nas modalidades presencial e à distância.

Consideramos o reconhecimento de receita como um principal assunto de auditoria, pois as receitas são decorrentes de grande volume de transações, individualmente de baixo valor, cujos controles internos estabelecidos dependem da manutenção de um adequado cadastro de alunos e precificação dos cursos ofertados, incluindo certas modalidades de descontos e bolsas, integrais ou parciais, aos seus alunos, o que requer a existência e funcionamento de controles internos capazes de garantir que a receita esteja adequadamente reconhecida, líquida de qualquer desconto esperado.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos incluíram, entre outros: (i) entendimento dos controles internos relevantes implementados pela Companhia e suas controladas para o processo de matrículas e manutenção de tabela de preços; (ii) reconciliação dos respectivos relatórios auxiliares com os saldos contábeis; e (iii) inspeção, em bases amostrais, de documentos que evidenciam as transações de receitas com alunos, incluindo: a) contratos de serviços firmados pelos alunos; b) documentações exigidas nas políticas da Companhia e suas controladas para cadastramento do aluno, incluindo certas transações envolvendo os programas do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e do Programa Universidade

para Todos (PROUNI), verificando a efetiva elegibilidade e adesão por meio dos contratos dos alunos nos órgãos competentes; c) comprovantes de liquidação subsequente de boletos de matrícula, mensalidades e acordos; e d) relatórios de frequência de alunos. Como resultado destes procedimentos identificamos ajustes de auditoria não registrados pela diretoria, tendo em vista a imaterialidade sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações incluídas nas notas explicativas.

Baseados no resultado dos nossos procedimentos de auditoria efetuados sobre o processo de reconhecimento de receitas da Companhia e suas controladas, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento de receitas adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 19, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Provisão para perdas esperadas de crédito sobre contas a receber de clientes

Conforme descrito na nota explicativa 6, a apuração do valor da provisão para perdas esperadas de crédito com contas a receber de clientes envolve subjetividade e alto grau de julgamento da diretoria da Companhia. A determinação do valor da provisão para perdas esperadas de créditos com contas a receber de clientes envolve um processo com várias premissas e fatores, incluindo histórico de inadimplência, renegociações, estágio do aluno no curso e avaliação do ambiente macroeconômico e setorial. Adicionalmente, em função do ciclo semestral de matrícula, os alunos que permanecem inadimplentes ao final de cada semestre podem representar um incremento do risco de crédito. A relevância de alunos matriculados em conexão com programa governamental do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) requer da diretoria da Companhia julgamentos de certa complexidade no que se refere a probabilidade de recebimento futuro das mensalidades desses alunos. Consideramos esse um principal assunto de auditoria, pois o uso de julgamentos, premissas e fatores na apuração da provisão para perdas esperadas de créditos com contas a receber de clientes pode resultar em variações significativas dessa estimativa em relação às perdas reais e esperadas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros, o entendimento do processo para apuração da provisão para perdas esperadas de créditos com contas a receber de clientes, incluindo: (i) discussão com a diretoria a respeito das premissas adotadas na determinação das perdas esperadas de crédito com contas a receber de clientes; (ii) conciliação e testes de integridade, em bases amostrais, da base de dados considerada pela diretoria na determinação de tal perda esperada de crédito; (iii) avaliação da razoabilidade das estimativas definidas pela diretoria da Companhia, por meio de reprocessamento dos dados por ela utilizados; e (iv) confronto entre os valores apurados e

contabilizados de provisão.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão para perdas esperadas com créditos de contas a receber, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento e mensuração da provisão para perdas esperadas com créditos de contas a receber de clientes adotados pela diretoria da Companhia, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 6, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Teste de recuperabilidade do ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida

Em decorrência das transações de combinação de negócios realizadas em exercícios anteriores, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, nos montantes registrados de R\$ 3.262.494 mil e R\$ 1.503.954 mil, respectivamente, conforme descrito na nota explicativa 12, os quais estão sujeitos a verificações anuais quanto a sua recuperabilidade (teste de impairment).

Dado que o referido teste de impairment é realizado por meio de projeções de fluxo de caixa descontados para cada Unidade Geradora de Caixa (“UGC”), que envolve alta subjetividade por parte da diretoria na determinação das principais premissas (tais como taxa de crescimento de receita, taxa de crescimento na perpetuidade, margem bruta e taxa de desconto), bem como o montante do ágio e determinados ativos intangíveis com vida útil indefinida, acima descritos, o teste de recuperabilidade foi identificado como um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) o entendimento do ambiente de controles internos sobre os testes de impairment; (ii) testes sobre a integridade dos modelos de fluxo de caixa futuros descontados elaborados pelo especialista da diretoria da Companhia; (iii) comparação das projeções do ano anterior com os respectivos resultados realizados no exercício corrente, como forma de avaliar a efetividade dos planos de negócio e o nível de aderência das projeções realizadas anteriormente; (iv) avaliação sobre a razoabilidade das principais premissas utilizadas pela Companhia durante o horizonte da projeção, incluindo taxa crescimento de receita, taxa de crescimento na perpetuidade, margem bruta e taxa de desconto, comparando as referidas premissas com informações obtidas dos planos de negócios e também aquelas obtidas externamente; e (v) envolvimento de nossos especialistas em avaliação para nos auxiliar na revisão e avaliação das premissas, incluindo taxa de desconto, e métodos utilizados pela diretoria da Companhia nos cálculos dos fluxos de caixa futuros, bem como nos auxiliar com análises de sensibilidade em relação as principais premissas utilizadas nas projeções. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações nas notas explicativas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os testes de recuperabilidade do ágio e determinados ativos intangíveis com vida útil indefinida, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de determinação do valor recuperável do ágio e determinados ativos intangíveis com vida útil indefinida adotados pela diretoria da Companhia, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 12, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e

executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das

demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 12 de março de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/O

Yago Freitas de Paula
Contador MG-091499/O

Aos acionistas,

É com grande satisfação que apresentamos o Relatório da Administração do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhado das Demonstrações Financeiras deste exercício, em comparação com o exercício do ano de 2024.

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatórios financeiros (*International Financial Reporting Standards* - IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

A Companhia entende que é útil para os usuários das demonstrações financeiras apresentar o resultado de suas operações considerando-se determinados ajustes e reclassificações de caráter gerencial. Visando a clareza e transparência para com o leitor do Relatório da Administração, apresentamos no Anexo I deste relatório a reconciliação dessas informações de caráter gerencial com aquelas constantes das demonstrações financeiras.

Sobre a Ânima

Com o propósito de transformar o Brasil pela educação, a Ânima é o maior e o mais inovador ecossistema de ensino de qualidade para o país, com um portfólio de marcas valiosas e um dos principais players de educação continuada na área médica. A companhia é composta por cerca de 360 mil estudantes, distribuídos em 18 instituições de ensino superior e em cerca de 400 polos educacionais por todo o Brasil e cerca de 13 mil educadores. Nossas instituições: UNA, Anhembí Morumbi, UniSociesc, UNIFACS, Milton Campos, São Judas, UNP, UniBH, UniRitter, AGES, UniFG-BA, FADERGS, UniCuritiba, FPB, UniSul, FASEH, UNIFG-PE e IBMR. Integradas também ao Ecossistema Ânima estão marcas especialistas em suas áreas de atuação, como HSM, HSM University, EBRADI (Escola Brasileira de Direito), Le Cordon Bleu (SP), SingularityU Brazil, Inspirali, Community Creators Academy, e Learning Village, primeiro hub de inovação e educação da América Latina, além do Instituto Ânima.

Fundada em 2003, desde 2013 a companhia está na Bolsa de Valores, no segmento de Novo Mercado, considerado o de mais elevado grau de governança corporativa.

Mensagem da Administração

Encerramos o ano de 2025 confiantes com o caminho traçado pela nossa estratégia, em um ano que marca o início da retomada do crescimento sustentável, impulsionado pela qualidade da nossa oferta, com melhoria de serviços aos nossos alunos, valorização do professor e olhar atento para inovação, com alguns exemplos em nossa RETROSPECTIVA 2025, apresentada a seguir. Como resultado conquistamos crescimento de receita líquida em todos os segmentos de negócios, expansão de margens, sólida geração de caixa operacional e consequente redução da nossa alavancagem.

O segmento Core apresentou um crescimento na atração do Ensino Acadêmico de 7,0% em 2025. Este desempenho positivo da atração, aliado ao aumento do tíquete líquido médio (+5,4% *versus* 2024), resultou no crescimento da receita líquida do Ensino Acadêmico (+4,0% *versus* 2024). Ao mesmo tempo em que investimos na qualidade da nossa oferta, seguimos atentos à eficiência do negócio, refletindo na expansão da margem operacional para 38,4% em 2025 (*versus* 37,7% em 2024).

O segmento Ensino Digital segue sua estratégia de reposicionamento de oferta, com cursos de maior qualidade e consequente aumento de tíquete. Como resultado, colhemos 7,7% de aumento no ticket médio em 2025 *versus* 2024 do Ensino Acadêmico. Essa estratégia também levou à melhoria em 6,3 p.p. na evasão do ano *versus* 2024. No 4T25 já vimos os primeiros impactos do Novo Marco Regulatório do Ensino à Distância no Ensino Acadêmico do segmento, com a suspensão da oferta de cursos nas áreas das Engenharias e Licenciaturas a partir de setembro de 2025. A Educação Continuada, por outro lado, apresentou importante aumento na base de alunos, contribuindo para o crescimento de 10,9% na receita líquida do Ensino Digital no ano. Nosso olhar mais atento a oportunidades de melhoria de processos e eficiência neste segmento resultou em uma expressiva expansão da margem operacional para 47,0% em 2025 (*versus* 38,4% em 2024).

Na Inspirali, o ano de 2025 apresentou crescimento de 9,8% na receita líquida, resultado do aumento tanto da base de alunos (+2,6% *versus* 2024) quanto do tíquete médio (+5,0% *versus* 2024) do Ensino Acadêmico, bem como do forte crescimento na base de alunos da Educação Médica Continuada (+81,3% *versus* 2024, impulsionados pela EMR, adquirida em dezembro de 2024), demonstrando a solidez de seus cursos e de sua estratégia. A Inspirali manteve a disciplina de execução, levando a uma estabilidade de margem operacional em 52,8% em 2025 (*versus* 53,2% em 2024).

A combinação destes resultados, somados a um olhar contínuo para nossos processos e despesas corporativas, levaram a um EBITDA ajustado ex-IFRS16 consolidado de R\$ 1.206,8 milhões em 2025, 11,2% superior a 2024, e a uma margem de 30,0%, 1,5 p.p. acima de 2024 (R\$ 261,9 milhões no 4T25, 16,8% superior ao 4T24, com margem de 26,9%, 1,9 p.p. acima do 4T24). Nosso lucro líquido, atribuível aos acionistas controladores, alcançou R\$ 123,8 milhões em 2025, um crescimento de 45,3% *versus* 2024, apesar do crescimento de R\$ 197,6 milhões na despesa financeira consolidada decorrente do forte ciclo de aperto monetário conduzido pelo Banco Central e que esperamos ser arrefecido ao longo de 2026. A forte conversão deste resultado operacional em caixa levou a uma redução significativa na alavancagem, que finalizou o 4T25 em 2,49x dívida líquida ajustada sobre o EBITDA ajustado ex-IFRS16 LTM¹ (*versus* os 2,80x do 4T24).

No 4T25 dedicamos parte dos nossos esforços para o planejamento do início da oferta semipresencial, conforme diretrizes previstas no Novo Marco Regulatório do Ensino à Distância. Fechamos parcerias para o lançamento dos *Smart Campus*, unidades de mil a mil e quinhentos metros quadrados, com infraestrutura de sala de aula, laboratórios e coordenação, onde ofertaremos a partir de 2026 cursos semipresenciais das mais diversas especialidades em adição à oferta desta modalidade nos nossos campi próprios.

Nosso norte está claro: entregar, a cada dia, uma melhor experiência para nossos alunos, nossos docentes e demais *stakeholders*. Agradeço a cada um de nossos milhares de educadores em todo o Brasil, que juntos constroem nossa trajetória de sólidos resultados, enquanto transformam o Brasil pela educação.

Obrigada!

PAULA MARIA HARRACA
Presidente da Ânima Educação

¹ LTM = *last twelve months*, ou últimos 12 meses.

Retrospectiva 2025

À medida que encerramos mais um ano, apresentamos uma retrospectiva dos principais marcos, desafios superados e conquistas que moldaram nossa trajetória ao longo de 2025.

PROGRAMA DE INCENTIVO AO EMPREENDEDORISMO

Começamos o ano de 2025 a todo vapor, lançando o Titans Lab, programa potencializador de startups fundadas pelos nossos alunos, com objetivo de transformar ideias criativas em negócios de sucesso. O Titans Lab nasceu com um diferencial audacioso: dar a possibilidade de nossos estudantes terem de volta até 100% do valor investido em sua formação acadêmica.

Realizamos o piloto do programa em 5 marcas: UAM, FACS, UNICURITIBA, UNIRITTER e UNIBH. Ao todo, foram 60 startups inscritas e 3 finalistas, com aportes previstos para 2026 condicionados à entrega.

EXCELÊNCIA ACADÊMICA E RECONHECIMENTOS EXTERNOS

A qualidade acadêmica é um eixo estruturante do Ecosistema Ânima e orienta todas as suas diretrizes institucionais. Esse compromisso tem como ponto de partida o Princípio nº 2 da Ânima “O aluno é o centro e o professor é sua grande inspiração”, que fundamenta uma estratégia contínua, sustentável e orientada a resultados para a valorização, o reconhecimento e o cuidado com aqueles que transformam vidas por meio da educação.

Em 2025, essa diretriz se materializou por meio de programas estratégicos todos sustentados por indicadores de desempenho que qualificam a tomada de decisão, impulsionam a inovação educacional e promovem o desenvolvimento integral de estudantes e docentes.

Impacto Acadêmico e Social

A Extensão Universitária manteve-se como um dos principais vetores de impacto social e formativo da Ânima, reafirmando o alinhamento à Agenda 2030 da ONU. Ao longo de 2025, foram realizadas mais de 1.800 atividades de extensão, com a participação de 93.470 estudantes e a oferta de mais de 200 mil vagas em projetos de impacto social em todo o território nacional.

Como marco de transparência e alinhamento estratégico, foi lançada a 1ª edição do Guia ODS Ânima – Extensão Universitária que Transforma, reunindo os principais projetos desenvolvidos em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Aprendizagem Dual e Conexão com o Mercado

A Aprendizagem Dual consolidou-se como um diferencial competitivo do Ecosistema Ânima ao integrar formação acadêmica e demandas reais do mercado de trabalho. Em 2025, alcançou mais de 700 organizações parceiras, viabilizou mais de 1.000 ações duais na graduação e na pós-graduação e impactou mais de 100 mil estudantes. O modelo fortalece a empregabilidade, amplia a vivência prática dos estudantes e posiciona o docente como mediador estratégico entre a academia e o mercado de trabalho.

Excelência Regulatória e Reconhecimentos Externos

No campo regulatório, os resultados de 2025 reforçam o compromisso da Ânima com a excelência acadêmica. Considerando os processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos, bem como credenciamento e credenciamento institucional, obtivemos conceito máximo (5) em 193 processos de avaliação in loco conduzidos pelo INEP/MEC.

No Quero Educação | Guia da Faculdade – Edição 2025, a Ânima alcançou o maior reconhecimento desde o início da série histórica, em 2019: 1.383 cursos avaliados, dos quais 1.266 estrelados, totalizando 4.172 estrelas. A

UNIFACS destacou-se como uma das três IES finalistas da 1ª edição do Prêmio Estrelas da Educação, na categoria Melhor IES Privada da Região Nordeste.

Pós-Graduação Stricto Sensu – Avaliação CAPES

Na Avaliação Quadrienal CAPES 2021–2024, divulgada em 2025, os Programas de Pós-Graduação apresentaram resultados históricos, refletindo a maturidade acadêmica e a produção científica qualificada do corpo docente. Dois programas alcançaram conceito 6, patamar de excelência e reconhecimento internacional: Ciências da Saúde (Unisul) e Design (Universidade Anhembí Morumbi). Além disso, 22 programas tiveram seu reconhecimento mantido, 41% registraram elevação de conceito e 50% mantiveram conceitos elevados.

Investimento, Formação e Qualidade Docente

A Academia de Futuros Acadêmicos, dedicada exclusivamente à formação docente, consolidou-se como um dos principais investimentos estratégicos da Ânima em 2025. Foram realizadas mais de 4.000 horas de formação continuada em temas como Learning Analytics, Inteligência Artificial, Neurociência da Aprendizagem, Currículo por Competências e People Skills. Cerca de 20% do corpo docente participou da Pós-Graduação Lato Sensu gratuita em Currículos Integrados, e mais de 2.500 materiais pedagógicos foram produzidos com apoio da Taxonomia da Neuroaprendizagem e de ferramentas de IA. Mais de 3.000 docentes participaram de editais, *hackathons* e projetos institucionais.

O uso institucional da inteligência artificial foi ampliado por meio do IA.RA Content Creator, *workspace* que apoia o planejamento de aulas, a produção de conteúdos e as interações pedagógicas, alinhado ao Currículo E2A e à Taxonomia da Neuroaprendizagem.

Ainda nesse contexto, a Ânima também ampliou o uso de *Learning Analytics* com foco na melhoria contínua da qualidade docente e da aprendizagem. A partir do Perfil Inicial do Estudante, construído com base nas notas do ENEM, são mapeados os diferentes níveis de desempenho dos ingressantes, com ênfase nas competências estruturantes de interpretação e raciocínio lógico. Esses dados orientam ações de formação docente, planejamento acadêmico e qualificação das práticas pedagógicas, viabilizando a diversificação de metodologias, intervenções mais precisas e o fortalecimento da permanência estudantil. Ao consolidar uma cultura analítica orientada por evidências, escalamos a atuação *data-driven* junto aos docentes e pelo uso contínuo de inteligência artificial para promover a hiperpersonalização da aprendizagem e resultados acadêmicos mais consistentes, equitativos e sustentáveis.

Reconhecimento, Engajamento e Pertencimento

O reconhecimento docente foi fortalecido com bolsas induzidas de mestrado e doutorado, selos institucionais (Docente Digital e Docente Dual) e o Prêmio Docente Inspiração. O Simpósio Docente 2025 registrou crescimento expressivo no engajamento, com 37% de aumento na participação em relação a 2024, 88% de adesão da base total e 68% de engajamento entre professores horistas.

O Prêmio Docente Inspiração, estruturado em oito categorias, reconheceu professores de diferentes instituições do Ecossistema Ânima e promoveu um intercâmbio qualificado de práticas pedagógicas, valorizando a troca de experiências entre docentes e evidenciando iniciativas exitosas de alto impacto no cotidiano da sala de aula.

Transformação da Matriz Curricular E2A

Nosso Ecossistema Ânima de Aprendizagem (E2A), modelo curricular único e que nos aproxima de ser o melhor ecossistema de educação para o Brasil, passou por uma transformação importante e construída de forma coletiva. Professores, coordenadores e especialistas se reuniram em Grupos de Trabalho para cocriar um modelo que conecta teoria e prática, simplifica trajetórias cada vez mais alicerçado no desenvolvimento de competências dando mais sentido à jornada de cada estudante.

No segundo semestre de 2025, a nova matriz curricular foi implementada em 4 cursos: Direito, Educação Física, Odontologia e Pedagogia trazendo melhorias significativas no nosso NPS. No primeiro semestre de 2026 ela será expandida para 30 novos cursos, ampliando ainda mais o impacto em todo o Ecossistema Ânima.

INICIATIVAS DE FORTALECIMENTO DE NOSSAS MARCAS

Ao longo de 2025, a Ânima aprofundou sua estratégia de fortalecimento das marcas do Ecossistema, ampliando a proximidade com as comunidades onde atua e reforçando seu papel como agente de orientação profissional e transformação social. As iniciativas de relacionamento com escolas de Ensino Médio foram intensificadas por meio de ações proprietárias — como feiras de profissões, palestras e visitas guiadas aos campi — ampliando o contato de estudantes e educadores com nossas infraestruturas acadêmicas, metodologias de ensino e possibilidades de carreira, e fortalecendo o reconhecimento das marcas nos territórios onde estão inseridas.

No ambiente digital e de relacionamento, a Companhia avançou de forma consistente na qualificação da experiência do candidato ao longo de toda a jornada de escolha e ingresso. Foram realizados investimentos relevantes em tecnologia, dados e processos, incluindo a ampliação do uso de canais conversacionais estruturados, como os WhatsApp Flows, e a adoção do modelo de SDR Inteligente com uso de Inteligência Artificial. Essa iniciativa buscou unir o melhor dos dois mundos: atendimento altamente customizado e regionalizado, apoiado por IA, com o direcionamento ativo dos candidatos para experiências presenciais nos campi — como visitas agendadas — que historicamente apresentam maiores taxas de conversão.

Em linha com a estratégia *Power to the Edge*, a Ânima consolidou ao longo de 2025 o fortalecimento e a organização do time comercial em âmbito corporativo e regional, garantindo maior consistência na execução e maior capacidade de escalar boas práticas entre as instituições. Paralelamente, a Companhia realizou ajustes relevantes no posicionamento de marcas e unidades, com uma abordagem integrada de marketing mix, revisitando preço, comunicação e oferta de portfólio à luz da realidade competitiva, da vocação regional e da proposta de valor de cada instituição. Esse movimento reforçou a coerência entre posicionamento estratégico e execução local, preservando disciplina de custos e foco em rentabilidade.

Complementarmente, a evolução da regionalização das células de permanência, apoiada por modelos preditivos mais maduros e pela ampliação da autonomia nas pontas, permitiu uma atuação mais preventiva e aderente às especificidades de cada praça. Esse conjunto de iniciativas contribuiu para o fortalecimento da experiência do aluno ao longo do ciclo acadêmico, ampliando a eficácia das ações de retenção e consolidando o reconhecimento das marcas da Ânima como instituições próximas, relevantes e conectadas às realidades locais.

INICIATIVAS DE TECNOLOGIA E EXPERIÊNCIA DO USUÁRIO

Em 2025, a Anima avançou de forma consistente em tecnologia, IA e experiência do usuário, com impacto direto e mensurável no negócio. A evolução da IARA, nossa ferramenta de inteligência artificial desenvolvida para tornar a educação mais personalizada, inclusiva e sustentável, gerou 35% de ganho de produtividade docente, apoiando professores na produção de conteúdo e na elaboração e correção de avaliações, além de capturar ganhos relevantes de eficiência com o uso de IA em processos acadêmicos e internos.

A nova plataforma de omnicanalidade contribuiu para a redução de até 20% nos tempos de atendimento e para um ganho de 10 pontos percentuais no Top-2-Box (T2B) do CSAT, indicador que mede a proporção das avaliações mais altas de satisfação dos estudantes. Adicionalmente, a solução otimizou os custos de mensageria via WhatsApp em aproximadamente 50% no ano, considerando os ganhos de produtividade nos processos comerciais e de atendimento.

Nos processos de atração, o uso de IA impulsionou um incremento de aproximadamente 70% na conversão entre inscritos e matriculados, com destaque para o SDR inteligente baseado em IA, que prioriza leads e personaliza interações ao longo da jornada do candidato.

Como consequência desses avanços, a Anima foi reconhecida em importantes premiações de inovação e tecnologia, com destaque para o Prêmio Inovativos 2025 e o AI Lighthouse Awards, ambos com o *case* IARA, o

CIO Global Project of the Year 2025 pela plataforma de omnicanalidade, a presença no ranking das 100 empresas mais inovadoras no uso de tecnologia pelo IT Forum e o segundo lugar no Prêmio Executivo de Tecnologia na categoria Educação, também concedido pelo IT Forum.

AÇÕES HUMANITÁRIAS

Em 2025, reafirmamos nosso compromisso com a promoção da saúde, da dignidade humana e da responsabilidade social. Ao longo do ano, foram realizadas na Inspirali quase 200 ações humanitárias no entorno de nossas escolas, impactando diretamente comunidades em situação de vulnerabilidade. Essas iniciativas resultaram em mais de 15.000 atendimentos, levando cuidado, escuta qualificada e atenção integral a milhares de pessoas.

Paralelamente, promovemos 10 missões humanitárias em regiões de alta vulnerabilidade social e geográfica, ampliando nosso alcance para territórios historicamente desassistidos. Essas missões incluíram:

- Uma Missão África
- Quatro Missões Amazônia
- Uma Missão Sertões
- Duas Missões Jequitinhonha
- Uma Missão Cerrado
- Uma Missão Planalto

Somadas, essas missões realizaram cerca de 15.000 atendimentos médicos, contribuindo de forma concreta para o acesso à saúde e o fortalecimento da assistência local. Destaca-se ainda o expressivo aumento de 70% na participação dos estudantes dos cursos de Medicina, fortalecendo uma formação prática, ética e profundamente conectada com a realidade social do país.

Todo esse impacto se soma aos mais de 250.000 atendimentos realizados em nossos Centros Integrados de Saúde, que funcionam de forma contínua como espaços de cuidado, ensino e compromisso com a comunidade.

Seguimos firmes em nosso propósito de formar não apenas bons profissionais, mas também seres humanos conscientes, sensíveis e comprometidos com as necessidades do seu semelhante, entendendo que a verdadeira excelência na saúde nasce do encontro entre conhecimento técnico, empatia e responsabilidade social.

INAUGURAÇÕES E LANÇAMENTOS

Inauguramos em agosto de 2025, em parceria com a Agência Califórnia, a Community Creators Academy, a primeira universidade de criadores de conteúdo do mundo, localizada na Vila Leopoldina, em São Paulo. Com um campus de 14 mil m², o espaço oferece cursos presenciais, infraestrutura de ponta, e mais de 200 estúdios e cenários temáticos para profissionalizar influenciadores.

Nos dois cursos já lançados no segundo semestre de 2025, o Carreira+ e o Creator+, tivemos a participação de mais de 300 alunos. Adicionalmente, o espaço conta com 18 patrocinadores e recebeu mais de 40 eventos neste período, impactando aproximadamente 20 mil pessoas.

Com o objetivo de ampliar sua atuação como referência em formação médica continuada no país, a Inspirali inaugurou no segundo semestre de 2025 duas novas unidades voltadas a cursos para médicos já formados, uma em São Paulo e uma em Recife. Os espaços contam com clínicas médicas para atendimento gratuito à população.

A unidade de São Paulo está localizada na região central da cidade, facilitando o acesso de estudantes, docentes e pacientes, com estrutura dedicada à educação médica continuada. São 5,7 mil m² distribuídos em 15 andares, com consultórios para atendimento a pacientes, salas de aula, laboratório simulado, convivência dos alunos e professores, auditório e espaço administrativo, com capacidade de receber cerca de 11 mil alunos por mês e realizar até 120 mil atendimentos gratuitos por ano. Estarão disponíveis mais de 30 programas de Pós-graduação lato sensu, em diversas áreas, como Pediatria, Psiquiatria, Dermatologia, Ginecologia e outras.

A unidade de Recife, localizada na Ilha do Leite, conta com 920 m² de modernas estruturas de ensino, prática clínica e pesquisa. São mais de 40 cursos disponíveis em mais de 10 especialidades médicas.

Também tivemos no quarto trimestre um avanço estratégico relevante com a criação da Ânima Empresas, a plataforma integrada de educação corporativa do grupo. A iniciativa reforça a estratégia de crescimento no mercado B2B, respondendo à crescente demanda das empresas por soluções de qualificação, requalificação, atração de talentos e desenvolvimento contínuo de pessoas, além de fortalecer a conexão entre educação e empregabilidade. A Ânima Empresas potencializa a atuação do grupo junto ao mercado corporativo, apoiada pela escala, capilaridade nacional e diversidade do ecossistema Ânima.

A nova área de negócios nasce com 479 empresas ativas, distribuídas entre os produtos e marcas que atendem o mercado B2B, como HSM, Singularity, Community Creators, B2B Match, Le Cordon Bleu e Ânima Soluções. Essa base reflete um relacionamento sólido com empresas de diferentes setores da economia e impacta mais de 1 milhão de colaboradores nas organizações clientes. O avanço da frente B2B fortalece a diversificação de receitas, amplia a recorrência e posiciona a Ânima como parceira estratégica de longo prazo para o desenvolvimento de talentos, liderança e inovação no mercado de trabalho.

Finalmente, damos início ao ano letivo de 2026 na Anhembi Morumbi da Avenida Paulista, em São Paulo, com a inauguração da Casa AMO, um espaço dedicado a promover experiências nas mais diversas áreas como Games, Aviação, Veterinária, Gastronomia com tecnologia e inovação.

ESG

O ano de 2025 foi marcado pela retomada da gestão estruturada da agenda ESG/Sustentabilidade, em linha com o propósito da empresa de transformar o Brasil pela educação.

Realizamos a matriz de materialidade utilizando a metodologia da dupla materialidade (EFRAG), definindo os tópicos materiais para guiar a gestão dos temas na companhia, bem como orientar o conteúdo do Relatório de Sustentabilidade, que será publicado, em linha com as metodologias GRI e SASB, em 2026.

A Governança do tema foi fortalecida com a criação de uma instância consultiva, a Comissão ESG, formada por membros de todas as Vice-Presidências da empresa. A Comissão tem o papel de desenhar e implementar a estratégia ESG, bem como garantir o atendimento aos melhores padrões nacionais e internacionais no tema. Também foi reformulada a periodicidade e pautas ESG no comitê de assessoramento – Comitê de Pessoas e ESG – no Comitê Executivo (COMEX) e Conselho de Administração (CA).

A estratégia ESG foi desenhada com a participação ativa dos membros da Comissão, incluindo a definição de compromissos, metas e indicadores, que serão publicados no Relatório de Sustentabilidade.

Destaca-se, ainda, a implementação de uma ferramenta para avaliação socioambiental de fornecedores, a realização do inventário de emissões de GEE, adotando a metodologia do GHG Protocol e a publicação do Relatório de Sustentabilidade do Instituto Ânima, dando transparência às informações de investimento social privado. Essas medidas exemplificam o esforço da Comissão ESG para atendimento às melhores práticas do mercado.

No campo social, a Ânima Educação firmou parceria com o Governo Federal, através do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, para apoio ao Programa Acredita, com o objetivo de oferecer oportunidades de formação para o empreendedorismo e geração de renda. Mais de 13.000 bolsas de estudos foram ofertadas para esse público consolidando oportunidade de desenvolvimento social e econômico para esta população.

A nova área de ESG, criada em Dezembro de 2024, em conjunto com as instâncias de governança do tema, tem conduzido a gestão da sustentabilidade/ESG forma participativa e estratégica, para garantir o atendimento às expectativas dos nossos stakeholders.

Desempenho Operacional

Base de alunos

Encerramos o ano de 2025 com 360,4 mil alunos matriculados em nossos cursos, *versus* 369,3 mil em 2024. O segmento Ânima Core registrou 196,1 mil alunos, sendo 187,4 mil na graduação, no Ensino Digital foram 111,2 mil alunos de graduação e 32,0 mil na educação continuada, ao final de 2025. Na Inspirali encerramos o ano com 21,2 mil alunos matriculados, sendo 12,2 nos cursos de graduação.

Desempenho operacional por segmento

Ânima Core

Os resultados de 2025 para o segmento Core refletem a nossa estratégia de retomada do crescimento privilegiando a qualidade da receita, focando no aumento do ticket e a atração de alunos vocacionados. O Ensino Acadêmico apresentou um aumento de 7,0% na atração e aumento de 5,4% no ticket do Ensino Acadêmico (R\$ 872) *versus* 2024, levando a uma receita líquida de R\$ 2.083,7 milhões, 4,0% acima de 2024.

Importante mencionar que desde o início de 2025 tomamos a decisão de migrar grande parte dos cursos da Educação Continuada ex-Medicina para o segmento de Ensino Digital, portanto recomendamos a análise deste grupo em conjunto com os dados apresentados abaixo na tabela do Ensino Digital.

Ensino Digital

O último trimestre do ano de 2025 para o Ensino Digital já apresentou, no Ensino Acadêmico, os impactos do Novo Marco Regulatório, que determinou que a partir de outubro cursos como os da Saúde, Engenharias e Licenciaturas fossem suspensos na modalidade a distância. Com isso, observamos, no ano, uma queda mais acentuada na atração (-11,6% *versus* 2024), que foi compensada pela melhora significativa da evasão (-6,3% *versus* 2024) e aumento no ticket (+4,9% *versus* 2024), resultado da nossa estratégia de posicionamento de tíquete, com foco em geração de valor e fortalecimento da imagem das marcas. O segmento registrou crescimento de 10,9% na receita líquida, alcançando R\$ 331,4 milhões em 2025.

Conforme mencionado acima, desde o início de 2025 tomamos a decisão de migrar grande parte dos cursos da Educação Continuada ex-Medicina para o segmento de Ensino Digital, portanto recomendamos a análise deste grupo em conjunto com os dados apresentados abaixo na tabela do Ensino Digital. Realizamos ajustes importantes na nossa oferta da Educação Continuada ex-Medicina ao longo de 2025, reposicionando o ticket e levando a uma retomada do crescimento de base de alunos.

Inspirali

A Inspirali encerrou 2025 com 12.198 alunos matriculados nos 15 *campi* onde possui Ensino Acadêmico (cursos de graduação), 4,9% acima da base de alunos apresentada ao final de 2024, reflexo da robustez e amadurecimento dos cursos ofertados. O ticket médio dos cursos de graduação em 2025 foi 5,0% acima do que o ano anterior, resultando em uma receita líquida de R\$ 1.434,7 milhões em 2025, 9,8% acima de 2024.

O segmento de Educação Médica Continuada ("EMC") registrou um crescimento na base média de alunos de 81,3% em 2025 *versus* 2024, atingindo 9,0 mil alunos no final do período, impulsionado pelo crescimento orgânico da operação e pela aquisição da Eu Médico Residente ("EMR") em dezembro de 2024. O tíquete médio da EMC em 2025 foi 26,5% abaixo de 2024, impactado principalmente pelo efeito mix do produto da EMR, que possui ticket médio menor.

Financiamento Estudantil por terceiros²

Ao final do ano, registramos 12,7% dos alunos utilizando algum tipo de financiamento de terceiros, o que representa uma queda de 0,5 p.p. *versus* o encerramento de 2024, em linha com nossa estratégia de direcionar os financiamentos aos alunos que mais precisam.

² Não abrange a modalidade "Facilita" de financiamento. Os dados apresentados são referentes a alunos na modalidade presencial e consideram alunos com contrato assinado e em processo de contratação.

Desempenho financeiro

No acumulado do ano de 2025, registramos um crescimento de 8,7% em nosso resultado operacional ajustado consolidado, representando uma expansão de 1,2 p.p. na margem operacional *versus* 2024. Os principais destaques são:

- a) Aumento de 5,3% nos custos operacionais consolidados *versus* 2024, abaixo do crescimento da receita líquida consolidada, levando a um ganho de 0,1 p.p. na margem bruta consolidada;
- b) Queda de 0,9% nas despesas comerciais consolidadas *versus* 2024, refletindo a melhora do perfil dos nossos recebíveis e consequente redução ano-contra-ano da PDD e investimentos de marketing mais eficientes.
- c) Aumento de 4,5% nas despesas gerais e administrativas, abaixo do crescimento da receita líquida consolidada, resultado do nosso posicionamento mais austero.

Ânima Core

O Ânima Core apresentou aumento no seu resultado operacional de 4,5% em 2025 *versus* 2024, para R\$ 830,4 milhões em 2025, com expansão de margem operacional de 0,7 p.p., decorrente principalmente de eficiências em custos e despesas gerais e administrativas.

Ensino Digital

O Ensino Digital apresentou aumento no seu resultado de 35,6% em 2025 *versus* 2024, para R\$ 155,7 milhões, e apresentou expansão da margem operacional de 8,6 p.p. em 2025, decorrente principalmente da reestruturação dos diversos times operacionais, de marketing e administrativos do segmento.

Inspirali

A Inspirali apresentou aumento de 9,1% no resultado operacional em 2025 *versus* 2024, para R\$ 809,7 milhões, com leve queda de margem para 52,8% (*versus* 53,2% em 2024), respectivamente, demonstrando mais uma vez sua capacidade de manter alta eficiência operacional.

EBITDA e EBITDA ajustado

Encerramos 2025 com um EBITDA ajustado ex-IFRS16 11,2% acima de 2024, atingindo R\$ 1.206,8 milhões, e uma margem de 30,0% (+1,5 p.p. *versus* o 2024), sustentando o elevado patamar de eficiência do nosso negócio. O crescimento no período foi decorrente de: a) contínua melhora dos resultados operacionais dos nossos segmentos, e b) a eficiência em nossa estrutura corporativa.

Não recorrentes

Os gastos não recorrentes verificados no ano de 2025 estão concentrados na rubrica 'reestruturação e verbas rescisórias', cujos valores são referentes a rescisões de vagas que não serão repostas.

Resultado financeiro

No ano, o resultado financeiro líquido foi de -R\$ 749,2 milhões, um aumento de 18,2% *versus* 2024, com destaque para os mesmos fatores acima: (i) um maior saldo médio de caixa no período (R\$ 1.469 milhões em 2025 *versus* R\$ 1.196 milhões em 2024), aumentando a receita com aplicações financeiras; (ii) um aumento, no período, da taxa básica de juros da economia brasileira, a SELIC, que impactou tanto as receitas com aplicações financeiras quanto a despesa de comissões e juros com empréstimos; (iii) um aumento na despesa de juros com PraValer resultado de antecipações de recebíveis de financiamento junto ao PraValer realizadas no ano.

A taxa média do *spread* da dívida consolidada da Ânima Educação encontra-se em 1,7% ao ano, em linha com o 3T25 e 4T24.

Lucro e margem líquidos

No ano, acumulamos um lucro líquido atribuível aos acionistas controladores de R\$ 123,8 milhões, 45,3% acima de 2024, mesmo com o aumento de 18,2% na despesa financeira líquida.

Acumulamos um lucro líquido ajustado atribuível aos acionistas controladores de R\$ 189,9 milhões em 2025, cujos principais ajustes são compostos por:

- Itens não recorrentes que impactaram o EBITDA, no montante de R\$ 1,2 milhões no 4T25 e R\$ 11,1 milhões em 2025; e
- Amortização de intangíveis de combinação de negócio, no montante de R\$ 12,0 milhões no 4T25 e R\$ 55,1 milhões em 2025.

O cronograma de amortização dos intangíveis amortizáveis consolidados gerados em combinações de negócios está disponível nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

Destacamos, ainda, que a linha “Participação dos acionistas não controladores” está relacionada substancialmente à participação do sócio minoritário em nossa controlada Inspirali.

Caixa e endividamento líquido

Encerramos o ano de 2025 com uma dívida líquida ajustada de R\$ 3.000,1 milhões, abaixo dos R\$ 3.041,3 milhões do 2024, o que combinado a um crescimento no resultado operacional consolidado levou a uma queda da alavancagem para 2,49x, *versus* 2,80x do final de 2024, refletindo a consistência da geração de caixa de nossas operações.

Contas a receber e prazo médio de recebimento (PMR)

Nosso “contas a receber líquido” encerrou o ano de 2025 com um saldo de R\$ 887,5 milhões, um aumento de R\$ 50,6 milhões em relação a 2024, decorrente em sua maior parte de amadurecimento da carteira de financiamentos privados.

Nosso prazo médio de recebimento total encerrou o ano em linha com o 4T24 e 2024, seguindo nossas políticas atuais de gestão de capital de giro.

Fluxo de caixa

A Companhia encerrou o ano de 2025 com uma geração de caixa operacional de R\$ 1.488,9 milhões, 15,3% acima de 2024, e a geração de caixa da empresa foi de R\$ 860,0 milhões, 9,7% acima de 2024.

Das atividades de financiamento, destacamos o aumento dos juros pagos no período para R\$ 595,9 milhões em 2025 (*versus* R\$ 493,0 milhões em 2024), explicado pelo aumento da dívida bruta e pela maior taxa de juros do período. Por fim, a rubrica “pagamentos de aquisições” contempla o pagamento pela aquisição de 10,74% das cotas da FASEH realizada em novembro de 2025, a qual passamos, naquela data, a ser detentores de 83,90% de suas cotas. Como evento subsequente, realizamos em fevereiro de 2026 a aquisição adicional de 10,52% das cotas da FASEH, a qual passamos a ser detentores, atualmente, de 94,42% das cotas.

Investimentos (CAPEX)

Os investimentos em CAPEX totalizaram R\$ 217,3 milhões em 2025, representando 5,4% da receita líquida do período e em linha com os patamares históricos praticados pela Companhia.

Equidade

A Ânima valoriza a igualdade de oportunidades e a diversidade, acreditando que todas as pessoas devem ter as mesmas condições de desenvolvimento profissional. Desde 2020, a Ânima desenvolve a cultura Ânima Plurais, com a finalidade de promover institucionalmente e intencionalmente a equidade e inclusão para todas as pessoas que se relacionam e interagem com o nosso Ecossistema. O Ânima Plurais organiza-se estrategicamente em quatro frentes de atuação: recrutamento, seleção e progressão; letramento, sensibilização e engajamento; comunicação; e ensino, pesquisa e extensão. A promoção da diversidade, e seus impactos de inclusão e equidade, são parte essencial da cultura da Ânima.

Quantidade e a proporção de mulheres contratadas, por níveis hierárquicos da companhia

	2025		2024		Δ 2025/ 2024
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	
Executivo	43	44%	36	39%	4,7pp
Gerencial	181	59%	142	56%	2,7pp
Técnico	7.842	57%	7.609	57%	0,0pp
Total	8.066	57,0%	7.787	56,9%	0,1pp

Executivo: presidência, vice-presidência e diretoria.

Gerencial: gerentes

Técnico: cargos administrativos, docente, especialista, supervisor e coordenador.

Quantidade e a proporção de mulheres que ocupam cargos na administração da companhia

	2025		2024		Δ 2025/ 2024
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	
Administração	5	36%	5	33%	2,4pp

Administração: Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

Demonstrativo da remuneração fixa, variável e eventual, segregada por sexo, relativa a cargos ou funções similares da companhia;

Mulheres	2025 Remuneração			2024 Remuneração			Δ 2025/ 2024		
	Fixa	Variável	Eventual	Fixa	Variável	Eventual	Fixa	Variável	Eventual
Executivo	59%	16%	26%	78%	9%	13%	-19,1pp	6,5pp	12,6pp
Gerencial	84%	6%	10%	90%	4%	7%	-5,5pp	2,2pp	3,3pp
Técnico	80%	3%	17%	81%	2%	17%	-1,2pp	0,5pp	0,7pp
Total	79%	3%	17%	82%	2%	16%	-2,2pp	1,2pp	1,0pp

Homens	2025 Remuneração			2024 Remuneração			Δ 2025/ 2024		
	Fixa	Variável	Eventual	Fixa	Variável	Eventual	Fixa	Variável	Eventual
Executivo	54%	20%	27%	62%	14%	24%	-8,6pp	5,8pp	2,8pp
Gerencial	83%	6%	11%	88%	4%	8%	-5,3pp	2,1pp	3,2pp
Técnico	79%	1%	19%	81%	1%	18%	-1,3pp	0,4pp	0,9pp
Total	75%	4%	21%	78%	2%	20%	-2,8pp	1,5pp	1,3pp

Remuneração fixa: composta por salários base, gratificações de função (coordenação, direção, medicina), adicionais de irredutibilidade e gratificações incorporadas ou espontâneas que se tornaram recorrentes.

Remuneração variável: contempla comissões, prêmios de produtividade, premiações por desempenho.

Remuneração eventual: composta por ajuda de custo (Home Office, Kit Ergonômico), vales (alimentação/transporte), abonos pecuniários (venda de férias), diferenças salariais de convenção coletiva (CCT) e pagamentos de banco de horas.

Política de Distribuição de Dividendos

Aos acionistas está assegurado, pelo estatuto social, um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido apurado em cada exercício social diminuído da reserva legal.

Relacionamento com Auditores Independentes

A Ernst & Young Auditores Independentes passou a atuar na qualidade de auditor independente da Companhia e de suas controladas, a partir da revisão das informações trimestrais relativas ao primeiro trimestre de 2023, em substituição à empresa PricewaterhouseCoopers Auditores. Informamos que a Ernst & Young Auditores foi contratada para a prestação dos seguintes serviços: exame dos balanços patrimoniais da Companhia dos exercícios a findarem em 31 de dezembro de 2023, 2024 e 2025 e as correspondentes demonstrações do resultado, do resultado abrangente das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, dos exercícios a findarem nessas datas, incluindo as respectivas notas explicativas, preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como os balanços patrimoniais consolidados da Ânima Holding S.A.

e empresas controladas em 31 de dezembro de 2023, 2024 e 2025, as demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, dos fluxos de caixa e do valor adicionado dos exercícios a findarem nessas datas, incluindo as respectivas notas explicativas, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro - IFRS emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Em conjunto com a auditoria anual, a revisão das informações financeiras trimestrais da Ânima Holding S.A. em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2023, 2024 e 2025. Essa revisão será realizada de acordo com normas do CFC e IAASB. Os honorários relativos a esses trabalhos em 2025 foram de R\$2.093.167,40 que representa os honorários de serviços de auditoria externa.

A Companhia adota determinados procedimentos para evitar conflitos de interesses, perda de independência ou objetividade dos referidos Auditores Independentes, conforme a sua Política de Contratação de Auditoria Independente e Serviços Extra Auditoria, de forma que: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. Nos termos da Resolução CVM nº 23/21, é obrigatória a substituição dos auditores independentes, no máximo, a cada cinco anos, sendo que os mesmos auditores não podem retornar ser recontratados por um período mínimo de três anos.

Declaração da Diretoria Executiva

Os Diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e os Diretores da companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras.

Glossário

Lucro bruto ajustado

O Lucro bruto ajustado é uma medida de desempenho financeiro não baseada nas Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") adotada por nossa Administração e conciliada com nossas demonstrações financeiras. O Lucro bruto ajustado não é medida de desempenho financeiro segundo as IFRS e não possui significado padronizado e nossa definição poderá não ser comparável à utilizada por outras empresas. O uso do Lucro bruto ajustado como indicador de lucratividade da Companhia possui limitações porque não leva em conta certos custos atinentes aos negócios da Companhia, tais como a depreciação e amortização, bem como itens não recorrentes. A reconciliação deste indicador encontra-se na tabela: Reconciliação da DRE.

Resultado operacional ajustado

O Resultado operacional ajustado é uma medida de desempenho financeiro não baseada nas Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") adotada por nossa Administração e conciliada com nossas demonstrações financeiras. O Resultado operacional ajustado não é medida de desempenho financeiro segundo as IFRS e não possui significado padronizado e nossa definição poderá não ser comparável à utilizada por outras empresas. O uso do Resultado operacional ajustado como indicador de lucratividade da Companhia possui limitações porque não leva em conta certos custos atinentes aos negócios da Companhia, tais como a depreciação e amortização, despesas corporativas, multas e juros sobre mensalidades, bem como itens não recorrentes. A reconciliação deste indicador encontra-se na tabela: Reconciliação da DRE.

EBITDA, EBITDA ajustado e EBITDA ajustado sem efeito IFRS 16 ("EBITDA ajustado ex-IFRS16")

O EBITDA, o EBITDA ajustado e o EBITDA ajustado sem efeito IFRS 16 são medidas de desempenho financeiro não baseadas nas Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") adotadas por nossa Administração e conciliadas com nossas demonstrações financeiras. O EBITDA, o EBITDA ajustado e o EBITDA ajustado sem efeito IFRS 16 não são medidas de desempenho financeiro segundo as IFRS, não apresentam o fluxo de caixa dos períodos indicados e não deverão ser considerados uma alternativa ao lucro líquido como medida de desempenho operacional ou como alternativa aos fluxos de caixa operacionais como medida de liquidez. O EBITDA, o EBITDA ajustado e o EBITDA ajustado sem efeito IFRS 16 não possuem significado padronizado e nossas definições poderão não ser comparáveis às

utilizadas por outras empresas. O uso do EBITDA, do EBITDA ajustado e do EBITDA ajustado sem efeito IFRS 16 como indicadores da lucratividade da Companhia possui limitações porque não leva em conta certos custos atinentes aos negócios da Companhia, tais como despesas financeiras, impostos, depreciação, juros e multas sobre recebimentos em atraso de clientes e demais despesas correlatas. O EBITDA corresponde ao nosso lucro (prejuízo) líquido acrescido dos tributos sobre o lucro, do resultado financeiro líquido, das despesas de depreciação, amortização e exaustão e da equivalência patrimonial, conforme aplicável. O EBITDA ajustado é uma resultante do EBITDA ajustado para voltar os efeitos das multas e juros sobre mensalidades e itens não recorrentes. O EBITDA ajustado sem efeito IFRS 16 é composto pelo EBITDA ajustado excluindo o impacto positivo da adoção do IFRS 16. A reconciliação está na tabela Reconciliação do EBITDA ajustado ex-IFRS 16.

Dívida líquida, Dívida líquida ajustada e Dívida líquida ajustada com efeito IFRS16

Nós calculamos a Dívida líquida a partir da soma de nossos empréstimos, financiamentos e debêntures e derivativos deduzidos os montantes registrados como caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras nos ativos e passivos circulantes e não circulantes. A Dívida líquida ajustada é calculada pela soma da Dívida líquida com ajuste de outras obrigações nos passivos circulantes e não circulantes. A Dívida líquida ajustada com efeito IFRS16 é calculada pela soma da Dívida líquida ajustada com o efeito dos passivos em decorrência do IFRS 16 (aplicado em 1 de janeiro de 2019). Não existe uma definição padrão para medir a Dívida líquida, Dívida líquida ajustada e a Dívida líquida ajustada com efeito IFRS16 e nossa definição pode ser diferente do que é utilizado por outras companhias. A Dívida líquida, Dívida líquida ajustada e a Dívida líquida ajustada com efeito IFRS16 não são medidas de endividamento de acordo com o BR GAAP ou IFRS, ou medidas de nosso fluxo de caixa, liquidez e recursos disponíveis para atender a nossa dívida. A reconciliação está na tabela Reconciliação da Dívida Ajustada.

Lucro Líquido Ajustado

O Lucro líquido ajustado é uma medida de desempenho financeiro não baseada nas Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") adotada por nossa Administração e conciliada com nossas demonstrações financeiras. Não possui significado padronizado e nossa definição poderá não ser comparável à utilizada por outras empresas. Calculada a partir da soma de nossos empréstimos, financiamentos e debêntures e derivativos deduzidos os montantes registrados como caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras nos ativos e passivos circulantes e não circulantes, ajustada por outras obrigações nos passivos circulantes e não circulantes. A reconciliação deste indicador encontra-se na sessão ANEXO I: DRE consolidada.

Reconciliação DRE 2025

Consolidado Ânima R\$ milhões	2025						
	DRE Gerencial (Ajustado)	Deprec. & Amort.	Desp. Com Aluguéis	Corporativa	Multa & Juros Mens.	Itens Não Recor.	DRE Societária
Receita Bruta	8.411,3					0,0	8.411,3
Descontos, Deduções & Bolsas	(4.228,4)					0,0	(4.228,4)
Impostos & Taxas	(159,2)					0,0	(159,2)
Receita Líquida	4.023,7	0,0		0,0	0,0	0,0	4.023,7
Total de Custos	(1.309,9)	(175,5)		0,0	0,0	(4,8)	(1.490,2)
- Pessoal	(820,6)					(4,8)	(825,4)
- Serviços de Terceiros	(140,7)					0,0	(140,7)
- Aluguel & Ocupação	(76,6)	(175,5)				0,0	(252,1)
- Outras	(272,0)					0,0	(272,0)
Lucro Bruto	2.713,8	(175,5)		0,0	0,0	(4,8)	2.533,5
Despesas Comerciais	(465,0)	0,0		0,0	0,0	(12,3)	(477,3)
- PDD	(173,2)			0,0		(12,3)	(185,4)
- Marketing	(291,9)			0,0		0,0	(291,9)
Despesas Gerais & Administrativas	(479,1)	(251,9)		(300,2)	0,0	(10,6)	(1.041,8)
- Pessoal	(323,0)			(211,3)		(6,9)	(541,2)
- Serviços de Terceiros	(116,9)			(77,2)		(3,7)	(197,7)
- Aluguel & Ocupação	(4,5)	(255,8)		(0,2)		0,0	(260,5)
- Outras	(34,8)	3,9		(11,5)		0,0	(42,4)
Outras Receltas (Despesas) Operacionais	(15,0)	0,0		(3,4)	0,0	15,0	(3,5)
- Provisões	(25,0)			(3,2)		0,0	(28,2)
- Impostos & Taxas	(6,0)			(2,0)		0,0	(8,0)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	16,0			1,7		15,0	32,7
Resultado Multa, Juros s/ Mensalidade	41,2			0,0	(41,2)	0,0	0,0
Resultado Operacional	1.795,8	(427,4)		(303,6)	(41,2)	(12,7)	1.010,9
- Despesas Corporativas	(303,6)			303,6			0,0
EBITDA Ajustado	1.492,2	(427,4)		0,0	(41,2)	(12,7)	1.010,9
(-) Despesa com aluguel	(285,4)		285,4				0,0
EBITDA Ajustado ex-IFRS16	1.206,8	(427,4)	285,4	0,0	(41,2)	(12,7)	1.010,9
(+) Despesa com aluguel	285,4		(285,4)				0,0
(-) Resultado Multa, Juros s/ Mensalidade	(41,2)				41,2		0,0
(-) Itens Não-Recorrentes - EBITDA	(12,7)					12,7	0,0
EBITDA	1.438,3	(427,4)	0,0	0,0	0,0	0,0	1.010,9
Depreciação & Amortização	(427,4)	427,4					0,0
Equivalência Patrimonial	(8,9)						(8,9)
EBIT	1.002,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1.002,0
Resultado Financeiro Líquido	(749,2)						(749,2)
EBT	252,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	252,9
Imposto de Renda & CSLL	3,8						3,8
Lucro Líquido	256,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	256,7
(-) Participação dos acionistas não controladores	132,9						132,9
Lucro Líquido, atribuível aos acionistas controladores	123,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	123,8
Itens Não-Recorrentes - EBITDA ²	11,1						
Itens Não-Recorrentes - Lucro Líquido	0,0						
Recuperação de impostos	0,0						
Amortização de intangível ¹	55,1						
Penalty fee pré-pagamento debênture ²	0,0						
Baixa do custo de captação da debenture pré-paga	0,0						
Participação de minoritários nos ajustes ao lucro	0,0						
Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado	189,9	-		-	-	-	-

¹ Amortização de ativos intangíveis das empresas adquiridas. ² Os valores são referentes a participação da Ânima Holding (73,99%) no referido ajuste

Reconciliação da Dívida Ajustada

R\$ milhões (exceto em %)	DEZ 25
(+) Total de Disponibilidades	1.705,4
Caixa	220,0
Aplicações Financeiras	1.485,4
(-) Total de Empréstimos e Financiamentos¹	4.561,2
Circulante	362,7
Não circulante	4.198,6
(=) Dívida Líquida²	(2.855,8)
(-) Outras obrigações ajustadas	144,2
(=) Dívida Líquida ajustada³	(3.000,1)
(-) Passivo Arrendamentos (IFRS-16)	1.175,9
Circulante	111,1
Não circulante	1.064,8
(=) Dívida Líquida ajustada Incl. IFRS-16³	(4.175,9)

¹ Considera empréstimos e financiamentos e derivativos.

² Considera apenas as obrigações bancárias.

³ Considera todas as obrigações de curto e longo prazos relacionadas ao pagamento de parcelamentos tributários e aquisições.

Reconciliação do EBITDA ajustado ex-IRFS 16

R\$ milhões	Consolidado	
	2025	2024
Receita Líquida	4.023,7	3.801,4
Lucro Líquido	256,7	204,4
(+) Imposto de Renda & CSLL	(3,8)	(18,4)
(+) Resultado Financeiro Líquido	749,2	634,0
(+) Depreciação & Amortização	427,4	481,0
(+) Equivalência Patrimonial	8,9	11,8
EBITDA	1.438,3	1.312,9
Margem EBITDA	35,7%	34,5%
(+) Resultado Multa, Juros s/ Mensalidade	41,2	38,9
(+) Itens Não-Recorrentes - EBITDA	12,7	9,2
EBITDA Ajustado	1.492,2	1.361,0
Margem EBITDA Ajustada	37,1%	35,8%
(-) Despesa com aluguel ex-IFRS16	(285,4)	(276,1)
EBITDA Ajustado ex-IFRS16	1.206,8	1.084,9
Margem EBITDA Ajustada ex-IFRS16	30,0%	28,5%
Release	1.206,8	1.084,9

ÂNIMA HOLDING S.A. E CONTROLADAS

BALANÇO PATRIMONIAL

Valores expressos em milhares de reais - R\$

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
ATIVOS CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	5	101.190	795	220.007	99.601
Aplicações financeiras	5	393.262	299.981	1.485.408	1.152.380
Contas a receber	6	-	-	771.910	740.573
Impostos e contribuições a recuperar		6.225	6.918	64.372	44.339
Contas a receber com partes relacionadas	23	50.515	60.702	441	760
Dividendos a receber	23	96.350	81.416	-	-
Outros ativos circulantes		8.351	10.943	46.115	47.000
Total do Ativo Circulante		655.893	460.755	2.588.253	2.084.653
ATIVOS NÃO CIRCULANTES					
Contas a receber	6	-	-	115.590	96.290
Impostos e contribuições a recuperar		1.499	41	31.764	47.291
Direitos a receber por aquisições	8	-	-	249.119	224.280
Depósitos Judiciais	16	269	367	143.631	157.172
Créditos com partes relacionadas	23	1.685	30.081	1.699	53
Outros ativos não circulantes		1.019	-	11.090	9.206
Investimentos	9	4.093.934	3.909.390	73.978	34.878
Imobilizado	10	4.487	3.881	501.241	514.965
Direitos de uso de arrendamentos	11	-	-	933.395	953.091
Intangível	12	116.777	110.308	5.523.952	5.566.994
Total do Ativo Não Circulante		4.219.670	4.054.068	7.585.459	7.604.220
TOTAL DOS ATIVOS		4.875.563	4.514.823	10.173.712	9.688.873

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

ÂNIMA HOLDING S.A. E CONTROLADAS

BALANÇO PATRIMONIAL

Valores expressos em milhares de reais - R\$

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
PASSIVOS CIRCULANTES					
Fornecedores		22.091	30.708	199.319	210.396
Contas a pagar com partes relacionadas	23	17.710	11.159	-	168
Arrendamentos a pagar	11	-	-	111.074	141.427
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	304.389	116.123	345.238	146.947
Obrigações sociais e salariais	14	57.133	54.158	174.848	175.656
Obrigações tributárias		5.295	4.585	48.392	50.469
Adiantamentos de clientes e bolsas a conceder	6	-	-	108.336	105.392
Parcelamento de impostos e contribuições		627	633	16.040	14.677
Contas a pagar por aquisições	15	-	-	29.707	29.174
Derivativos	24	17.417	1.658	17.417	1.658
Dividendos a pagar	23	29.786	20.701	56.177	41.809
Outros passivos circulantes		3.626	3.633	57.593	45.119
Total do Passivo Circulante		458.074	243.358	1.164.141	962.892
PASSIVOS NÃO CIRCULANTES					
Arrendamentos a pagar	11	-	-	1.064.789	1.047.299
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	2.054.455	1.854.958	4.175.350	3.974.119
Adiantamentos de clientes e bolsas a conceder	6	-	-	16.905	15.695
Parcelamento de impostos e contribuições		1.026	1.372	42.581	50.382
Contas a pagar por aquisições	15	-	-	55.912	64.705
Débitos com partes relacionadas	23	25.584	88.994	74	74
Derivativos	24	23.223	11.606	23.223	11.606
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	-	-	65.690	71.737
Provisão para perdas em investimentos	9	7.141	32.812	7.141	4.214
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	16	2.266	520	596.960	573.727
Outros passivos não circulantes		3.329	6.951	127.290	132.189
Total do Passivo Não Circulante		2.117.024	1.997.213	6.175.915	5.945.747
TOTAL DOS PASSIVOS		2.575.098	2.240.571	7.340.056	6.908.639
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	17	2.451.660	2.451.660	2.451.660	2.451.660
Reserva de capital		22.129	23.137	22.129	23.137
Ajuste de avaliação patrimonial		(242.718)	(174.568)	(242.718)	(174.568)
Ações em tesouraria		(175.249)	(176.257)	(175.249)	(176.257)
Reservas de lucros		244.643	150.280	244.643	150.280
Total do Patrimônio Líquido		2.300.465	2.274.252	2.300.465	2.274.252
Participação de acionistas não controladores	18	-	-	533.191	505.982
		2.300.465	2.274.252	2.833.656	2.780.234
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.875.563	4.514.823	10.173.712	9.688.873

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

ÂNIMA HOLDING S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Valores expressos em milhares de reais - R\$ (exceto o lucro básico e diluído por ação)

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida		-	-	4.023.697	3.801.379
Custo dos produtos e serviços		-	-	(1.490.204)	(1.449.986)
Lucro bruto		-	-	2.533.493	2.351.393
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Comerciais		-	-	(291.874)	(290.672)
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa		-	-	(185.432)	(178.526)
Gerais e administrativas		(91.967)	(108.781)	(1.041.817)	(1.043.300)
Resultado de equivalência patrimonial		443.339	331.011	(8.879)	(11.770)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	20	86.615	62.627	(3.474)	(7.026)
		437.987	284.857	(1.531.476)	(1.531.294)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		437.987	284.857	1.002.017	820.099
Receitas financeiras		32.107	16.093	252.478	169.997
Despesas financeiras		(346.339)	(227.012)	(1.001.636)	(804.028)
Resultado financeiro líquido	22	(314.232)	(210.919)	(749.158)	(634.031)
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		123.755	73.938	252.859	186.068
IRPJ e CSLL correntes	7	-	-	(2.751)	(2.414)
IRPJ e CSLL diferidos	7	-	11.208	6.557	20.790
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		123.755	85.146	256.665	204.444
Participação da controladora		123.755	85.146	123.755	85.146
Participação de acionistas não controladores		-	-	132.910	119.298
LUCRO BÁSICO POR AÇÃO - R\$	20	0,33	0,23		
LUCRO DILUÍDO POR AÇÃO - R\$	20	0,33	0,23		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

ÂNIMA HOLDING S.A. E CONTROLADAS **DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE** **DEZEMBRO DE 2025**

Valores expressos em milhares de reais - R\$

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	123.755	85.146	256.665	204.444
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	123.755	85.146	256.665	204.444
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO ATRIBUÍVEL À:				
Participação da controladora	123.755	85.146	123.755	85.146
Participação de acionistas não controladores	-	-	132.910	119.298

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

ÂNIMA HOLDING S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Valores expressos em milhares de reais - R\$

	Capital Social		Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Ações em tesouraria	Reserva de lucros		Lucro (Prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido dos controladores	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
	Integralizado	Gastos com emissão de ações				Reserva legal	Retenção de lucros				
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.569.625	(117.965)	25.163	(157.411)	(178.283)	18.791	244.565	-	2.404.485	452.858	2.857.343
Opção de compra de participação de acionistas não controladores	-	-	-	(1.374)	-	-	-	-	(1.374)	(482)	(1.856)
Ajuste de participação em controlada (nota 17 b)	-	-	-	(15.783)	-	-	-	-	(15.783)	15.783	-
Aporte de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.236	1.236
Realização da remuneração baseada em ações	-	-	(2.026)	-	2.026	-	-	-	-	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	(178.000)	-	(178.000)	(61.608)	(239.608)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	85.146	85.146	119.298	204.444
Destinações:											
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	-	4.257	-	(4.257)	-	-	-
Dividendos obrigatórios propostos	-	-	-	-	-	-	-	(20.222)	(20.222)	(21.103)	(41.325)
Constituição reserva de lucros	-	-	-	-	-	-	60.667	(60.667)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.569.625	(117.965)	23.137	(174.568)	(176.257)	23.048	127.232	-	2.274.252	505.982	2.780.234
Aquisição de ações de acionistas não controladores (nota 17 b)	-	-	-	(67.612)	-	-	-	-	(67.612)	(51.613)	(119.225)
Opção de compra de participação de acionistas não controladores	-	-	-	(775)	-	-	-	-	(775)	(272)	(1.047)
Aporte de acionistas não controladores	-	-	-	237	-	-	-	-	237	231	468
Realização da remuneração baseada em ações	-	-	(1.008)	-	1.008	-	-	-	-	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(27.661)	(27.661)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	123.755	123.755	132.910	256.665
Destinações:											
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	-	6.188	-	(6.188)	-	-	-
Dividendos obrigatórios propostos	-	-	-	-	-	-	-	(29.392)	(29.392)	(26.386)	(55.778)
Constituição reserva de lucros	-	-	-	-	-	-	88.175	(88.175)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	2.569.625	(117.965)	22.129	(242.718)	(175.249)	29.236	215.407	-	2.300.465	533.191	2.833.656

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

ÂNIMA HOLDING S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Valores expressos em milhares de reais - R\$

	Nota	Controladora		Consolidado	
		01/01/2025	01/01/2024	01/01/2025	01/01/2024
		a	a	a	a
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício		123.755	85.146	256.665	204.444
Ajustes:					
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa		6/20	-	185.432	178.526
Depreciação e amortização (exceto arrendamentos)		10/12/20	64.626	268.951	329.899
Amortização direito de uso de arrendamentos		11/20	-	158.517	151.136
Resultado de equivalência patrimonial			(443.339)	8.879	11.770
Despesas juros sobre empréstimos, debêntures e impostos parcelados			312.146	671.065	516.623
Baixa de custo de captação e taxa por antecipação pagamento de debêntures			-	-	25.666
Ganhos com investimento		9	(14.956)	(14.956)	-
Constituição, atualização e reversão de provisão para riscos		16	2.814	38.771	4.224
Despesa financeira de arrendamentos		11/22	-	142.873	142.313
Valor justo com derivativos		24	31.664	31.664	(1.057)
Valor justo bolsa Proies			-	26.069	17.063
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido		7	-	(3.806)	(18.376)
Outros ajustes ao lucro			1.581	12.135	13.364
			78.291	1.782.259	1.575.595
Variação nos ativos e passivos operacionais:					
Redução (aumento) de contas a receber		16	10.112	(273.586)	(321.156)
Redução (aumento) de depósitos judiciais			67	90	(23.239)
Redução (aumento) de outros ativos			807	(5.957)	37.076
(Redução) aumento de fornecedores			(2.066)	(11.077)	33.462
(Redução) aumento de obrigações tributárias, sociais e salariais			3.192	(17.871)	(18.659)
(Redução) aumento de adiantamento de clientes			-	4.156	38.365
(Redução) aumento de provisão para riscos		16	(1.036)	(98.346)	(78.754)
(Redução) aumento de outros passivos			(3.628)	(5.826)	3.198
Variação nos ativos e passivos operacionais:			7.448	(408.417)	(329.707)
Juros pagos			(275.065)	(738.763)	(635.346)
Imposto de renda e contribuição social pagos			-	(3.209)	(2.182)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais			(189.326)	631.870	608.360
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Mútuos com partes relacionadas					
Concessões			(9.998)	(7.565)	(2.161)
Recebimentos			36.999	4.631	1.525
Aumento de capital de não controladores			-	468	1.236
Redução (aumento) de capital em investida		9	(130.749)	(31.457)	(4.050)
Aquisições de controladas líquidas dos caixas adquiridos			-	-	(9.031)
Resgate de (investimento em) aplicações financeiras			(93.281)	(333.028)	(307.098)
Compra de ativo imobilizado		10	(2.209)	(94.147)	(87.339)
Compra de ativo intangível		12	(69.607)	(123.178)	(88.537)
Dividendos recebidos			163.899	-	-
Amortização de ações de controlada			70.680	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento			(34.266)	(584.276)	(495.455)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Mútuos com partes relacionadas					
Captações			938	-	-
Amortizações			(3.181)	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures					
Captações		13	445.864	445.864	2.815.750
Amortizações		13	(89.184)	(89.537)	(2.526.907)
Perda com derivativos		24.2	(10.143)	(10.143)	(10.899)
Amortização de títulos a pagar na aquisição de participações			-	(52.209)	(41.790)
Pagamento de arrendamentos (principal)		11	-	(142.496)	(133.322)
Pagamento de multa sobre entrega de imóveis			-	(7.959)	(8.784)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos			(20.307)	(70.708)	(246.763)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento			323.987	72.812	(152.715)
CAIXA GERADO (CONSUMIDO) NO EXERCÍCIO			100.395	120.406	(39.810)
VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES					
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício		5	795	99.601	139.411
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício		5	101.190	220.007	99.601

As principais transações que não afetaram o caixa estão apresentadas na nota 27.

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras individuais e consolidadas.

ÂNIMA HOLDING S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Valores expressos em milhares de reais - R\$

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
RECEITA		12.225	10.483	4.041.376	3.814.767
Receita de produtos e serviços	19	-	-	4.182.895	3.952.945
Outras receitas		12.225	10.483	43.913	40.348
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	6/20	-	-	(185.432)	(178.526)
INSUMOS ADQUIRIDOS POR TERCEIROS		71.963	51.508	(1.034.260)	(942.775)
Custo dos produtos e serviços		-	-	(181.661)	(130.581)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		71.963	51.508	(852.599)	(812.194)
VALOR ADICIONADO BRUTO		84.188	61.991	3.007.116	2.871.992
Depreciação e amortização		(64.626)	(62.441)	(427.468)	(481.036)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO		19.562	(450)	2.579.648	2.390.956
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		475.446	347.104	243.599	158.227
Resultado de equivalência patrimonial	9	443.339	331.011	(8.879)	(11.770)
Receitas financeiras	22	32.107	16.093	252.478	169.997
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		495.008	346.654	2.823.247	2.549.183
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO		495.008	346.654	2.823.247	2.549.183
Pessoal		20.219	43.289	1.139.987	1.136.280
Remuneração direta		19.631	42.877	968.281	971.771
Benefícios		396	317	82.467	73.529
FGTS		192	95	89.239	90.980
Impostos, taxas e contribuições		4.662	(8.794)	408.662	389.882
Federais		4.356	(9.117)	235.773	223.598
Estaduais		-	-	29	20
Municipais		306	323	172.860	166.264
Remuneração de capitais de terceiros		346.372	227.013	1.017.933	818.577
Despesas financeiras	22	346.339	227.012	1.001.636	804.028
Aluguéis		33	1	16.297	14.549
Remuneração de capitais próprios		123.755	85.146	256.665	204.444
Lucro retido	-	94.363	64.924	94.363	64.924
Dividendos distribuídos		29.392	20.222	29.392	20.222
Participação de acionistas não controladores		-	-	132.910	119.298

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

ÂNIMA HOLDING S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A ÂNIMA HOLDING S.A., (“Ânima” ou “Companhia”), com sede e foro na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, é uma sociedade por ações de capital aberto, registrada na B3 S.A.- Brasil, Bolsa, Balcão, sob o código ANIM3, que tem por objeto a prestação de serviços de assessoramento, consultoria e gestão a empresas e a participação direta e indireta no capital de empresas que atuam em:

- a) Administração de Instituições de Ensino Superior (“IES”), demais instituições de ensino e auxílio às atividades de apoio à educação.
- b) Prestação de serviços de ensino superior, incluindo cursos livres, de graduação, pós-graduação, mestrado, doutorado, extensão universitária, especialização, cursos à distância, bem como a realização de pesquisas.
- c) Organização de congressos, seminários, palestras, eventos culturais, publicações e serviços de informação na Internet, como portais, provedores de conteúdo e outros, a distribuição de vídeo e programas de televisão.
- d) Prestação de serviços de consultoria na área de educação e inovação tecnológica.

A Ânima e suas controladas doravante serão referidas como “Grupo” para fins destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, exceto se de outra forma indicado em informação específica.

As controladas, coligadas e controladas em conjunto da Companhia estão sumarizadas na nota explicativa 2.4.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS *accounting standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras consideram a Orientação Técnica OCPC 7 e a Deliberação CVM nº 727/2014, atendendo aos requerimentos mínimos e, ao mesmo tempo, divulgando somente informações relevantes, que auxiliem os leitores na tomada de decisões. Portanto, todas as informações relevantes usadas na gestão do negócio estão evidenciadas neste documento.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos na data de aquisição.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o pressuposto de continuidade operacional.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 12 de março de 2026.

2.1.1. Demonstração do Valor Adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

2.2. Adoção de novas normas e práticas contábeis

O Grupo aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

- **IAS 21 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis**

As alterações tratam, principalmente, da determinação da taxa de câmbio a ser utilizada quando não houver possibilidade prática de conversão entre moedas, fornecendo orientações adicionais sobre a avaliação da conversibilidade cambial e sobre as divulgações requeridas nessas circunstâncias.

- **CPC 18 (R3) / IAS 28 – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto**

A revisão introduz esclarecimentos relacionados à aplicação do método de equivalência patrimonial, incluindo orientações adicionais sobre reconhecimento de perdas, transações entre investidor e investida e aspectos específicos de mensuração e divulgação.

2.3. Alterações de novas normas e práticas contábeis, que ainda não estão em vigor

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir.

Alterações vigentes para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026:

- **Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros (Alterações nas divulgações)**

As alterações ao IFRS 9 e ao IFRS 7 introduziram esclarecimentos sobre a baixa de passivos financeiros, reforçando que a baixa ocorre na data de liquidação e permitindo, em determinadas circunstâncias, a adoção de política contábil para baixa de passivos liquidados por sistemas eletrônicos antes dessa data. Também foram atualizadas as orientações sobre a avaliação dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ESG ou cláusulas não tradicionais, além de esclarecido o conceito de operações “sem direito de regresso” e de instrumentos contratualmente vinculados. As alterações ainda incluíram novos requisitos de divulgação para instrumentos com características contingentes e para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de OCI. Essas mudanças não tiveram impacto material para o Grupo.

- **CBPS1/ IFRS S1 – Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade**

A norma estabelece requisitos gerais para a divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, com foco nos riscos e oportunidades que possam afetar o valor da entidade no curto, médio e longo prazos, promovendo maior consistência, comparabilidade e utilidade das informações para os usuários.

- **CBPS2/ IFRS S2 – Divulgações Relacionadas ao Clima**

A norma define requisitos específicos para a divulgação de informações relacionadas a riscos e oportunidades climáticos, incluindo governança, estratégia, gestão de riscos, métricas e metas, alinhadas às recomendações da *Task Force on Climate-related Financial Disclosures* (“TCFD”), com o objetivo de aprimorar a transparência sobre os impactos financeiros das questões climáticas.

Alterações vigentes para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027:

- **CPC 51 (Correspondente ao IFRS 18) – Apresentação e Divulgação de Demonstrações Contábeis**

A norma substitui a IAS 1 e estabelece novos requisitos para a apresentação da demonstração do resultado e do resultado abrangente incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements - PFS) e das notas explicativas

- **IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações**

A norma permite que subsidiárias que não possuam responsabilidade pública adotem requisitos reduzidos de divulgação, mantendo, contudo, os princípios de reconhecimento e mensuração das IFRS completas, com o objetivo de simplificar a preparação das demonstrações financeiras.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC emitidas e ainda não vigentes que, na avaliação da Administração, possam ter impacto relevante sobre as demonstrações financeiras do Grupo, exceto pelo CPC 51, com vigência a partir de 2027, que estabelece novas estruturas de divulgação para determinadas informações. A Administração acompanha continuamente a emissão de novas normas e interpretações pelo IASB.

2.4. Bases de consolidação e equivalência em investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo, e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle termina.

Saldos e transações entre empresas do Grupo são eliminados integralmente, e as políticas contábeis das controladas são ajustadas, quando necessário, para assegurar conformidade com as práticas adotadas pelo Grupo.

Os saldos de investimentos em controladas são apresentados utilizando o método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora, conforme descrito na nota explicativa 9.

Os exercícios sociais e as práticas contábeis das controladas, coligadas e controladas em conjunto coincidem com os da Controladora.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia mantinha as seguintes participações em controladas, controladas em conjunto, e coligadas:

	Participação (%)	
	31/12/2025	31/12/2024
Controladas (participação direta)		
Inspirali Educação S.A. (Inspirali)	74	74
VC Network Educação S.A. (VC Network)	45	45
Rede Educacional do Brasil Ltda. (Rede)	100	100
NS Educação Ltda. (NS Educação)	100	100
Gama Academy Treinamento Profissional S.A. (Gama)	100	100
Controladas (participação indireta)		
Brasil Educação S.A. (Brasil)	86	86
IEDUC - Instituto de Educação e Cultura S.A. (IEDUC)	86	86
Sociedade de Educação Superior e Cultura Brasil S.A. (Sociesc)	86	86
Instituto de Educação, Cultura e Ensino Superior S.A. (Unimonte)	100	100
FACEB Educação Ltda. (FACEB)	100	100
Instituto Politécnico de Ensino Ltda. (Politécnico)	100	100
PGP Educação S.A. (PGP Educação)	86	86
AGES Educação Ltda. (AGES Educação)	100	100
AGES Empreendimentos Educacionais Ltda. (Ages) (i)	86	74
Instituto de Educação Unicuritiba Ltda. (Unicuritiba)	100	100
Centro de Ensino Superior de Vespasiano Ltda. (Faseh) (ii)	72	63
CESG - Centro de Educação Superior de Guanambi S.A. (UniFG) (iii)	86	47
Cesuc Educação Ltda. (Cesuc) (iv)	100	100
Sociedade Catalana de Educação Ltda. (Catalana) (v)	-	100
Insegnare Educacional Ltda. (Insegnare)	86	86
HSM do Brasil S.A. (HSM Brasil)	100	100
Room Sistemas Interativos Ltda. (Medroom)	74	74
SOBEPE - Sociedade Brasileira Edu. Cult. Pesquisa S.A. (Sobepe) (i)	86	74
A2S Tecnologia para Educação Ltda. (A2S)	100	100
Instituto Ânima de Extensão Universitária Ltda. (Ânima Extensão)	86	86
Inovattus Empreendimentos e Participações Ltda. (Inovattus)	86	86
UNA Gestão Patrimonial S.A. (UNA GP)	100	100
VC Network Educação S.A. (VC Network)	41	41
AMC Serviços Educacionais Ltda (AMC)	86	86
ISCP – Sociedade Educacional Ltda. (ISCP ou UAM)	86	86
Associação Paraibana de Educação e Cultura Ltda. (Aspec)	100	100
FACS Serviços Educacionais Ltda. (Unifacs)	86	86
Faculdade de Desenvolvimento Rio Grande do Sul Ltda. (Fadergs)	100	100
Sociedade de Educação Ritter dos Reis Ltda. (UniRitter)	100	100
Instituto Brasileiro de Medicina de Reabilitação Ltda. (IBMR)	100	100
Sociedade Potiguar de Educação e Cultura Ltda. (UNP ou Apec)	86	86
Sociedade Capibaribe de Educação e Cultura Ltda. (Socec)	100	100
Centro Educacional de Formação Superior Ltda. - CEFOS (Milton Campos)	100	100
SOBEPE Educação Ltda. (Sobepe Educação)	100	100
IBCMED Serviços de Educação S.A. (IBCMED)	74	74
CSS Educação Ltda. (CSS Educação)	100	100
Centro de Estudos e Pesquisa em Saúde e Bem estar Ltda. (MedPós)	74	74
CREFISO – Centro de Reabilitação e Condicionamento Físico Ltda. (Crefiso)	86	47
FG Farmácia e Drogaria Ltda. (FG Farmácia)	86	47
Clínica Veterinária Unifg Ltda. (FG Veterinária)	86	47
EMR Eu Médico Residente Ensino Ltda. (EMR)	74	74
Instituto Inspirali de Saúde e Desenvolvimento Ltda	86	86

	Participação (%)	
	31/12/2025	31/12/2024
Controlada em conjunto (joint venture)		
Le Cordon Bleu Ânima Ltda. (LCB)	50	50
Vivae Educação Digital S.A. (Vivae) (vi)	-	50
Community Education e Marketing S.A (vii)	50	-
Coligadas		
Educa Itapevi	15	15
Singularity Education Group (Singularity)	4	4

Além das entidades acima, a Companhia é a única investidora do fundo Ânima Venture, conforme detalhado na nota explicativa 9.

- (i) Ages e Sobepe: Em 1º de agosto de 2025, foi aprovada, em Assembleia Geral Extraordinária da VC Network, operação de aumento de capital social no montante de R\$ 193.617, mediante subscrição de uma ação ordinária pela Inspirali. A integralização da ação ocorreu por meio da transferência de 19.279.054 ações da Sobepe, avaliadas com base em laudo de patrimônio líquido contábil emitido por empresa especializada. Do valor total da subscrição, R\$ 1 foi destinado ao capital social e R\$ 193.616 à reserva de capital.

Essa reestruturação foi uma transação sem efeito no caixa, não gerando impacto nos saldos consolidados, e tem como objetivo consolidar ativos mistos, que ofertam graduações relacionadas ao ex-medicina e graduação medicina, sob a estrutura da VC Network. Por ser subsidiária integral da Sobepe, a Ages passou a compor, a partir desta data, a estrutura societária da VC Network.

- (ii) Faseh: Em 14 de novembro de 2025, a Inovattus, controlada da Companhia, adquiriu 10.741 quotas da Faseh, correspondentes a 10,741% do capital total. Com essa operação, a Inovattus passou a deter 83.901 quotas, equivalentes a 83,901% do capital social da FASEH, mantendo-se como sua controladora. A contraprestação foi de R\$ 28.326, totalmente liquidados no exercício findo em 31 de dezembro de 2025. A operação foi caracterizada como transação entre acionistas, uma vez que a Companhia já detinha o controle da Faseh por meio da Inovattus, o impacto no patrimônio líquido Inovattus totalizou R\$ 8.348 e o reflexo na companhia foi de R\$ 6.176. A Faseh permanece sendo integralmente consolidada nas demonstrações financeiras da Ânima.
- (iii) UniFG: Em 12 de setembro de 2025, a Insegnare, subsidiária da Inspirali, exerceu os direitos decorrentes de instrumento contratual de opção para aquisição dos 45% remanescentes do capital social da UniFG, passando a deter 100% do capital social. A operação foi caracterizada como transação entre acionistas, uma vez que a Insegnare já detinha o controle e consolidava a UniFG desde 2020. Os efeitos da transação foram retroagidos a 1º de julho de 2025, ou seja, o resultado integral a partir dessa data é atribuído à Insegnare.

A contraprestação total acordada foi de R\$ 90.899, composta por:

- (i) assunção, pela Insegnare, de obrigações dos vendedores relativas a saldos a integralizar e outros créditos detidos pela Faseh contra os vendedores, totalizando R\$

82.156, sem impacto em caixa (vide Nota Explicativa nº 27). Estes saldos estavam registrados no balanço consolidado como “Direitos a receber por aquisições”;

- (ii) compromisso de concessão de bolsas de estudo no valor de até R\$ 2.000, a serem utilizadas por beneficiários indicados pelos vendedores, no prazo de até 24 meses contados da data de fechamento, sem impacto em caixa (vide Nota Explicativa nº 27); e
- (iii) pagamento em caixa de R\$ 6.743.

Adicionalmente, foram pagos dividendos aos vendedores no montante de R\$ 23.257, referentes aos lucros retidos de 2024 e do período findo em 30 de junho de 2025. Esses dividendos não integram o valor da contraprestação e foram contabilizados como distribuição de lucros aos acionistas minoritários.

A transação inclui, ainda, um eventual compromisso de até R\$ 500 por vaga de medicina, limitado a R\$ 94.000, condicionado à publicação de Portaria de Autorização pelo MEC até 31 de dezembro de 2026, conforme critérios e prazos definidos contratualmente. Não foi registrado passivo relacionado ao compromisso, por se tratar de evento futuro e incerto, não atendendo aos critérios para reconhecimento como passivo. Caso a autorização ocorra, o Grupo irá adquirir e usufruir os benefícios econômicos associados às respectivas licenças adicionais de vagas de medicina.

- (iv) Cesuc: entidade não operacional, CNPJ foi legalmente baixado no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.
- (v) Catalana: Em 1º de outubro de 2025, foi concluída a incorporação da Catalana pela FACEB. A operação compreendeu a transferência integral do patrimônio da Catalana para a FACEB, com correspondente aumento de capital na incorporadora, avaliado com base em laudo de patrimônio líquido contábil elaborado por empresa especializada. Como consequência, a Catalana foi extinta, não havendo efeitos no caixa nem alterações na consolidação, uma vez que ambas as empresas já eram integralmente consolidadas pelo Grupo.
- (vi) VivaE: Em 6 de outubro de 2025, a Ânima comunicou ao mercado que a VivaE, joint venture entre a Ânima e a Telefônica Brasil S.A., celebrou acordo de integração de negócios com a Ada Tecnologia e Educação S.A. (“Ada”). A operação visa integrar os portfólios complementares das companhias, gerando sinergias e fortalecendo a atuação no segmento de tecnologia e educação digital. Concomitantemente, a Ânima realizou aporte de R\$4.250 na VivaE, em 7 de outubro de 2025, conforme plano de negócios original da VivaE.

Em novembro de 2025, no contexto dessa transação, a Companhia transferiu integralmente sua participação na VivaE para a ADA, a valor justo da VivaE (R\$ 17.219). Tal aporte resultou no reconhecimento de ganho no resultado da Companhia de R\$ 6.363, conforme apuração do lucro proporcional à participação dos demais sócios na transação. Em seguida, a ADA incorporou a VivaE, extinguindo-a como pessoa jurídica, resultando em

25,44% de participação da Ânima na nova empresa oriunda da incorporação das ações da VivaE pela ADA. Em dezembro de 2025, após o recebimento da participação na ADA, a Companhia realizou o aporte dessa participação no Fundo Ânima Venture, a valor justo (R\$ 25.812), resultando no reconhecimento do ganho no resultado da Companhia no valor de R\$ 8.593.

Dessa forma, a ADA passou a compor o portfólio de investidas do Fundo Ânima Venture. O Fundo Ânima Venture não integra o quadro de participações da Companhia, pois não se enquadra como controlada, coligada ou joint venture, nos termos do CPC 36/IFRS 10 e CPC 18/IAS 28, tratando-se de um fundo de investimentos com governança independente, patrimônio segregado e gestão conduzida por gestora registrada, não configurando uma entidade operacional sujeita ao método da equivalência patrimonial.

- (vii) Community: Em 11 de junho de 2025, a Ânima realizou um investimento na Community, por meio da subscrição e integralização de 15 milhões de ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, no valor total de R\$ 15.000. Esse investimento foi efetuado por meio da capitalização de adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC) previamente realizados pela Ânima. A operação foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da investida e resultou na aquisição de 50% do capital social da Community, caracterizando a sociedade como uma *joint venture*. A partir dessa data, o investimento passou a ser contabilizado com base no método da equivalência patrimonial. Essa iniciativa está alinhada à estratégia da Ânima de diversificar sua atuação no setor educacional, com foco na expansão para segmentos além do ensino superior, especialmente voltados à chamada “economia criativa”.

2.5. Comparabilidade

As demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não apresentaram alterações relevantes em aspectos de consolidação do Grupo, em relação ao exercício anterior, que demandassem divulgações adicionais, não havendo, portanto, impactos relevantes para fins de comparabilidade.

As operações envolvendo VivaE, ADA, Community e o Fundo Ânima Venture não resultaram em aquisição ou perda de controle de entidades. Assim, não há efeitos relevantes na comparabilidade dos resultados consolidados entre 2025 e 2024.

2.6. Julgamentos e estimativas contábeis

De acordo com as normas IFRS e os pronunciamentos técnicos do CPC, a Administração deve exercer julgamentos e elaborar estimativas e premissas que influenciam a aplicação das políticas contábeis e os valores apresentados nas demonstrações financeiras. Tais estimativas e premissas são revisadas periodicamente, e seus efeitos são reconhecidos no período da revisão. Entretanto, os resultados reais podem divergir das estimativas adotadas.

As estimativas e julgamentos contábeis relevantes, e as respectivas notas explicativas, para fins de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas se referem a:

- (i) Perdas estimadas – contas a receber – nota explicativa 6
- (ii) Imposto de renda e contribuição social – nota explicativa 7
- (iii) Incerteza sobre o Tratamento de Tributos sobre o Lucro (IFRIC 23/ ICPC 22) – nota explicativa 7
- (iv) Direito de uso de arrendamentos e arrendamento a pagar – nota explicativa 11
- (v) *Impairment* de ativos não financeiros – nota explicativa 12
- (vi) Provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis – nota explicativa 16

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir e ao longo das notas explicativas, em conjunto com os assuntos aos quais se relacionam. Essas políticas foram aplicadas de forma consistente nos exercícios apresentados, salvo indicação do contrário.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

Os itens das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo são mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico em que cada entidade opera (“moeda funcional”).

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas de avaliação quando os saldos patrimoniais são remensurados. Os ganhos e/ou perdas cambiais relacionados às transações são apresentados líquidos na demonstração do resultado.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que correspondem à moeda funcional da Companhia e à moeda de apresentação do Grupo.

4. COMBINAÇÃO DE NEGÓCIO

4.1. Composição preço de compra e ágio

	2025	2024
	EMR	EMR
Data de aquisição	02/12/2024	02/12/2024
% Participação	100,00%	100,00%
Pagamento à vista	-	15.000
Pagamentos parcelados	-	10.000
Earn-out	-	50.000
Valor nominal da aquisição	-	75.000
[-] Ajuste a valor presente	-	(23.119)
Valor presente da aquisição	-	51.881
Ativos líquidos adquiridos a valor justo	988	23.136
Ágio gerado na aquisição	(988)	28.745

Em 2 de dezembro de 2024, o IBCMED efetuou a aquisição integral da Eu Médico Residente (“EMR”), pagando, à vista, o montante de R\$ 15.000, restando a pagar o montante de R\$ 60.000, sendo R\$ 10.000 referentes ao residual do preço de compra e R\$ 50.000 referentes à estimativa de *earn-out*.

4.2. Valor justo das aquisições

	2025	2024
Alocação dos ativos	EMR	EMR
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	-	5.530
Outros ativos circulantes	-	3.316
Imobilizado	-	913
Intangível	-	3.789
Carteira de clientes	272	-
Marca	-	22.345
Tecnologia	1.226	11.565
	1.498	47.458
Passivos		
Circulantes	-	6.792
IR/CS diferido passivo	510	11.530
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	6.000
	510	24.322
Ativos líquidos adquiridos a valor justo	988	23.136

A Companhia e seus consultores concluíram, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a apuração dos ativos e passivos a valor justo relacionados à aquisição, bem como a determinação final do ágio decorrente da transação. Assim, para 2025, encontra-se apresentada a alocação final do preço de compra, não havendo ajustes adicionais pendentes no período de mensuração.

POLÍTICAS

O Grupo adota o método de aquisição para contabilizar todas as combinações de negócios, independentemente da natureza dos ativos ou instrumentos patrimoniais envolvidos. A contraprestação transferida compreende passivos incorridos pelo adquirente com os ex-proprietários, participações societárias emitidas pelo Grupo e, o valor justo de ativos transferidos ou passivos decorrentes de contraprestação contingente e de eventual participação pré-existente na adquirida.

Os ativos identificáveis adquiridos, passivos assumidos e passivos contingentes são, com algumas exceções, mensurados a valor justo na data da aquisição. A participação não controladora é reconhecida, aquisição a aquisição, pelo valor justo ou pela proporção correspondente nos ativos líquidos identificáveis da adquirida.

A mensuração dos ativos e passivos ao valor justo baseia-se em avaliações de especialistas externos, que utilizam estimativas relevantes, como fluxos de caixa futuros descontados. A Administração exerce julgamentos sobre contingências e efeitos tributários relacionados à combinação de negócios. Os custos de aquisição são reconhecidos no resultado quando incorridos.

O ágio é apurado quando a soma da contraprestação transferida, da participação não controladora e da participação pré-existente excede o valor justo dos ativos líquidos identificáveis; caso contrário, a diferença é reconhecida como ganho por compra vantajosa.

Contraprestações diferidas são ajustadas a valor presente na data da aquisição e classificadas como passivo financeiro. Se aplicável, a contraprestação contingente é igualmente reconhecida como passivo financeiro e reavaliada periodicamente a valor justo, com efeitos no resultado.

5. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos	1.469	795	26.857	22.314
Aplicações financeiras - Operações	99.721	-	193.150	77.287
Total do caixa e equivalentes de caixa	101.190	795	220.007	99.601
Aplicações financeiras - Investimento				
Curto prazo	393.262	299.981	1.485.408	1.152.380
Total das aplicações financeiras	393.262	299.981	1.485.408	1.152.380
Ativo circulante	494.452	300.776	1.705.415	1.251.981

As aplicações financeiras classificadas como operações referem-se a Certificados de Depósito Bancário (CDBs) com liquidez imediata, destinados à gestão de caixa no curto prazo. Já as aplicações financeiras classificadas como investimento concentram-se, majoritariamente, em fundos de investimento de renda fixa, também com liquidez diária, cujos recursos são alocados em ativos financeiros referenciados à taxa de juros dos depósitos interbancários (CDI). Apesar da liquidez imediata, por possuírem lastro significativo em letras do tesouro nacional brasileiro, não se classificam como equivalentes de caixa. No exercício de doze meses findo em 31 de dezembro de 2025, a rentabilidade média ponderada das cotas desses fundos foi de 101,57% do CDI. (104,42% do CDI em 2024)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 o Grupo mantinha aproximadamente R\$ 41.140 dos valores apresentados no quadro acima classificados como dados em garantia ou bloqueados.

POLÍTICA

Caixa e equivalentes de caixa compreendem numerário, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencimento original de até três meses e risco insignificante de alteração de valor. Aplicações em CDBs e fundos de investimento com liquidez diária, ainda que indexados à taxa DI, não são classificadas como equivalentes de caixa, pois possuem ativos com vencimentos superiores a três meses.

6. CONTAS A RECEBER E ADIANTAMENTO DE CLIENTES

6.1. CONTAS A RECEBER

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber mensalidades (a)	911.787	943.155
FIES - Financiamento estudantil (b)	125.784	122.292
Financiamentos (c)	366.653	329.869
Eventos	16.051	7.159
Sublocações, serviços e outros	37.983	40.538
Total	1.458.258	1.443.013
Perdas estimadas (d)	(570.758)	(606.150)
Total geral contas a receber	887.500	836.863
Ativo circulante	771.910	740.573
Ativo não circulante	115.590	96.290

- (a) Refere-se a mensalidades, negociações efetuadas através de boletos, empresas de cobrança, cheques pré-datados, cartões de crédito e cheques devolvidos. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas realizaram antecipação de recebíveis e cessão de direitos fiduciários, ambos provenientes de cartão de crédito. Os valores líquidos recebidos foram R\$ 325.669 e R\$ 3.221 (R\$262.906 e R\$40.813, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024), respectivamente, e as taxas de desconto pela antecipação estão entre 1,07% e 1,66% ao mês (entre 0,90% e 1,08% em 31

de dezembro de 2024) e pela cessão entre 1,30% e 1,40% ao mês (entre 0,92% e 1,11% em 31 de dezembro de 2024). Ambas as operações não possuem direito de regresso.

- (b) Refere-se às mensalidades financiadas pelo programa governamental FIES (Fundo de Financiamento Estudantil), líquidas de comissões (FGEDUC, FG-FIES e agente financeiro). O FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) repassa estes valores por meio de créditos que são utilizados para compensação de impostos e contribuições federais, podendo, ainda, serem recomprados pelo Fundo.
- (c) Refere-se a mensalidades financiadas, líquidas do ajuste a valor presente, decorrentes, principalmente, do Pravalor e Facilita. No Facilita, o aluno ingressante paga o valor entre R\$ 49,00 e R\$ 249,00 nas primeiras mensalidades, podendo sofrer alterações, e a diluição da diferença para o valor integral dessas mensalidades, sem bolsas e/ou benefícios, ocorre em número de parcelas correspondentes ao prazo de duração previsto para a matriz curricular mínima regular de conclusão do curso. Já no Pravalor, o aluno normalmente paga entre 33% e 65% do valor nominal de sua mensalidade durante seus estudos e o restante após formado, até completar o dobro do tempo do curso. As taxas de financiamento cobradas dos alunos variam conforme a modalidade do contrato, que também são corrigidas pela inflação. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia realizou operações de antecipação de recebíveis relacionados ao Pravalor, resultando no ingresso líquido de R\$ 127.732, após dedução de taxas de deságio e comissões, a operação não possui direito de regresso.
- (d) A Companhia e suas controladas constituem perdas estimadas com base em análises do saldo de clientes por carteira e respectivas faixas de atraso, considerando o histórico de inadimplência, as negociações em andamento e as perspectivas de recebimento futuro.

Nessa metodologia, atribui-se a cada faixa de vencimento de cada carteira um percentual de probabilidade de perda, que é periodicamente calculado e reavaliado.

A Administração da Companhia revisa continuamente a adequação dos percentuais utilizados nas estimativas de perdas, de modo a refletir eventuais impactos decorrentes do ambiente macroeconômico e assegurar que o nível da estimativa seja compatível com o risco de crédito associado ao saldo de contas a receber.

O saldo de contas a receber por data de vencimento está distribuído conforme o quadro abaixo, em que também são demonstrados os percentuais médios de perda estimada das carteiras, por faixa de vencimento:

Consolidado					
31/12/2025					
	Saldo do contas a receber	Perdas estimadas	% Perda por faixa de vencimento	Saldo líquido	% (*)
A vencer	522.177	(102.033)	19,54%	420.144	47,34%
Cartão de Crédito	28.201	-	-	28.201	3,18%
FIES	125.784	(8.845)	7,03%	116.939	13,18%
Vencidos:					
De 0 a 90 dias	187.927	(72.832)	38,76%	115.095	12,97%
De 91 a 180 dias	104.325	(46.198)	44,28%	58.127	6,55%
De 181 a 360 dias	194.137	(121.294)	62,48%	72.843	8,21%
De 361 a 720 dias	295.707	(219.556)	74,25%	76.151	8,57%
Total	1.458.258	(570.758)	39,14%	887.500	100,00%

Consolidado					
31/12/2024					
	Saldo do contas a receber	Perdas estimadas	% Perda por faixa de vencimento	Saldo líquido	% (*)
A vencer	507.743	(133.255)	26,24%	374.488	44,75%
Cartão de Crédito	19.371	-	-	19.371	2,31%
FIES	122.292	(12.687)	10,37%	109.605	13,10%
Vencidos:					
De 0 a 90 dias	189.475	(66.828)	35,27%	122.647	14,66%
De 91 a 180 dias	99.743	(43.191)	43,30%	56.552	6,76%
De 181 a 360 dias	179.787	(112.188)	62,40%	67.599	8,08%
De 361 a 720 dias	324.602	(238.001)	73,32%	86.601	10,34%
Total	1.443.013	(606.150)	42,01%	836.863	100,00%

(*) Refere-se ao percentual de participação em relação ao total do contas a receber por faixa de vencimento.

A movimentação das perdas estimadas nos exercícios é como segue:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	606.150	590.416
Perdas estimadas líquidas	185.432	178.526
Títulos baixados (i)	(220.824)	(162.792)
Saldo final	570.758	606.150

- (i) Títulos classificados como incobráveis, considerando que estão vencidos há mais de dois anos e não apresentam perspectivas razoáveis de recuperação.

6.2. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES E BOLSAS A CONCEDER

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamento (a)	106.293	104.579
Crédito bolsas (b)	16.809	15.217
Faturamento antecipado de clientes	772	60
Projetos de pesquisa	1.367	1.231
Total	125.241	121.087
Passivo Circulante	108.336	105.392
Passivo Não Circulante	16.905	15.695

- (a) Refere-se, principalmente, a matrículas e mensalidades recebidas antecipadamente e ao crédito dos alunos participantes do Pravaler, um financiamento educacional feito entre os alunos e a empresa financeira Pravaler S.A., na modalidade em que o aluno alonga o prazo de pagamento para o dobro do normal, reduzindo o valor da parcela mensal. O contrato do crédito é renovado semestralmente entre o Pravaler S.A. e o aluno, sendo que este perde o vínculo financeiro com a instituição e passa a ter apenas o vínculo com o Pravaler. Sempre que é efetuada uma adesão do serviço ou uma renovação do crédito, o Pravaler realiza o repasse antecipado de parte substancial do valor financiado no semestre do aluno para as controladas da Companhia.
- (b) Referem-se a (i) créditos dos vendedores da manutenção da Unisul, que podem utilizá-los mediante a concessão de bolsas de estudo ou pela comercialização de tais bolsas, conforme previsto no contrato de compra e venda, e (ii) bolsas do programa Predu (Programa Educação para Todos) ofertadas pela Prefeitura de Paripiranga aos alunos da Ages e Ages Educação, de forma integral ou parcial nos cursos presenciais até a conclusão do curso. As fontes de recursos das bolsas Predu são provenientes da conversão dos valores devidos de ISS e IPTU à prefeitura de Paripiranga.

JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

Perdas Estimadas

A Companhia e suas controladas aplicam a abordagem simplificada da IFRS 9/CPC 48, que exige o reconhecimento das perdas esperadas ao longo da vida do ativo desde o reconhecimento inicial. Para tal, as contas são registradas pelo valor faturado ajustado pelas perdas de crédito esperadas.

A estimativa para perdas com créditos de liquidação duvidosa é avaliada prospectivamente. A metodologia aplicada considera se houve uma mudança significativa do risco de crédito e utiliza como base as perdas históricas incorridas nos últimos três anos. As taxas históricas são ajustadas para refletir informações atuais e futuras sobre fatores macroeconômicos que possam afetar a capacidade de liquidação dos recebíveis. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas analisam e ajustam as taxas históricas com base em outros fatores relevantes.

Para mitigar o risco de crédito das contas a receber, a matrícula para o próximo semestre letivo é, em termos gerais, bloqueada para os alunos inadimplentes com empresas do Grupo.

POLÍTICA

Contas a Receber

As contas a receber de clientes representam os valores que o Grupo tem a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal de suas atividades. Essas contas são mantidas para arrecadar fluxos de caixa contratuais. Elas são inicialmente reconhecidas pela contraprestação a receber identificada nos respectivos contratos com clientes e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado (utilizando o método da taxa efetiva de juros), deduzidas das estimativas para perdas. Caso o prazo de recebimento seja igual ou inferior a um ano, as contas são classificadas no ativo circulante; caso o prazo seja superior a um ano, são apresentadas no ativo não circulante. Determinadas modalidades de recebíveis, como os financiamentos estudantis concedidos aos alunos, possuem prazos de realização superiores ao ciclo operacional normal. Para esses contratos, quando aplicável, o Grupo reconhece o ajuste a valor presente (AVP), utilizando como taxa de desconto uma taxa equivalente ao rendimento das aplicações financeiras referenciadas ao CDI.

Adiantamentos de Clientes

Os adiantamentos de clientes e créditos bolsas correspondem a passivos contratuais reconhecidos quando o Grupo recebe contraprestação antes da transferência dos serviços educacionais e outros serviços complementares oferecidos pelo Grupo aos clientes. Esses valores são registrados no passivo circulante no momento do recebimento. A receita é reconhecida à medida que o Grupo satisfaz as obrigações de desempenho previstas nos contratos com clientes, geralmente ao longo do prazo contratual

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTES E DIFERIDOS

7.1. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

Ativo – A Companhia e suas controladas possuem créditos fiscais de imposto de renda (“IRPJ”) sobre prejuízos fiscais e contribuição social sobre o lucro líquido (“CSLL”) sobre base negativa; entretanto, o registro contábil de ativos diferidos sobre esses créditos fiscais somente ocorre quando há segurança razoável de sua realização. A Controladora possui prejuízos fiscais e base negativa de CSLL no montante de R\$ 1.931.788 (R\$ 1.662.943, em 31 de dezembro de 2024) não constituídos e, no consolidado, o montante é de R\$ 6.580.715 (R\$ 5.879.539, em 31 de dezembro de 2024), não sujeitos a prazo prescricional.

Segue abaixo a movimentação do saldo do crédito tributário diferido ativo:

	Saldo Inicial	Movimentação		Saldo Final
	31/12/2024	Constituição/ Reversão de crédito tributário	Compensação tributo diferido passivo	31/12/2025
Imposto de renda	-	4.079	(4.079)	-
Contribuição social	-	1.462	(1.462)	-
Total	-	5.541	(5.541)	-

	Saldo Inicial	Movimentação			Saldo Final
	31/12/2023	Constituição/ Reversão de crédito tributário	Compensação tributo diferido passivo	Compensação parcelamento	31/12/2024
Imposto de renda	-	14.831	(3.049)	(11.782)	-
Contribuição social	-	5.339	(1.098)	(4.241)	-
Total	-	20.170	(4.147)	(16.023)	-

Passivo - Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos foram calculados sobre a diferença entre o valor contábil e o valor justo dos ativos alocados em combinação de negócios, que deram origem a uma obrigação fiscal diferida que será realizada na eventual alienação do negócio ou na realização dos ativos alocados.

No exercício findo em 31 dezembro de 2025, os tributos diferidos, ativos e passivos, estão apresentados pelo valor líquido, quando há direito legal e a intenção de compensá-los no momento da apuração dos tributos correntes, sendo, em geral, relacionados com a mesma entidade legal e a mesma autoridade fiscal. Dessa forma, tributos diferidos ativos e passivos, em diferentes entidades, são apresentados em separado e não pelo valor líquido consolidado.

A movimentação dos saldos passivos, exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi como segue:

	Saldo Inicial	Movimentação			Saldo Final
	31/12/2024	Combinação de negócios	Amortização de tributo diferido sobre a mais valia	Compensação com tributo diferido ativo	31/12/2025
Imposto de renda	52.827	375	(747)	(4.079)	48.376
Contribuição social	18.910	135	(269)	(1.462)	17.314
Total	71.737	510	(1.016)	(5.541)	65.690

	Saldo Inicial	Movimentação			Saldo Final
	31/12/2023	Combinação de negócios	Amortização de tributo diferido sobre a mais valia	Compensação com tributo diferido ativo	31/12/2024
Imposto de renda	47.774	8.478	(376)	(3.049)	52.827
Contribuição social	17.200	3.052	(244)	(1.098)	18.910
Total	64.974	11.530	(620)	(4.147)	71.737

7.2. Conciliação da taxa efetiva

A reconciliação entre a despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social pelas alíquotas nominal e efetiva está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	123.755	73.938	252.859	186.068
Alíquota fiscal combinada	34,00%	34,00%	34,00%	34,00%
IRPJ e CSLL calculados pela alíquota fiscal combinada	(42.077)	(25.139)	(85.972)	(63.263)
Ajustes ao resultado:				
Equivalência patrimonial	150.735	112.544	(3.019)	(4.002)
Incentivo fiscal - PROUNI (a)	-	-	287.417	195.146
Créditos tributários não constituídos (b)	(91.381)	(93.725)	(251.778)	(265.823)
Amortização do ágio	-	-	74.783	74.833
Constituição de crédito REFIS (c)	-	11.208	-	16.023
Outras adições e exclusões	(17.277)	6.320	(17.625)	65.462
IRPJ e CSLL calculados	-	11.208	3.806	18.376
IRPJ e CSLL correntes no resultado do exercício	-	-	(2.751)	(2.414)
IRPJ e CSLL diferidos no resultado do exercício	-	11.208	6.557	20.790
Ativo	-	11.208	5.541	20.170
Passivo	-	-	1.016	620
Alíquota efetiva de IRPJ e CSLL	0,00%	-15,16%	-1,51%	-9,88%

- Refere-se ao benefício das isenções fiscais do Imposto de Renda e Contribuição Social, em cumprimento ao disposto pela legislação do PROUNI. Essa isenção refere-se somente ao lucro e à receita das atividades de ensino superior provenientes de cursos de graduação, e é renovada semestralmente mediante a assinatura digital de termo de adesão junto ao MEC.
- Tais créditos não constituídos referem-se a diversas diferenças temporárias (por exemplo perdas estimadas, provisão para riscos, entre outros), prejuízo fiscal e base negativa sobre as quais não foram constituídos créditos tributários tendo em vista a não existência de expectativa de sua realização.
- No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia aderiu ao programa de autorregulização incentivada, com dispositivos previstos na Lei 12.740/2023 e na Instrução Normativa (IN) 2.168/2023, com possibilidade de liquidar 50% dos débitos inseridos no programa com utilização de créditos de Prejuízo Fiscal (IRPJ) e base negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), próprios ou de empresas do mesmo grupo econômico, e os outros 50% através de parcelamento fiscal em 48 meses, com correção do saldo pela taxa Selic. Os débitos elegíveis inscritos no programa, os quais são amparados por liminares e decisões judiciais acatadas pela Receita Federal e que estão em processo de homologação, totalizaram o montante de R\$ 32.048.p

Neste contexto, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas constituíram créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa

de CSLL, no montante de R\$ 16.023, (sendo R\$ 11.208 na controladora), que foram utilizados para compensar parte dos débitos de INSS inscritos no programa de autorregularização incentivada. Do montante constituído na controladora, o valor de R\$ R\$ 8.860 foi transferido, às controladas que aderiram ao programa, por meio de instrumento de cessão onerosa de créditos.

JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

Ativos de imposto de renda e CSLL diferidos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis à medida em que diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais possam ser utilizados ou quando há reconhecimento de imposto diferido decorrente de combinação de negócios. Neste último caso, a empresa adquirente reconhece imposto de renda e contribuição social diferidos ativos limitados a 30% do saldo do tributo diferido passivo constituído. A probabilidade da disponibilidade de lucros tributáveis futuros é avaliada em projeções elaboradas com base em premissas internas e cenários econômicos futuros que podem, portanto, estar sujeitos a alterações.

O imposto de renda e a CSLL diferidos são reconhecidos pelo método do passivo, sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, bem como sobre prejuízos fiscais. O cálculo do imposto de renda e da CSLL também considera, quando aplicável, os efeitos do PROUNI para determinação da alíquota tributária a ser aplicada. Para as entidades operacionais participantes do PROUNI, a alíquota que se espera que seja aplicável no período em que for realizado o ativo ou liquidado o passivo das instituições é equivalente a zero. Para entidades não participantes do PROUNI, os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos às alíquotas nominais de 25% e 9%, respectivamente.

Incerteza sobre o Tratamento de Tributos sobre o Lucro (IFRIC 23/ ICPC 22)

O Grupo adota certas posições fiscais na apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido que acredita estarem de acordo com a legislação vigente e cuja análise atual de prognóstico, com base em avaliação do departamento jurídico interno da Companhia, amparada por opinião de assessores jurídicos externos, é de que elas serão provavelmente aceitas em decisões de tribunais superiores de última instância. Contudo, a determinação final é incerta e depende de fatores não controlados pelo Grupo, como mudanças na jurisprudência e alterações nas leis e regulamentos tributários, o que pode resultar em as autoridades fiscais não concordarem com um ou mais destes procedimentos.

POLÍTICA

As despesas de IR e CSLL do exercício são compostas pelos tributos correntes e diferidos.

O reconhecimento desses tributos ocorre, em regra geral, na demonstração do resultado. Contudo, se o imposto estiver relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, ele deve ser reconhecido na mesma rubrica.

As Instituições de Ensino Superior (IES) fazem parte do Programa Universidade Para Todos (“PROUNI”), que concede às IES privadas isenção de determinados tributos federais, em troca da concessão de bolsas parciais e integrais a alunos de baixa renda, matriculados em cursos de graduação. Estão incluídos na isenção os seguintes tributos federais: IRPJ (imposto de renda), CSLL (contribuição social sobre o Lucro Líquido), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e PIS (Programa de Integração Social), relativos às receitas dos cursos de graduação tradicionais e tecnológicos.

Correntes

O imposto de renda e a CSLL a pagar são calculados com base no lucro tributável de cada empresa, ajustado com base em adições e exclusões previstas na legislação aplicável. O imposto de renda e a CSLL correntes foram calculados com base nos critérios estabelecidos em instrução normativa emitida pela Receita Federal do Brasil em relação ao PROUNI.

Os ativos e passivos de imposto de renda e CSLL correntes são mensurados pelo valor que se espera recuperar ou pagar às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias aplicadas para calcular o valor dos tributos são aquelas que foram promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de tributos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

8. DIREITOS A RECEBER POR AQUISIÇÕES

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Reembolsáveis por alienantes (a)	36.428	109.201
Ativos de indenização (b)	206.306	106.086
Empréstimos a terceiros (c)	6.385	8.993
Total	249.119	224.280
Ativo Circulante	-	-
Ativo Não Circulante	249.119	224.280

- (a) Referem-se a valores a serem reembolsados pelos antigos controladores das entidades USJT, ACAD, Ages, Ages Educação, Faceb, Faseh, Unicuritiba, APEC, Ieduc, Sociesc, Milton Campos e IBMR provenientes de processos judiciais e parcelamentos fiscais pagos pelas controladas da Companhia que, de acordo com o respectivo contrato de compra, são de responsabilidade dos antigos proprietários. Esses valores podem ser compensados com

aluguéis ou outros pagamentos devidos aos antigos proprietários. A redução do saldo em 31 de dezembro de 2025 decorre principalmente da compensação dos valores relacionados à aquisição da participação remanescente da UniFG.

- (b) O Grupo registra os ativos de indenização, em contrapartida de passivos contingentes (nota explicativa 16), relacionados às aquisições de suas controladas. Nos contratos de aquisição das controladas, os vendedores concordaram, contratualmente, em indenizar o Grupo por valores que eventualmente possam vir a ser pagos em relação a passivos que são oriundos da gestão dos vendedores. A variação apresentada em 2025 decorre, principalmente, do reconhecimento do ativo de indenização relacionado ao processo tributário da UAM/ISCP, cujo risco foi reclassificado para provável no exercício. Conforme previsto contratualmente, tais valores serão reembolsados pelos antigos proprietários ou compensados com pagamentos de aluguéis devidos, quando aplicável. Parte relevante dos ativos de indenização permanece associada às aquisições da UAM e demais entidades do Grupo Laureate.
- (c) Refere-se a empréstimo realizado pela controlada IEDUC à sua antiga controladora, o qual possui taxa de juros de 1,7% a.m., com prazo de vencimento até 2035. O empréstimo é garantido pelos pagamentos do arrendamento devidos aos antigos proprietários.

POLÍTICAS

Os direitos a receber por aquisições decorrem de disposições estabelecidas nos instrumentos de compra e venda firmados no contexto de combinações de negócios.

Reembolsáveis por alienantes

Referem-se a valores a serem reembolsados pelos antigos proprietários das entidades adquiridas, decorrentes de ajustes de preço, contingências ou outras obrigações previstas na transação. São reconhecidos como ativos financeiros e mensurados, quando aplicável, ao custo amortizado.

Ativos de indenização

Correspondem a direitos de indenização assumidos pelos alienantes em relação a perdas, contingências ou passivos vinculados à aquisição. São reconhecidos de forma consistente com o item indenizado, inclusive quanto à mensuração subsequente, observadas as condições estabelecidas na transação.

Empréstimos a terceiros

Correspondem a valores concedidos a terceiros no contexto das aquisições. São classificados como ativos financeiros e mensurados ao custo amortizado, quando aplicável, estando sujeitos ao reconhecimento de perdas esperadas.

9. INVESTIMENTOS

As principais informações financeiras das controladas diretas, coligadas e controladas em conjunto estão demonstradas a seguir:

31/12/2025							
Controladas com participação direta e demais investimentos							
	Participação direta no patrimônio líquido	Total de ativos	Total dos Passivos	(-) Demais participações (i)	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(-) Resultado de demais participações (i)	Resultado do exercício
VC Network (ii)	45%	4.830.503	355.136	2.753.892	1.721.475	715.107	180.574
Inspirali Brasil	74%	4.075.783	2.154.953	499.633	1.421.197	105.525	300.227
Rede	100%	594.588	174.565	-	420.023	-	(43.895)
NS Educação	100%	435.218	4	-	435.214	-	16.997
Community (iii)	50%	27.395	15.395	1.000	11.000	(4.000)	(4.000)
LCB	50%	15.412	29.694	(7.141)	(7.141)	(2.927)	(2.927)
Gama Academy	100%	2.615	1.575	-	1.040	-	(1.686)
Vivae (iv)	50%	-	-	-	-	(1.951)	(1.951)
Ânima Venture (iv)	-	-	-	-	49.813	-	-
Ágio	-	-	-	-	34.172	-	-
					4.086.793		443.339
				Investimentos	4.093.934		
				Provisão para perdas em investimentos	(7.141)		

- (i) Refere-se a participações em entidades controladas em conjunto e participação de acionistas não controladores.
- (ii) Refere-se à participação direta, de 45%, da Companhia no capital social da VC Network, referente às ações preferenciais que dão direito ao resultado líquido das operações não oriundas dos cursos de Medicina.
- (iii) Em 11 de junho de 2025, a Companhia investiu R\$ 15.000 na Community, passando a deter 50% do capital social (nota explicativa 2.4).
- (iv) Em novembro de 2025, a Companhia aportou sua participação na VivaE na ADA. Posteriormente, a participação recebida na ADA foi integralmente aportada no Fundo Ânima Venture (nota explicativa 2.4). O Ânima Venture é um fundo exclusivo de venture capital da Ânima, para investimentos em *startups* do ecossistema educacional, incluindo *edtechs* e empresas que desenvolvem soluções ágeis e transformacionais, com horizonte de 10 anos a partir da sua constituição. O Fundo foi criado sob a forma de condomínio fechado, nos termos das instruções CVM nº 175 e CVM nº 579, bem como pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis. Em 31 de dezembro de 2025 o portfólio do Fundo continha sete investidas. Os investimentos do fundo devem ser mensurados, majoritariamente, ao valor justo, uma vez que se trata de entidade de investimento sem o objetivo de controle acionário.

Seguem abaixo as controladas que possuem ou possuíram, ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, participação de acionistas não controladores:

	31/12/2025					
	Participação no patrimônio líquido	Total de ativos	Total de passivos	[-] Participação de acionistas não controladores	Patrimônio líquido	[-] Resultado de acionistas não controladores
UniFG (i)	100%	113.896	73.519		40.377	10.564
FASEH (ii)	84%	229.374	20.927	33.558	174.889	16.821
Inspirali Brasil	74%	4.075.783	2.154.953	499.633	1.421.197	105.525
				533.191		132.910

- (i) Em 12 de setembro de 2025, a Insegnare, subsidiária da Inspirali, exerceu os direitos decorrentes de instrumento contratual de opção para aquisição dos 45% remanescentes do capital social da UniFG (nota explicativa 2.4).
- (ii) Em 14 de novembro de 2025, a Inovattus, subsidiária da Inspirali, adquiriu 10,741% adicionais do capital social da Faseh, por meio da compra de quotas detidas pelos acionistas não controladores (nota explicativa 2.4).

Movimentação dos saldos no exercício:

	Controladora									
	Saldo em 31/12/2024	Aumento de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Reserva de capital	Distribuição de dividendos	Amortização de ações (i)	Ajuste de Avaliação Patrimonial (ii)	Mudança de participação (iii)	Movimentação societária (iv)	Redução de Capital (v)
Ativo										
Inspirali Brasil	1.238.162	-	300.227	(775)	(75.053)	-	(41.601)	237	-	-
VC Network	1.744.744	-	180.574	-	(107.152)	(70.680)	(26.011)	-	-	-
Rede	417.971	45.947	(43.895)	-	-	-	-	-	-	-
NS Educação	453.501	22.510	16.997	-	(35.219)	-	-	-	-	(22.575)
Gama Academy	-	1.040	-	-	-	-	-	-	-	-
Vivae	5.189	7.618	(1.951)	-	-	-	-	-	(10.856)	-
Ânima Venture	15.651	8.350	-	-	-	-	-	-	25.812	-
Community	-	15.000	(4.000)	-	-	-	-	-	-	-
Ágio	34.172	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	3.909.390	100.465	447.952	(775)	(217.424)	(70.680)	(67.612)	237	14.956	(22.575)
(Passivo)										
Gama Academy	(28.598)	30.284	(1.686)	-	-	-	-	-	-	-
LCB	(4.214)	-	(2.927)	-	-	-	-	-	-	-
	(32.812)	30.284	(4.613)	-	-	-	-	-	-	(7.141)
Total	3.876.578	130.749	443.339	(775)	(217.424)	(70.680)	(67.612)	237	14.956	(22.575)

	Controladora									
	Saldo em 31/12/2023	Aumento de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Reserva de capital	Distribuição de dividendos	Amortização de ações (i)	Aquisição	Mudança de participação (iii)	Redução de Capital	Saldo em 31/12/2024
Ativo										
Inspirali Brasil	1.204.721	-	239.988	(1.374)	(189.390)	-	-	(15.783)	-	1.238.162
VC Network	1.809.970	-	108.172	-	-	(173.398)	-	-	-	1.744.744
Rede	316.523	121.189	(19.741)	-	-	-	-	-	-	417.971
NS Educação	473.750	22.541	17.218	-	-	-	-	-	(60.008)	453.501
Vivae	13.117	-	(7.928)	-	-	-	-	-	-	5.189
Ânima Venture	11.601	4.050	-	-	-	-	-	-	-	15.651
Ágio	34.172	-	-	-	-	-	-	-	-	34.172
	3.863.854	147.780	337.709	(1.374)	(189.390)	(173.398)	-	(15.783)	(60.008)	3.909.390
(Passivo)										
Gama Academy	(10.934)	-	(4.045)	-	-	-	(13.619)	-	-	(28.598)
LCB	(1.561)	-	(2.653)	-	-	-	-	-	-	(4.214)
	(12.495)	-	(6.698)	-	-	-	(13.619)	-	-	(32.812)
Total	3.851.359	147.780	331.011	(1.374)	(189.390)	(173.398)	(13.619)	(15.783)	(60.008)	3.876.578

- (i) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovados, em assembleias gerais extraordinárias da controlada VC Network, a utilização de reservas para amortização parcial de 943.353 ações preferenciais da VC Network, no valor de R\$ 70.680 (2.275.241 ações preferenciais da VC Network, no valor de R\$ 173.398 em 31 de dezembro de 2024). A amortização das ações representa a transferência, pela VC Network, do saldo positivo de caixa gerado pelas operações não relacionadas à medicina que são atribuíveis às ações preferenciais detidas pela Ânima. As amortizações ocorreram sem redução do capital social da controlada. As ações amortizadas foram substituídas por ações de fruição que persistirão com os mesmos direitos conferidos às ações preferenciais não amortizadas, inclusive ao que tange ao direito a dividendos. Adicionalmente, em 11 de março de 2026 foi estabelecida a recomposição de caixa da VC Network pela Ânima no montante de R\$ 47.579.
- (ii) Valores referem-se aos reflexos da aquisição da participação remanescente de 45% da participação da UniFG e da aquisição adicional de 10,741% de participação detida pelos acionistas não controladores da Faseh (nota explicativa 2.4).
- (iii) Efeitos decorrentes da redução da participação da Companhia no capital social da Inspiralí Brasil, originados: (a) em 2025, exclusivamente dos aportes realizados por funcionários através de planos de remuneração baseados em ações; e (b) em 2024, principalmente do ajuste da dívida líquida previsto no acordo firmado com o Fundo Genoma VIII, somado a aportes adicionais de pessoas físicas.
- (iv) Efeito decorrente da transação envolvendo a Vivae, ADA e Ânima Venture, reconhecida a valor justo e que resultou em ganho registrado no exercício, conforme descrito na nota Explicativa 2.4.
- (v) A redução de capital da investida, no valor de R\$ 22.575, ocorreu mediante devolução de adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) anteriormente recebido, não gerando efeitos no resultado e sem alteração nos ativos consolidados do Grupo.

Os saldos de investimento consolidados são compostos pelos investimentos do Ânima Venture, além das investidas LCB, Community, Educa Itapevi e Singularity. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Educa Itapevi registrou aumento de capital no montante de R\$ 490, enquanto a Singularity apresentou efeito de variação cambial negativo de R\$ 1.363 (R\$ 2.684 em 31 de dezembro de 2024).

POLÍTICAS

Coligadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.

Acordos em conjunto são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto (*joint operations*) ou empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

Os investimentos em coligadas e joint ventures são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

A participação do Grupo nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e joint ventures é reconhecida no resultado do exercício e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas de patrimônio do Grupo. Quando a participação do Grupo nas perdas de uma coligada ou joint venture for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, o Grupo não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações em nome da coligada ou *joint venture* ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto.

Quaisquer ganhos e perdas de diluição resultantes da alteração na participação em coligadas são reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

10. IMOBILIZADO

Controladora				
	Taxas anuais de depreciação	31/12/2025		
		Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido
Computadores e periféricos	20%	7.890	(5.550)	2.340
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	6.625	(5.022)	1.603
Móveis e utensílios	10%	1.320	(1.038)	282
Máquinas e equipamentos	10%	795	(593)	202
Imobilizado em andamento		20	-	20
Outros	10% e 20%	263	(223)	40
Total		16.913	(12.426)	4.487

Consolidado				
	Taxas anuais de depreciação	31/12/2025		
		Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido
Computadores e periféricos	20%	144.162	(123.656)	20.506
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3,17% a 10%	699.846	(462.003)	237.843
Móveis e utensílios	10%	109.141	(80.751)	28.390
Máquinas e equipamentos	10%	130.521	(104.187)	26.334
Edificações	2,5% a 4%	105.995	(45.289)	60.706
Terrenos		31.975	-	31.975
Biblioteca e videoteca	10%	135.798	(128.967)	6.831
Imobilizado em andamento		2.371	-	2.371
Equipamentos de laboratório	10%	202.119	(120.615)	81.504
Outros	10% e 20%	32.467	(27.686)	4.781
Total		1.594.395	(1.093.154)	501.241

As movimentações do ativo imobilizado da controladora e do consolidado estão demonstradas a seguir:

Controladora					
	Saldo líquido em 31/12/2024	Adições	Baixas	Depreciações	Saldo líquido em 31/12/2025
Computadores e periféricos	1.230	1.907	-	(797)	2.340
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.887	282	-	(566)	1.603
Móveis e utensílios	418	-	(1)	(135)	282
Máquinas e equipamentos	284	-	-	(82)	202
Imobilizado em andamento	-	20	-	-	20
Outros	62	-	-	(22)	40
Total	3.881	2.209	(1)	(1.602)	4.487

	Controladora					
	Saldo líquido em 31/12/2023	Adições	Baixas	Depreciações	Reclassificações/ Transferências	Saldo líquido em 31/12/2024
Computadores e periféricos	1.421	615	(237)	(569)	-	1.230
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2.538	-	-	(654)	3	1.887
Móveis e utensílios	570	-	-	(152)	-	418
Máquinas e equipamentos	372	-	-	(88)	-	284
Imobilizado em andamento	4	-	(1)	-	(3)	-
Outros	86	2	-	(26)	-	62
Total	4.991	617	(238)	(1.489)	-	3.881

	Consolidado					
	Saldo líquido em 31/12/2024	Adições	Baixas	Depreciações	Reclassificações/ Transferências (i)	Saldo líquido em 31/12/2025
Computadores e periféricos	18.836	10.075	(1.326)	(7.295)	216	20.506
Benfeitorias em imóveis de terceiros	243.740	40.983	(2.670)	(56.561)	12.351	237.843
Móveis e utensílios	30.777	4.866	(52)	(7.779)	578	28.390
Máquinas e equipamentos	26.697	5.797	(199)	(5.884)	(77)	26.334
Edificações	64.931	-	-	(4.225)	-	60.706
Terrenos	31.975	-	-	-	-	31.975
Biblioteca e videoteca	10.820	10	-	(3.999)	-	6.831
Imobilizado em andamento	5.561	11.744	(601)	-	(14.333)	2.371
Equipamentos de laboratório	78.305	17.373	(329)	(14.544)	699	81.504
Outros	3.323	3.299	(352)	(1.476)	(13)	4.781
Total	514.965	94.147	(5.529)	(101.763)	(579)	501.241

	Consolidado						Saldo líquido em 31/12/2024
	Saldo líquido em 31/12/2023	Adições	Baixas	Depreciações	Reclassificações/Transferências	Combinação de Negócio	
Computadores e periféricos	20.522	7.023	(996)	(7.869)	-	156	18.836
Benfeitorias em imóveis de terceiros	254.106	39.405	(1.343)	(67.218)	18.410	380	243.740
Móveis e utensílios	36.297	4.381	(148)	(9.861)	-	108	30.777
Máquinas e equipamentos	22.442	9.215	(101)	(6.322)	1.134	329	26.697
Edificações	69.559	-	(796)	(3.832)	-	-	64.931
Terrenos	32.092	-	(117)	-	-	-	31.975
Biblioteca e videoteca	16.474	6	(106)	(5.558)	4	-	10.820
Imobilizado em andamento	21.552	2.711	(292)	-	(18.410)	-	5.561
Equipamentos de laboratório	75.065	17.922	(1.167)	(14.695)	1.180	-	78.305
Outros	4.398	6.676	(878)	(4.558)	(2.318)	3	3.323
Total	552.507	87.339	(5.944)	(119.913)	-	976	514.965

- (i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o valor líquido de R\$ 579 refere-se à reclassificação de saldo anteriormente registrado no ativo imobilizado para o ativo intangível.

10.1. Ativos cedidos em garantia

A Companhia e suas controladas possuem parte de seus ativos imobilizados dada em garantia de processos judiciais. Foram oneradas algumas edificações do Grupo com valor contábil de R\$ 8.994 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 8.999, em 31 de dezembro de 2024).

POLÍTICAS

O imobilizado é demonstrado ao custo histórico menos depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando gerarem benefícios econômicos futuros mensuráveis com segurança, sendo baixado o valor contábil de itens substituídos. Demais despesas de manutenção são reconhecidas no resultado quando incorridas.

Terrenos e obras em andamento não são depreciados. Os demais ativos são depreciados pelo método linear, considerando o custo, o valor residual e a vida útil estimada.

	Vida útil estimada (anos)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10-31,5
Edificações	25-40
Máquinas e equipamentos	10
Biblioteca e videoteca	10
Móveis e utensílios	10
Computadores e periféricos	5
Outros	5-10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados anualmente e ajustados, se necessário, ao final de cada exercício.

Quando o valor contábil de um ativo excede seu valor recuperável estimado, a diferença é reconhecida imediatamente como perda por *impairment*.

Ganhos ou perdas na alienação de ativos são apurados pela diferença entre o valor líquido de venda e o valor contábil, sendo reconhecidos em “Outras receitas (despesas) operacionais líquidas” na demonstração do resultado.

11. DIREITO DE USO DE ARRENDAMENTOS E ARRENDAMENTOS A PAGAR

A seguir estão apresentadas as movimentações para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

	Consolidado		
	Ativo	Passivo	Resultado
Saldo em 31/12/2024	953.091	1.188.726	-
Adição e remensuração	146.175	146.175	-
Baixa	(7.354)	(8.583)	1.229
Pagamento (principal e juros)	-	(285.369)	-
Amortização	(158.517)	-	(158.517)
Despesa financeira	-	142.873	(142.873)
Pagamento de multas	-	(7.959)	-
Saldo em 31/12/2025	933.395	1.175.863	(300.161)
Circulante	-	111.074	
Não Circulante	933.395	1.064.789	

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

	Consolidado		
	Ativo	Passivo	Resultado
Saldo em 31/12/2023	1.073.872	1.303.966	-
Adição e remensuração	46.947	46.947	-
Baixa	(16.592)	(21.609)	5.017
Pagamento (principal e juros)	-	(275.635)	-
Amortização	(151.136)	-	(151.136)
Despesa financeira	-	142.313	(142.313)
Pagamento de multas	-	(8.784)	-
Despesa com multa	-	1.528	(1.528)
Saldo em 31/12/2024	953.091	1.188.726	(289.960)
Circulante	-	141.427	
Não Circulante	953.091	1.047.299	

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os montantes registrados no passivo não circulante apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Consolidado
	31/12/2025
2027	110.381
2028	108.821
2029	94.058
2030	90.080
Após 2030	661.449
Total	1.064.789

No sentido de assegurar a qualidade das informações prestadas nos seus relatórios financeiros, bem como a plena observância dos princípios gerais a serem aplicados quando do uso de técnicas de Fluxo de Caixa Descontado - FCD para fins de mensuração contábil, o Grupo apresenta abaixo quadro comparativo com os saldos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação do exercício, projetando a inflação de 4,05% ao ano para 2026, 3,80% para 2027, 3,50% para 2028 e os anos posteriores a 2028, conforme boletim Focus publicado em 27 de dezembro de 2025.

Apresentamos na coluna “Com inflação” os valores corrigidos e na coluna “Sem inflação” os montantes reconhecidos, para comparação.

	31/12/2025		
	Consolidado		
	Sem inflação	Com inflação	% Variação
Direito de uso líquido	933.395	982.879	5,30%
Passivo de arrendamento	1.175.863	1.230.731	4,67%
Despesa de amortização	(158.517)	(163.146)	2,92%
Despesa financeira	(142.873)	(146.407)	2,47%

Pode-se verificar que a mensuração feita pelo valor presente das parcelas esperadas, acrescidas da inflação futura projetada, não produz efeitos líquidos significativos em relação ao patrimônio do Grupo.

JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

Direito de uso

A mensuração dos valores de arrendamento registrados envolve o uso de premissas com elevado nível de julgamento, tais como o prazo de arrendamento e a taxa incremental de juros de financiamento.

Ao determinar o prazo do arrendamento, a administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou que não será rescindido).

A Companhia e suas controladas não têm condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato. A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Desta forma, o Grupo adotou uma taxa Brasil livre de risco ajustada pelo spread (taxas incrementais) sobre os empréstimos da Ânima, que é a taxa que a controladora Ânima pagaria em dívidas semelhantes nos mesmos termos, para descontar os fluxos de caixa dos pagamentos de arrendamentos. Adicionalmente, essas taxas levam em consideração condições e características específicas do arrendamento, como o risco do ambiente econômico do país e o prazo e data de início de cada contrato.

POLÍTICAS

Arrendamentos

As empresas do Grupo alugam vários imóveis para fins administrativos e acadêmicos. Os contratos de arrendamento são geralmente por períodos fixos, mas podem incluir opções de extensão, então há uma natureza única para os ativos subjacentes.

Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contêm uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos.

Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente.

Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir:

- Pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber;
- Pagamentos variáveis de arrendamentos variáveis que dependem de índice ou de taxa;
- Valores que se espera sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual;
- O preço de exercício de uma opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de que irá exercer essa opção;
- Pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Os pagamentos de arrendamentos são descontados pela taxa incremental de empréstimo do arrendatário, conforme descrito acima.

O Grupo adota taxas de desconto compostas por: (i) taxa livre de risco nominal de longo prazo; (ii) spread variando de acordo com a região onde o ativo está localizado e (iii) spread variando de acordo com o prazo de uso do ativo. A taxa nominal incremental para prazos contratuais separados por região das operações é apresentada abaixo:

Estados	% por prazos		
	0 a 8 anos	9 a 16 anos	17 a 25 anos
São Paulo	12,25% a 14,03%	12,25% a 14,03%	12,25% a 14,03%
Minas Gerais	10,37% a 13,12%	10,37% a 13,12%	10,37% a 13,12%
Santa Catarina	10,56% a 16,31%	10,56% a 16,31%	10,56% a 16,31%
Bahia	10,50% a 13,25%	10,50% a 13,25%	10,50% a 13,25%
Goiás	-	-	-
Rio de Janeiro	-	-	-
Rio Grande do Norte	13,14%	13,14%	13,14%
Rio Grande do Sul	7,18% a 13,00%	7,18% a 13,00%	7,18% a 13,00%
Pernambuco	-	-	-
Pará	13,25%	13,25%	13,25%
Brasília	10,50%	10,50%	10,50%

O Grupo está exposto a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos variáveis com base em um índice ou taxa, os quais não são incluídos no passivo de arrendamento até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamentos baseados em um índice ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida ao ativo de direito de uso.

Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento de modo a evidenciar o efeito constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir:

- O valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- Quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos;
- Quaisquer custos diretos iniciais; e
- Custos de restauração, quando aplicável.

Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se o Grupo estiver razoavelmente certo de que irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide nota explicativa 12.

Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo de equipamentos e veículos e todos os arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um

prazo até 12 meses. Os ativos de baixo valor incluem equipamentos de TI e pequenos itens de mobiliário de escritório.

As opções de prorrogação e extinção estão incluídas em diversos dos arrendamentos de ativos do Grupo. Esses termos são usados para maximizar a flexibilidade operacional em termos de gestão de contratos. A maioria das opções de prorrogação e extinção mantidas podem ser exercidas apenas pelo Grupo e não pelo respectivo arrendador.

12. INTANGÍVEL

		Controladora			
		31/12/2025			31/12/2024
	Taxas anuais de amortização	Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido	Intangível líquido
Intangíveis reconhecidos pelo custo					
Softwares	20%	303.267	(213.928)	89.339	84.130
Desenvolvimento de conteúdos digitais	33%	83.905	(58.757)	25.148	21.631
Intangível em desenvolvimento		1.678	-	1.678	2.490
Direitos Autorais	20%	7.455	(6.843)	612	2.057
Subtotal		396.305	(279.528)	116.777	110.308
Total do Intangível		396.305	(279.528)	116.777	110.308

		Consolidado			
		31/12/2025			31/12/2024
	Taxas anuais de amortização	Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido	Intangível líquido
Intangíveis em combinações de negócios					
Ágio		3.262.494	-	3.262.494	3.263.482
Marcas	3,33%	585.447	(94.197)	491.250	510.752
Licença		1.384.611	-	1.384.611	1.384.611
Carteira de clientes	20% a 22%	596.485	(580.737)	15.748	62.399
Acordo de Não competição	12%	2.098	(2.098)	-	21
Polos EAD		119.343	-	119.343	119.343
Tecnologia	20%	21.240	(11.007)	10.233	13.114
Subtotal		5.971.718	(688.039)	5.283.679	5.353.722
Intangíveis reconhecidos pelo custo					
Softwares	20%	543.325	(372.073)	171.252	155.904
Desenvolvimento de conteúdos digitais	33%	225.599	(170.721)	54.878	43.560
Credenciamento MEC	33%	27.921	(23.127)	4.794	5.015
Intangível em desenvolvimento		7.237	-	7.237	6.403
Direitos Autorais	33%	9.093	(6.981)	2.112	2.390
Subtotal		813.175	(572.902)	240.273	213.272
Total do Intangível		6.784.893	(1.260.941)	5.523.952	5.566.994

A movimentação da controladora é:

		Controladora				
	Saldo líquido em 31/12/2024	Adições	Baixas	Reclassificações/ Transferências	Amortização	Saldo líquido em 31/12/2025
Intangíveis reconhecidos pelo custo						
Softwares	84.130	50.213	(114)	(11)	(44.879)	89.339
Desenvolvimento de conteúdos digitais	21.631	9.799	-	10.379	(16.661)	25.148
Intangível em desenvolvimento	2.490	9.556	-	(10.368)	-	1.678
Direitos Autorais	2.057	39	-	-	(1.484)	612
Subtotal	110.308	69.607	(114)	-	(63.024)	116.777
Total do Intangível	110.308	69.607	(114)	-	(63.024)	116.777

Controladora						
	Saldo líquido em 31/12/2023	Adições	Baixas	Reclassificações/Transferências	Amortização	Saldo líquido em 31/12/2024
Intangíveis reconhecidos pelo custo						
Softwares	91.164	35.817	(181)	121	(42.791)	84.130
Desenvolvimento de conteúdos digitais	23.923	10.511	(117)	4.024	(16.710)	21.631
Intangível em desenvolvimento	-	6.635	-	(4.145)	-	2.490
Direitos Autorais	3.189	319	-	-	(1.451)	2.057
Subtotal	118.276	53.282	(298)	-	(60.952)	110.308
Total do Intangível	118.276	53.282	(298)	-	(60.952)	110.308

A movimentação consolidada é:

Consolidado							
	Saldo líquido em 31/12/2024	Adições	Baixas	Reclassificações/Transferências (i)	Amortização	Combinação de negócios (ii)	Saldo líquido em 31/12/2025
Intangíveis em combinações de negócios							
Ágio	3.263.482	-	-	-	-	(988)	3.262.494
Marcas	510.752	-	-	-	(19.502)	-	491.250
Licença	1.384.611	-	-	-	-	-	1.384.611
Carteira de clientes	62.399	-	-	-	(46.923)	272	15.748
Acordo de Não competição	21	-	-	-	(21)	-	-
Polos EAD	119.343	-	-	-	-	-	119.343
Tecnologia	13.114	-	-	-	(4.107)	1.226	10.233
Subtotal	5.353.722	-	-	-	(70.553)	510	5.283.679
Intangíveis reconhecidos pelo custo							
Softwares	155.904	74.002	(114)	689	(59.229)	-	171.252
Desenvolvimento de conteúdos digitais	43.560	23.962	-	19.982	(32.626)	-	54.878
Credenciamento MEC	5.015	2.801	(7)	230	(3.245)	-	4.794
Intangível em desenvolvimento	6.403	21.156	-	(20.322)	-	-	7.237
Direitos Autorais	2.390	1.257	-	-	(1.535)	-	2.112
Subtotal	213.272	123.178	(121)	579	(96.635)	-	240.273
Total do Intangível	5.566.994	123.178	(121)	579	(167.188)	510	5.523.952

	Consolidado							
	Saldo líquido em 31/12/2023	Adições	Baixas	Reclassificações/Transferências	Amortização	Combinação de negócios (ii)	Impairment	Saldo líquido em 31/12/2024
Intangíveis em combinações de negócios								
Ágio	3.235.253	-	-	-	-	28.745	(516)	3.263.482
Marcas	507.163	-	-	-	(18.756)	22.345	-	510.752
Licença	1.384.611	-	-	-	-	-	-	1.384.611
Carteira de clientes	152.430	-	-	-	(90.031)	-	-	62.399
Acordo de Não competição	246	-	-	-	(225)	-	-	21
Polos EAD	119.343	-	-	-	-	-	-	119.343
Tecnologia	3.239	-	-	-	(1.690)	11.565	-	13.114
Subtotal	5.402.285	-	-	-	(110.702)	62.655	(516)	5.353.722
Intangíveis reconhecidos pelo custo								
Softwares	152.955	51.870	(1.387)	5.366	(55.903)	3.003	-	155.904
Desenvolvimento de conteúdo EAD	55.332	17.561	(81)	8.891	(38.599)	456	-	43.560
Credenciamento MEC	5.178	2.946	-	173	(3.282)	-	-	5.015
Cessão de Uso/Know-How	43	-	-	-	(43)	-	-	-
Intangível em desenvolvimento	5.240	15.833	(240)	(14.430)	-	-	-	6.403
Direitos Autorais	3.190	327	-	-	(1.458)	331	-	2.390
Subtotal	221.938	88.537	(1.708)	-	(99.285)	3.790	-	213.272
Total do Intangível	5.624.223	88.537	(1.708)	-	(209.987)	66.445	(516)	5.566.994

- (i) O saldo líquido de R\$ 579 se refere à reclassificação de saldo anteriormente registrado no ativo imobilizado para o ativo intangível (nota explicativa 10).

- (ii) Os valores referem-se à alocação do preço de compra da EMR, adquirida em 2 de dezembro de 2024. Em 2025, a alocação foi realizada dentro do período de mensuração, com base em informações obtidas após a data da aquisição.

12.1. Intangíveis identificados por Unidades Geradoras de Caixa:

Parte do valor pago nas aquisições de controladas e coligadas foi alocada a ativos intangíveis identificáveis de vida útil definida (apresentados pelo valor líquido de amortização) e indefinida, após análise dos ativos adquiridos e cálculo de projeção de resultado, conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado						Total geral
	Intangíveis amortizáveis			Intangíveis não amortizáveis			
	Carteira de clientes	Marcas	Tecnologia	Licença	Polos EAD	Ágio	
IEDUC	-	19.504	-	-	-	38.114	57.618
Sociesc	-	16.928	-	3.787	-	45.103	65.818
FACEB	-	-	-	7.255	-	28.721	35.976
Politécnico	-	-	-	1.780	-	16.868	18.648
Agês e Vidam	-	13.564	-	37.609	-	159.419	210.592
Unicuritiba	-	14.423	-	23.858	-	107.551	145.832
FASEH	-	-	-	33.602	-	117.239	150.841
UniFG	-	-	-	19.920	-	83.471	103.391
Cesuc e Catalana	-	-	-	6.430	-	21.290	27.720
Medroom	-	-	-	-	-	14.234	14.234
USJT	-	27.920	-	54.600	-	174.445	256.965
ISCP	7.476	127.453	-	423.610	21.824	1.048.795	1.629.158
Rede	-	-	-	-	-	42.149	42.149
UNIFACS	6.558	63.282	-	298.826	24.138	577.024	969.828
FADERGS	-	9.917	-	24.702	12.377	46.814	93.810
Uniritter	-	24.526	-	67.585	12.065	33.812	137.988
IBMR	-	19.833	-	62.364	15.089	150.318	247.604
APEC	1.714	46.056	-	191.332	18.034	242.127	499.263
SOCEC	-	10.311	-	22.276	8.816	29.786	71.189
Milton Campos	-	3.755	-	3.252	-	44.798	51.805
IBCMED	-	6.712	-	-	-	37.869	44.581
MedPós	-	396	-	-	-	4.590	4.986
FACED	-	-	-	1.736	-	2.678	4.414
Jangada	-	-	-	3.191	-	3.899	7.090
Unisul	-	45.488	-	96.896	7.000	163.624	313.008
EMR	-	21.600	10.233	-	-	27.756	59.589
HSM Brasil	-	17.341	-	-	-	-	17.341
Outras	-	2.241	-	-	-	-	2.241
	15.748	491.250	10.233	1.384.611	119.343	3.262.494	5.283.679

12.2. Cronograma de amortização

Como informação suplementar, a tabela a seguir apresenta o cronograma de amortização futura dos ativos intangíveis reconhecidos em combinações de negócios:

Categoria	Saldo líquido em 31/12/2025	Consolidado			
		Amortização em 2026	Amortização em 2027	Amortização em 2028	Amortização após 2028
Marcas	491.250	20.017	20.017	20.017	431.199
Carteira de clientes	15.748	15.748	-	-	-
Tecnologia	10.233	2.558	2.558	2.558	2.559
Total amortizável	517.231	38.323	22.575	22.575	433.758
Ágio, Licença e Polos EAD	4.766.448	-	-	-	-
Intangíveis em combinações de negócios	5.283.679	38.323	22.575	22.575	433.758

12.3. Teste ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos não amortizáveis relativos ao ágio, polos EAD e às licenças foram alocados às Unidades Geradoras de Caixa (“UGCs”) para fins de teste anual de redução ao valor recuperável.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, revisamos nossas premissas e estimativas para todas as nossas UGCs, confrontamos nossas projeções com os dados previstos de nossas operações e não identificamos efeitos consideráveis nos resultados que poderiam resultar em uma redução de valor recuperável. Assim, como não identificamos impactos significativos que façam com que o valor contábil exceda o valor recuperável das UGCs, não houve a necessidade de reconhecimento de perda por *impairment*.

12.3.1. Marca:

O valor recuperável do ativo marca HSM foi estimado pela abordagem do valor em uso, utilizando a metodologia dos royalties evitados (*Relief from royalties*), a qual tem como premissa que uma empresa seria obrigada a pagar ao detentor do ativo intangível marca um “aluguel” pelo seu uso. A partir do momento que a empresa adquire o ativo, não necessita mais pagar pelo seu uso, daí a economia gerada.

As principais premissas utilizadas na apuração do valor em uso da marca da HSM foram:

Premissas	Marca HSM
Taxa de desconto ao ano	11,70%
Período de projeção (vida útil estimada)	24 anos
Crescimento nominal médio da receita ao ano	3,54%
Taxa de <i>royalties</i> sobre receita líquida	5,78%
Carrying amount	23.309

12.3.2. Demais ativos:

Para estimar o valor recuperável das UGCs utilizamos como base o cálculo do valor em uso, utilizando as projeções dos fluxos de caixa com base em orçamento financeiro para o exercício de 2026, aprovado pela Administração, que está amparado pelo histórico financeiro da Companhia; além da taxa de desconto, que foi embasada em premissas de mercado. O cálculo considera uma projeção de fluxo específico em termos nominais com inflação média projetada de longo prazo além das demais premissas informadas no quadro abaixo.

As principais premissas utilizadas na apuração do valor em uso das UGCs participantes do PROUNI foram:

Premissas	UGC's Ensino
Taxa de desconto ao ano	13,97%
Período de projeção	5 anos
Crescimento ao ano na perpetuidade	3,50%
Crescimento médio da receita ao ano	3,16%
Crescimento médio dos gastos ao ano	2,72%
Carrying amount (valor testado)	5.840.917

As principais premissas utilizadas na apuração do valor em uso das UGCs que não ofertam graduação foram:

Premissas	Outras UGC's
Taxa de desconto ao ano	11,70%
Período de projeção	5 anos
Crescimento ao ano na perpetuidade	3,50%
Crescimento médio da receita ao ano	10,12%
Crescimento médio dos gastos ao ano	9,08%
Carrying amount (valor testado)	193.320

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia efetuou análise de sensibilidade considerando um acréscimo ou uma redução de 1,00% nas taxas de desconto e na margem operacional no modelo de longo prazo e não foi identificada em nenhuma das UGCs a necessidade de ajuste ao valor recuperável.

JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

Impairment

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, licença de polos EAD, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao seu valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem uma possível redução em seu valor recuperável.

A recuperabilidade desses ativos é avaliada anualmente com base em julgamentos críticos da administração, que envolvem projeções de fluxos de caixa descontados. Essas projeções são subjetivas e dependem de eventos econômicos futuros que podem divergir das expectativas.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC's)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os Grupos de Unidades Geradoras de Caixa, que devem se beneficiar da

combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. O *Impairment* de ágio, reconhecido no resultado do exercício, não é revertido.

POLÍTICAS

Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são registrados ao custo de aquisição ou desenvolvimento, deduzidos da amortização acumulada e de eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

Ativos com vida útil definida são amortizados pelo método linear, com base na vida útil estimada. Já os ativos com vida útil indefinida, como licenças, polos EAD e ágio, não são amortizados e são submetidos ao teste de recuperabilidade ao menos anualmente.

Intangíveis adquiridos em combinações de negócios são reconhecidos separadamente do ágio, pelo valor justo na data da aquisição.

O ágio representa o excesso da contraprestação transferida, da participação de não controladores e da participação prévia, sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos.

As licenças adquiridas se referem aos direitos de exploração de cursos e instituições de ensino. São consideradas de vida útil indefinida, pois a perda de tais direitos é considerada remota.

A amortização dos demais intangíveis segue o método linear, conforme tabela de vidas úteis aplicáveis.

	Vida útil estimada (anos)
Marcas e patentes	30
Carteira de clientes	4,5 – 5
Acordo de não competição	8
Tecnologia	5
Software	5
Desenvolvimento de conteúdo de ensino a distância	3
Credenciamento MEC	3

Custos de desenvolvimento são capitalizados como ativos intangíveis apenas quando atendem simultaneamente aos seguintes critérios:

- Viabilidade técnica de conclusão;
- Intenção e capacidade de uso;
- Geração de benefícios econômicos futuros;
- Disponibilidade de recursos técnicos e financeiros; e
- Mensuração confiável dos custos incorridos.

Custos capitalizados incluem mão de obra direta e alocação proporcional de despesas gerais. A amortização se inicia quando o ativo está pronto para uso. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos como despesa quando incorridos.

13. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

								Controladora e Consolidado	
Contrato	Valor captado	Indexador	Taxa média de juros (anual)	Data de início	Data final	Forma de pagamento	Indicadores financeiros (covenants)	31/12/2025	31/12/2024
Controladora									
Debêntures Ânima 4ª emissão - série 1	600.000	CDI	1,65%	28/12/2022	13/12/2027	Juros mensais e principal em dezembro de 2027	Medidos semestralmente a partir de dez/23: - Dívida líquida / EBITDA ajustado proforma =< 3,0 (até mar/24 =< 3,5) - EBITDA Ajustado Proforma / Despesas financeiras => 1,3	595.524	594.616
Debêntures Ânima 4ª emissão - série 2	200.000	IPCA	8,05%	28/12/2022	13/12/2029	Juros mensais e principal em dezembro de 2028 e 2029	Medidos semestralmente a partir de dez/23: - Dívida líquida / EBITDA ajustado proforma =< 3,0 (até mar/24 =< 3,5) - EBITDA Ajustado Proforma / Despesas financeiras => 1,3	206.319	187.869
Debêntures Ânima 5ª emissão - série única	200.000	CDI	1,92%	22/05/2024	15/05/2029	Juros semestrais e principal anualmente a partir de maio de 2026.	Medidos semestralmente a partir de jun/24: - Dívida líquida / EBITDA ajustado proforma =< 3,0 (até jun/24 =< 3,5) - EBITDA Ajustado Proforma / Despesas financeiras => 1,3	203.421	202.494
Debêntures Ânima 6ª emissão - série única	360.000	CDI	1,92%	20/08/2024	16/08/2029	Juros semestrais e principal anualmente a partir de fevereiro de 2026.	Medidos semestralmente a partir de dez/24: - Dívida líquida / EBITDA ajustado proforma =< 3,0 - EBITDA Ajustado Proforma / Despesas financeiras => 1,3	381.031	375.130
Debêntures Ânima 7ª emissão - série única (a)	150.000	CDI	1,60%	21/05/2025	15/05/2029	Juros semestrais e principal em 2 parcelas (maio 2028 e maio 2029).	Medidos semestralmente a partir de jun/25: - Dívida líquida / EBITDA ajustado proforma =< 3,0 - EBITDA Ajustado Proforma / Despesas financeiras => 1,3	151.471	-
Debêntures Ânima 8ª emissão - série única (b)	300.000	CDI	1,50%	15/10/2025	15/10/2029	Juros semestrais e principal trimestralmente a partir de outubro de 2028.	Medidos semestralmente a partir de dez/25: - Dívida líquida / EBITDA ajustado proforma =< 3,0 - EBITDA Ajustado Proforma / Despesas financeiras => 1,3	303.658	-
Banco ABC 3	140.000	CDI	1,75%	30/09/2024	27/09/2027	Juros trimestrais a partir de dezembro de 2024 e principal trimestralmente a partir de dezembro de 2025.	Medidos semestralmente: - Dívida líquida / EBITDA ajustado proforma a partir de dez/24 =< 3,5 a partir de jun/25 =< 3,0	121.818	138.894
Banco do Brasil - Capital de Giro 1	100.000	CDI	1,65%	28/06/2023	25/09/2029	Juros semestrais a partir de março de 2025 e principal semestral a partir de março de 2027	- Medidos anualmente: Dívida financeira líquida/EBITDA ajustado < 3,5, a partir de dezembro de 2023.	90.593	89.004
Banco do Brasil - Capital de Giro 2	100.000	CDI	1,65%	27/04/2023	28/09/2029	Juros semestrais a partir de março de 2025 e principal semestral a partir de março de 2027	Não aplicável	84.265	82.889
Banco do Brasil - Capital de Giro 3	98.000	CDI	1,65%	04/07/2023	25/09/2029	Juros semestrais a partir de março de 2025 e principal semestral a partir de março de 2027	- Medidos anualmente: Dívida financeira líquida/EBITDA ajustado < 3,5, a partir de dezembro de 2023.	91.805	90.194
IFC (moeda estrangeira - USD)	242.321	SOFR	2,43%	10/07/2020	15/03/2028	1ª parcela de juros semestral em outubro de 2020 Principal semestral a partir de março de 2023	Medidos trimestralmente: - Liquidez corrente >= 1,20 - Dívida financeira líquida/EBITDA ajustado < 3 - EBITDA ajustado/Despesa financeira líquida >=1,30	108.227	162.544
Outros - Controladora	105.897	-	2,30% a 9,55%	Diversas	Último em 28/03/2027	-	Medidos Semestralmente: Dívida líquida/EBITDA < 3,5	20.712	47.447
Total - Controladora								2.358.844	1.971.081
Demais empresas do Grupo									
Debêntures Inspirali Brasil 2ª emissão -	2.000.000	CDI	1,65%	27/05/2024	15/05/2029	Juros semestrais e principal anualmente a partir de maio de 2027.	Medidos semestralmente a partir de dez/24: - Dívida líquida / EBITDA ajustado proforma <3,5 - EBITDA Ajustado Proforma / Despesas financeiras > 1,3	2.032.377	2.022.747
Banco do Brasil - Capital de Giro Rede -	262.143	CDI	1,65%	25/06/2021	25/09/2028	Juros semestrais a partir de março de 2025 e principal semestral a partir de março de 2027	Medidos anualmente: Dívida financeira líquida/EBITDA < 3,5, a partir de junho de 2024.	129.109	126.692
Outros - Demais empresas do Grupo	500	-	20,70%	25/04/2023	26/04/2027	Juros e principal mensal	-	258	546
Total - Demais empresas do Grupo								2.161.744	2.149.985
Total - Consolidado								4.520.588	4.121.066
Passivo Circulante - Controladora								304.389	116.123
Passivo Não Circulante - Controladora								2.054.455	1.854.958
Passivo Circulante - Consolidado								345.238	146.947
Passivo Não Circulante - Consolidado								4.175.350	3.974.119

As informações apresentadas na tabela anterior refletem os termos e condições da última renegociação, conforme aplicável.

- (a) Em 8 de maio de 2025 o Conselho de Administração da Companhia aprovou a 7ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em série única, no montante total de R\$150.000.
- (b) Em 8 de outubro de 2025 o Conselho de Administração da Companhia aprovou a 8ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em série única, no montante total de R\$300.000.

Em relação aos *covenants* mencionados acima, não foram identificados descumprimentos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. No período findo em 31 de março de 2025, a Companhia e o IFC acordaram novos índices que se encontram refletidos na tabela apresentada acima.

As principais condições e garantias estabelecidas em contrato são:

	Consolidado
Debêntures 8ª emissão – Anima	Fiança prestada: Ages Empreendimentos, MedRoom, Sobepe, Ibcmed.
Debêntures 7ª emissão – Anima	Fiança prestada: Ages Empreendimentos, MedRoom, Sobepe, Ibcmed.
Debêntures 2ª emissão- Inspirali Brasil	Cessão fiduciária dos direitos e créditos, exclusivamente dos cursos de medicina, detidos e a serem detidos pelas empresas controladas pela Inspirali Brasil.
IFC (moeda estrangeira)	Garantidores Subsidiários: Brasil Educação, IEDUC, Unimonte, Una, Vc Network, HSM Brasil, PGP Educação, Sociesc, Faceb, Pgp Posse, Instituto Politécnico, Anima, Sobepe, Ages Educação, Ages, Catalana, Cesuc, Unicuritiba - saldo mínimo de caixa de 4% do montante do endividamento nas empresas. Garantia Mínima de recebíveis de 16% do valor pendente do endividamento.
Banco ABC 3	Cessão fiduciária em garantia constituído pela SOCEC e RITTER e fiança: ASPEC, FADERGS e IBMR.
Banco do Brasil - Capital de Giro 1, 2 e 3	Avalistas: IBMR/REDE/RITTER/UNICURITIBA

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2025 apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025		31/12/2025	
	Valor contábil	Valor nominal	Valor contábil	Valor nominal
2027	913.133	1.254.350	1.640.455	2.265.257
2028	544.556	744.674	1.271.955	1.642.332
2029	596.766	676.225	1.262.940	1.394.886
Total	2.054.455	2.675.249	4.175.350	5.302.475

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024		31/12/2024	
	Valor contábil	Valor nominal	Valor contábil (i)	Valor nominal
2026	247.413	522.213	245.637	805.390
2027	921.107	1.156.424	1.648.472	2.121.845
2028	362.308	523.867	1.089.707	1.394.317
Após 2028	324.130	362.948	990.303	1.073.229
Total	1.854.958	2.565.452	3.974.119	5.394.781

- (i) A Companhia realizou a correção da informação comparativa referente ao cronograma de vencimentos de suas debêntures. O montante de R\$ 600.000, relativo à primeira série da 4ª emissão, com vencimento em dezembro de 2027, havia sido indevidamente apresentado na demonstração financeira de 31 de dezembro de 2024 com vencimento no exercício de 2028. Este ajuste não impactou os saldos totais dos passivos circulante e não circulante reportados no balanço patrimonial apresentado em 31 de dezembro de 2024, uma vez que a natureza da obrigação como não circulante permanece inalterada.

As movimentações dos saldos no exercício são como segue:

Controladora e Consolidado									
	31/12/2024	Adição	Amortizações	Juros pagos	Juros incorridos	Custos s/ empréstimos	Marcação a mercado	Variação cambial	31/12/2025
Controladora									
Debêntures Ânima 4ª emissão - série 1 e 2	782.485	-	-	(106.951)	117.586	5.297	3.426	-	801.843
Debêntures Ânima 5ª emissão - série única	202.494	-	-	(30.901)	31.718	110	-	-	203.421
Debêntures Ânima 6ª emissão - série única	375.130	-	-	(51.451)	57.059	293	-	-	381.031
Debêntures Ânima 7ª emissão - série única	-	148.418	-	(12.139)	14.928	264	-	-	151.471
Debêntures Ânima 8ª emissão - série única	-	297.446	-	-	6.103	109	-	-	303.658
Banco ABC 3	138.894	-	(17.500)	(21.628)	21.541	511	-	-	121.818
Banco do Brasil - Capital de Giro 1	89.004	-	-	(12.274)	13.638	225	-	-	90.593
Banco do Brasil - Capital de Giro 2	82.889	-	-	(11.536)	12.702	210	-	-	84.265
Banco do Brasil - Capital de Giro 3	90.194	-	-	(12.438)	13.821	228	-	-	91.805
IFC (moeda estrangeira - USD)	162.544	-	(44.750)	(10.263)	9.074	903	9.613	(18.894)	108.227
Outros	47.447	-	(26.934)	(5.484)	5.436	247	-	-	20.712
Total - Controladora	1.971.081	445.864	(89.184)	(275.065)	303.606	8.397	13.039	(18.894)	2.358.844
Demais empresas do Grupo									
Debêntures Inspirali Brasil 2ª emissão	2.022.747	-	-	(303.319)	311.469	1.480	-	-	2.032.377
Banco do Brasil - Capital de Giro Rede	126.692	-	-	(17.504)	19.450	471	-	-	129.109
Outros	546	-	(353)	(2)	67	-	-	-	258
Total - Demais empresas do Grupo	-	2.149.985	-	(353)	(320.825)	330.986	1.951	-	2.161.744
Total consolidado	-	4.121.066	(89.537)	(595.890)	634.592	10.348	13.039	(18.894)	4.520.588

		Controladora e Consolidado											
		31/12/2023	Combinação de negócio	Adição	Amortizações	Juros pagos	Juros incorridos	Custos s/ empréstimos	Encargos s/ renegociações	Ajuste MTM	Variação cambial	31/12/2024	
Controladora													
Debêntures Ânima 2ª emissão - série única		73.810	-	-	(72.719)	(7.772)	6.398	283	-	-	-	-	
Debêntures Ânima 4ª emissão - série 1 e 2		788.984	-	-	-	(89.034)	99.368	5.297	-	(22.130)	-	782.485	
Debêntures Ânima 5ª emissão - série única		-	-	199.452	-	(11.161)	14.139	64	-	-	-	202.494	
Debêntures Ânima 6ª emissão - série única		-	-	358.534	-	-	16.474	122	-	-	-	375.130	
IFC		13.154	-	-	(13.433)	(14)	293	-	-	-	-	-	
Banco ABC 1		100.375	-	-	(100.000)	(11.287)	10.134	778	-	-	-	-	
Banco ABC 2		50.278	-	-	(50.000)	(6.037)	5.136	623	-	-	-	-	
Banco ABC 3		-	-	138.590	-	(4.212)	4.359	157	-	-	-	138.894	
Banco do Brasil - Capital de Giro 1		99.564	-	-	(12.261)	(9.473)	11.645	187	(658)	-	-	89.004	
Banco do Brasil - Capital de Giro 2		99.486	-	-	(18.333)	(9.104)	11.269	184	(613)	-	-	82.889	
Banco do Brasil - Capital de Giro 3		104.566	-	-	(9.088)	(16.565)	11.762	186	(667)	-	-	90.194	
Santander		10.005	-	50.000	(60.037)	(2.493)	2.525	-	-	-	-	-	
IFC (moeda estrangeira - USD)		174.629	-	-	(41.960)	(13.791)	12.601	903	-	(11.442)	41.604	162.544	
Outros		44.045	-	79.450	(76.770)	(6.143)	6.658	207	-	-	-	47.447	
Total - Controladora		1.558.896	-	826.026	(454.601)	(187.086)	212.761	8.991	(1.938)	(33.572)	41.604	1.971.081	
Demais empresas do Grupo													
Debêntures Inspirali Brasil 1ª emissão		2.042.661	-	-	(2.000.000)	(173.380)	102.718	28.001	-	-	-	-	
Debêntures Inspirali Brasil 2ª emissão		-	-	1.992.600	-	(116.795)	145.956	986	-	-	-	2.022.747	
Banco do Brasil - Capital de Giro Rede		195.533	-	-	(71.476)	(15.772)	18.780	565	(938)	-	-	126.692	
Outros		12	1.199	-	(830)	-	165	-	-	-	-	546	
Total - Demais empresas do Grupo		-	2.238.206	1.199	1.992.600	(2.072.306)	305.947	267.619	29.552	(938)	-	2.149.985	
Total consolidado		-	3.797.102	1.199	2.818.626	(2.526.907)	(493.033)	480.380	38.543	(2.876)	(33.572)	41.604	4.121.066

POLÍTICAS

Os empréstimos, financiamentos ou debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que a transação esteja em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos, financiamentos ou debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

14. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E SALARIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Salários	9.887	16.654	47.520	56.656
Participação nos lucros e resultados	23.709	20.050	28.459	24.833
Férias a pagar	17.558	12.368	63.094	58.961
INSS	4.383	3.407	26.151	25.306
FGTS	1.501	1.155	8.563	8.476
Outros	95	524	1.061	1.424
Total	57.133	54.158	174.848	175.656

15. CONTAS A PAGAR POR AQUISIÇÕES

	Índice de Correção	Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024
Earn-outs			
Aquisição da Medroom	INPC	-	239
Aquisição EMR (a)		30.242	27.070
Aquisição MedPós	INPC	1.209	2.264
		31.451	29.573
Parcelamentos			
Aquisição da Faceb	Média INPC, IGPM e IPCA	4.139	7.957
Aquisição do Medroom	INPC	-	745
Aquisição Sociesc	INPC	26.184	29.193
Aquisição da Milton Campos	INPC	13.518	12.890
Aquisição da Fapa (Investida UniRitter)	IGPM	1.452	1.467
Aquisição do IBCMED	CDI	2.307	2.243
Aquisição EMR (a)	CDI	6.568	9.811
		54.168	64.306
Total		85.619	93.879
Passivo Circulante		29.707	29.174
Passivo Não Circulante		55.912	64.705

- (a) Em 02 de dezembro de 2024, o IBCMED efetivou a opção de compra da EMR, passando a ser detentora da totalidade do capital social da companhia. O montante global envolvido

na Transação será de R\$ 38.000, sendo R\$ 13.000 convertidos em aportes de capital e R\$ 25.000 a serem pagos aos vendedores, referente a aquisição de 100% das quotas da EMR, sendo pagos da seguinte forma: (i) R\$ 15.000 no fechamento da Transação; e (ii) três parcelas anuais de R\$ 3.333, nos anos de 2025, 2026 e 2027, corrigidas pelo CDI.

Adicionalmente, ficou acordada a possibilidade de pagamento variável (*earn-out*), mediante o atingimento de metas operacionais pré-estabelecidas, aferidas com base no EBITDA e CAPEX dos exercícios sociais de 2026 a 2028, a serem submetidos a auditoria independente.

Seguem, abaixo, quadros com a movimentação das contas a pagar por aquisições e o cronograma de pagamento do saldo classificado no passivo não circulante:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	93.878	93.839
Adições (Baixas)	-	(61)
Ajuste a valor presente	5.882	4.350
Correção monetária	3.363	3.554
Pagamentos	(52.209)	(41.790)
Adições - aquisição de participações	-	36.882
Adições - aquisição de participações de acionistas não controladores (i)	119.225	-
Atualização a valor justo de earn-out	-	(2.895)
Compensação com direitos a receber por aquisições (ii)	(84.520)	-
Saldo final	85.619	93.879

- (i) Valores referem-se a: (a) R\$ 90.899 relativos à contraprestação pela aquisição da parcela remanescente da participação na UniFG (conforme Nota Explicativa 2.4), liquidados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, dos quais R\$ 6.743 foram pagos em caixa no exercício; e (b) aquisição adicional de 10,741% das cotas da FASEH, pelo montante de R\$ 28.326, realizada durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, cujo valor foi integralmente pago em caixa durante o exercício.
- (ii) Valores referem-se, principalmente, à compensação com créditos detidos pela UniFG perante os vendedores, reconhecidos como direitos a receber e baixados por ocasião da conclusão da aquisição da participação remanescente da UniFG (nota explicativa 2.4). Tais valores não impactaram o caixa (nota explicativa 27).

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2025 apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
2027	4.195	9.865
2028	5.699	4.201
2029	22.641	4.818
Após 2029	23.377	45.821
	55.912	64.705

POLÍTICAS

As obrigações decorrentes de combinações de negócios são reconhecidas na data de aquisição como parte da contraprestação transferida, mensuradas inicialmente ao valor justo.

Quando a liquidação de parcela da contraprestação em dinheiro é diferida, os montantes a pagar futuramente são reconhecidos pelo seu valor presente na data da aquisição, utilizando taxa de desconto que reflita as condições de mercado aplicáveis à transação. Após o reconhecimento inicial, a obrigação é mensurada pelo custo amortizado, com a apropriação dos encargos financeiros ao resultado pelo método da taxa efetiva de juros.

A contraprestação contingente assumida na combinação de negócios é classificada como passivo financeiro quando não atende à definição de instrumento patrimonial. Nesses casos, é reconhecida inicialmente ao valor justo na data da aquisição e, subsequentemente, remensurada ao valor justo ao final de cada período de reporte, sendo as variações reconhecidas no resultado do exercício.

As contas a pagar por aquisições são apresentadas no passivo circulante e/ou não circulante, conforme o prazo esperado de liquidação.

16. DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, TRIBUTÁRIOS E CÍVEIS

16.1. Provisões, líquidas dos correspondentes depósitos judiciais e ativos de indenização

	Provisão para Riscos			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhista (a)	147	517	108.725	152.703
Tributária (b)	2.119	-	411.532	336.660
Cíveis (c)	-	3	76.703	84.364
	2.266	520	596.960	573.727
Depósitos Judiciais	(269)	(367)	(143.631)	(157.172)
	1.997	153	453.329	416.555
[-] Ativos de indenização (i)	-	-	(206.306)	(106.086)
Total	1.997	153	247.023	310.469

- (i) Refere-se ao valor dos ativos de indenização perante ex-proprietários de empresas adquiridas, registrados em conexão com as provisões reconhecidas e que não são de responsabilidade da Companhia. Este saldo compõe a rubrica “Direitos a receber por aquisições”.
- (a) As provisões trabalhistas são constituídas tendo por base a análise individual das ações, dos pedidos constantes em cada uma das reclamações, bem como uma análise jurisprudencial atualizada das causas e se referem, principalmente, a questionamentos, nas esferas administrativa e judicial, de iniciativa de funcionários, ex-funcionários, prestadores de serviços ou de autoridades públicas, referentes a horas extras, equiparação salarial, redução salarial, encargos sociais e interpretação sobre as legislações.

- (b) As provisões para riscos de natureza tributária se referem, principalmente, a discussões e interpretações da legislação tributária vigente que estão sendo discutidas nas esferas administrativa e judicial. As principais causas que compõem o passivo estão listadas abaixo:
- (i) SOCIESC: Na aquisição da SOCIESC, a Administração assumiu a responsabilidade pela discussão de obrigações tributárias decorrentes do questionamento da imunidade tributária da instituição, objeto de três ações judiciais movidas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). Na data destas demonstrações financeiras, a Companhia aguarda decisão de mérito sobre os referidos processos. Com base na avaliação dos assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é considerada possível. Em decorrência da combinação de negócios, foi reconhecida, à época da aquisição, uma provisão no montante de R\$ 49.100. Adicionalmente, a SOCIESC mantém outra provisão, no montante de R\$ 60.640, referente à diferença apurada na contribuição patronal ao INSS. Essa diferença decorre da interpretação sobre a forma de recolhimento gradual adotada à época, com base na Lei nº 11.096/2005, por instituições que aderiram ao Programa Universidade para Todos (ProUni) e que, posteriormente, alteraram sua natureza jurídica de entidade sem fins lucrativos para entidade com fins lucrativos.
 - (ii) À época da aquisição do Grupo Laureate, no contexto da combinação de negócios, foram reconhecidas provisões referentes a processos tributários nas esferas municipal e federal com riscos de perda possível e remoto. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 o montante de R\$ 170.350 (R\$ 206.701 em 31 de dezembro de 2024) ainda está provisionado referentes às contingências registradas na data de aquisição. Do total provisionado, R\$ 78.376 (R\$ 64.389 em 31 de dezembro de 2024) estão cobertos por ativo de indenização reconhecido perante os antigos acionistas, conforme previsto nos contratos de compra e venda das IES, que compunham o Grupo Laureate. De acordo com tais instrumentos contratuais, em caso de desfecho desfavorável das ações, as controladas terão direito à respectiva indenização. Na ausência de reembolso direto, os contratos preveem que os valores correspondentes sejam compensados por meio de deduções nos aluguéis devidos aos antigos acionistas, relativos a imóveis atualmente arrendados pelas controladas.
 - (iii) UAM: Em 2025, a Companhia passou a reconhecer provisão no montante de R\$ 84.626, em razão de processo tributário cujo risco foi reavaliado como provável. A demanda refere-se à execução fiscal movida pela Fazenda Nacional contra a UAM/ISCP, relacionada a crédito tributário discutido no âmbito de processo administrativo de IRPJ sobre aplicações financeiras. Esse processo já havia sido registrado, à época da aquisição do Grupo Laureate, no valor de R\$ 35.000, no contexto da combinação de negócios. O débito encontra-se integralmente garantido por carta de fiança. Ademais, por tratar-se de obrigação de responsabilidade dos antigos proprietários, foi reconhecido ativo de indenização correspondente, de modo que a diferença entre o valor previamente registrado e a provisão atualizada não gerou impacto no resultado do exercício.

- (c) As provisões cíveis estão relacionadas, principalmente, ao processo judicial que solicita indenização ao Centro de Estratégia Operacional Propaganda e Publicidade e Comércio Ltda. pelo uso indevido de software pela Rede Brasileira de Educação à Distância S/C Ltda., do qual APEC e UNIMONTE faziam parte. Em 31 de dezembro de 2025, a provisão total para essa causa é de R\$ 56.391 (R\$ 53.602 em 31 de dezembro de 2024), considerando as duas empresas. Caso essa causa seja perdida, parte do valor será ressarcido pelos antigos proprietários da APEC e, outra parte, referente à UNIMONTE, será arcado pela Companhia. Os demais saldos registrados nas provisões cíveis referem-se a processos movidos por alunos e ex-alunos, em relação à discordância de cláusulas de contrato, à cobrança e indenizações, dentre outras.

16.2. Movimentação

A movimentação das provisões da controladora foi como segue:

Controladora						
	31/12/2024	Adição (reversão)	Pagamentos	Atualização	Reclassificação	Compensação depósitos judiciais
Trabalhista	517	596	(938)	-	3	(31)
Tributária	-	1.998	(81)	202	-	-
Cíveis	3	18	(17)	-	(3)	(1)
Total	520	2.612	(1.036)	202	-	(32)

Controladora				
	31/12/2023	Adição (reversão)	Pagamentos	Compensação depósitos judiciais
Trabalhista	582	300	(151)	(214)
Tributária	-	78	-	(78)
Cíveis	-	37	(34)	-
Total	582	415	(185)	(292)

A movimentação das provisões do consolidado foi como segue:

Consolidado							
	31/12/2024	Adição (reversão)	Pagamentos	Atualização	Reclassificação (i)	Compensação depósitos judiciais	Indenizações vendedores (ii)
Trabalhista	152.703	78.280	(58.381)	322	(58.317)	(8.267)	2.385
Tributária	336.660	(87.192)	(562)	10.243	54.923	(1.413)	98.873
Cíveis	84.364	37.118	(39.403)	-	3.394	(8.905)	135
Total	573.727	28.206	(98.346)	10.565	-	(18.585)	101.393

Consolidado							
	31/12/2023	Adição (reversão)	Adição INSS (iii)	Pagamentos	Atualização	Compensação depósitos judiciais	Indenizações vendedores (ii)
Trabalhista	188.911	1.826	3.038	(37.772)	-	(2.219)	(1.081)
Tributária	351.144	(40.743)	-	(2.183)	6.070	11.973	10.399
Cíveis	125.515	37.071	-	(38.799)	-	(4.255)	(35.168)
Total	665.570	(1.846)	3.038	(78.754)	6.070	5.499	(25.850)

- (i) O efeito da reclassificação decorre, predominantemente, da transferência da provisão para encargos sociais sobre a folha de pagamento, recolhidos de forma gradual conforme

previsto na Lei nº 11.096/2005, da rubrica de contingências trabalhistas para tributárias, por se entender que sua natureza está relacionada a obrigações de caráter tributário. O valor reclassificado relativo a este tema totalizou R\$ 54.896.

- (ii) Refere-se ao valor registrado em conexão com as provisões reconhecidas e pagamentos efetuados que são de responsabilidade dos ex-proprietários nos termos de cada contrato de compra. Este saldo compõe a rubrica “Direitos a receber por aquisições”.
- (iii) Esta provisão refere-se à diferença da cota patronal de INSS recolhida de forma gradual, conforme determinação da Lei 11.096/2005, para as entidades que aderiram ao programa PROUNI e transformaram-se de entidade sem fins lucrativos para com fins lucrativos. O valor está sendo contabilizado em resultado na rubrica “despesas com pessoal”.

16.3. Perdas possíveis não provisionadas no balanço

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhistas	212.383	183.004
Tributários (i)	872.111	718.895
Cíveis (ii)	196.735	191.305
	1.281.229	1.093.204
Responsabilidade vendedores	(339.505)	(327.485)
Total	941.724	765.719

- (i) Causas de natureza tributária referem-se, principalmente a: (i) imunidade tributária no âmbito federal (IRPJ e CSLL) e previdenciário (INSS patronal) das entidades UNA, Unimonte e Sociesc no montante de R\$ 299.790; (ii) imunidade tributária no âmbito municipal (ISS e IPTU) das entidades Sociesc e Unicuritiba no montante de R\$ 214.236, sendo, neste caso, R\$ 199.721 de responsabilidade dos ex-proprietários; (iii) débitos relativos à contribuição previdenciária e parafiscais da Sociesc no montante de R\$ 64.978; (iv) cobrança de ISS da FACS no montante de R\$ 68.557; (v) exigência de IRPJ e CSLL decorrente da alienação de um imóvel da Milton Campos no montante de R\$ 54.000, de responsabilidade dos ex-proprietários; (vi) débitos tributários relativos ao recolhimento a menor do ISS, no período de outubro de 2013 a junho de 2017, diante da alegação de que a Ritter descumpriu alguns requisitos do programa UNIPOA relativos à disponibilização de bolsas de estudo ao Município de Porto Alegre, no montante de R\$ 17.451; e (vii) discussões na apuração do Lucro Real em 2019 e 2020 da Brasil Educação no montante de R\$ 23.943.
- (ii) Refere-se, majoritariamente, ao processo de improbidade administrativa relacionado a supostas irregularidades no programa PROJOVEM, vinculado à SOCIESC, no montante de R\$ 46.196, e à anulação do convênio firmado entre o Município de Vespasiano e a Faseh para cessão de imóvel, no valor de R\$ 20.603, sendo ambos de responsabilidade dos ex-proprietários. Adicionalmente, está em discussão o processo que trata da cobrança de aluguéis e multa contratual decorrentes da rescisão antecipada com devolução de imóvel, relacionado à APEC, no montante de R\$ 32.754.

Todos os valores apresentados acima referem-se a processos envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação dos assessores jurídicos, para os quais não foi constituída provisão. Dessa forma, não foram considerados os processos com prognóstico de perda possível que tenham sido objeto de reconhecimento contábil em decorrência de combinação de negócios. Para alguns desses processos, se houver decisão judicial contra a Companhia ou suas controladas, a responsabilidade é dos ex-proprietários nos termos de cada contrato de compra.

16.4. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais estão apresentados no ativo não circulante e, assim como as provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis, são atualizados pelos índices oficiais determinados para sua correção.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhistas	258	209	49.447	44.150
Tributários	5	152	59.529	69.872
Cíveis	6	6	34.655	43.150
Total	269	367	143.631	157.172

A movimentação dos depósitos judiciais do consolidado foi como segue:

	Consolidado				
	31/12/2024	Adições (resgates)	Compensação provisão	Atualização (reversão)	31/12/2025
Trabalhistas	44.150	9.154	(8.935)	5.078	49.447
Tributários	69.872	(8.541)	(1.802)	-	59.529
Cíveis	43.150	(703)	(7.848)	56	34.655
Total	157.172	(90)	(18.585)	5.134	143.631

	Consolidado				
	31/12/2023	Adições (resgates)	Compensação provisão	Atualização (reversão)	31/12/2024
Trabalhistas	45.746	1.859	(2.219)	(1.236)	44.150
Tributários	55.598	642	11.973	1.659	69.872
Cíveis	48.160	(965)	(4.255)	210	43.150
Total	149.504	1.536	5.499	633	157.172

JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis são constituídas para todos os processos que representam perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos internos e externos do Grupo, a natureza dos processos e experiências passadas. Os passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente registrados pelo valor mensurado na data da aquisição. A Administração acredita que essas provisões são suficientes face aos riscos assumidos e estão adequadamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

POLÍTICAS

Provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis

As provisões de processos judiciais (trabalhistas, cíveis e tributários) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa de desconto antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como um incremento na provisão para riscos.

Uma vez que os processos judiciais, para os quais foram constituídas provisões, ainda estão pendentes de decisão judicial, a Administração entende que as potenciais contrapartes não têm o direito de exigir a liquidação no prazo de doze meses. Consequentemente, essas provisões são classificadas como passivo não circulante.

Depósitos judiciais

Existem situações em que as empresas do Grupo contestam a legitimidade de determinados passivos ou ações judiciais movidas contra ela. Diante dessas impugnações, por ordem judicial ou por estratégia da Administração, os respectivos valores são depositados em juízo, sem caracterizar a liquidação do passivo.

A atualização monetária é apresentada de acordo com sua natureza no grupo de receitas ou despesas financeiras.

Alguns processos existentes antes da aquisição de algumas entidades são indenizáveis pelos antigos proprietários.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, é composto por 403.868.805 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, correspondentes a R\$ 2.569.625, cuja composição é como segue:

	Ações Ordinárias	
	31/12/2025	31/12/2024
Total de ações em circulação	377.859.942	377.703.042
Ações em tesouraria	26.008.863	26.165.763
Total geral de ações	403.868.805	403.868.805

b) Ajuste de avaliação patrimonial

Ágio em transação de capital

Durante os exercícios de 2025 e 2024, ocorreram transações entre acionistas envolvendo controladas do Grupo, cujos efeitos, por não representarem aquisição ou perda de controle, foram reconhecidos diretamente no patrimônio líquido da controladora.

Em 2025 e 2024, a participação da Companhia na Inspirali Brasil foi reduzida em razão da emissão de ações destinadas ao programa de incentivo de longo prazo a funcionários, operação que resultou na diluição proporcional da Companhia.

Adicionalmente, em 16 de fevereiro de 2024, houve redução de 0,99% na participação da Companhia na Inspirali Brasil, decorrente ajuste da dívida líquida previsto no acordo firmado com o Fundo Genoma VIII.

Conforme descrito na Nota Explicativa 2.4, as seguintes transações entre acionistas resultaram em ajustes diretamente no patrimônio líquido, classificados como Ajuste de Avaliação Patrimonial: (i) a Insegnare adquiriu os 45% remanescentes do capital social do UniFG, cujo efeito foi reconhecido diretamente no patrimônio líquido da controladora, no montante de R\$ 61.436, e no consolidado, no montante de R\$ 90.899; e (ii) a Inovattus adquiriu participação adicional de 10,741% no capital social da Faseh, operação cujos efeitos foram registrados diretamente no patrimônio líquido, da controladora, no valor de R\$ 6.176, e no consolidado, no montante de R\$ 28.326.

c) Lucro por ação

Com base na IAS 33 (equivalente ao CPC 41), a Companhia deve calcular o valor do resultado básico por ação para o lucro ou prejuízo atribuível aos acionistas controladores da Companhia e, se apresentado, o lucro ou prejuízo resultante das operações continuadas atribuíveis a esses titulares de ações ordinárias.

(i) Lucro básico e diluído por ação:

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias existentes durante o exercício, excluindo as ações adquiridas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria, se houver.

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. No exercício de doze meses findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os instrumentos patrimoniais que apresentam efeito diluidor na Companhia não impactam os valores do lucro por ação apresentados a seguir, em virtude de sua baixa representatividade em relação ao total de ações emitidas.

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	123.755	85.146
Média ponderada de ações ordinárias (em milhares)	377.860	377.513
Lucro básico e diluído por ação ordinária - R\$	0,33	0,23

POLÍTICAS

Dividendos e distribuição de lucros

De acordo com o estatuto social, para as sociedades por ações da Companhia são garantidos aos acionistas, em cada exercício social, dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal. Para a controlada VC Network, o estatuto determina a distribuição de 100% do resultado do exercício.

Para as controladas constituídas como sociedades empresárias limitadas, a distribuição de lucros para a controladora é registrada como passivo nas demonstrações financeiras individuais dessas sociedades somente na data em que a distribuição é formalmente aprovada em assembleia ou reunião de sócios.

Reservas de lucros

A Companhia constitui reservas de lucros, após a dedução da parcela destinada à reserva legal. As reservas de lucros representam a parcela do resultado retida para finalidades previstas na legislação societária, no estatuto social ou aprovadas pela assembleia geral, incluindo a reserva legal e eventuais reservas para expansão ou retenção de lucros justificadas por orçamento de capital.

18. PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES

	Inspirali Brasil	FASEH	UniFG	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	401.574	26.971	24.313	452.858
Opção de compra IBCMED	(482)	-	-	(482)
Ajuste participação DNA	15.783	-	-	15.783
Aporte de acionistas não controladores	1.236	-	-	1.236
Resultado do exercício	84.598	17.477	17.223	119.298
Dividendos obrigatórios	(21.103)	-	-	(21.103)
Dividendos distribuídos	(46.450)	(3.328)	(11.830)	(61.608)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	435.156	41.120	29.706	505.982
Opção de compra IBCMED	(272)	-	-	(272)
Aquisição de ações dos acionistas não controladores	(14.621)	(19.979)	(17.013)	(51.613)
Aporte de acionistas não controladores	231	-	-	231
Resultado do exercício	105.525	16.821	10.564	132.910
Dividendos obrigatórios	(26.386)	-	-	(26.386)
Dividendos distribuídos	-	(4.404)	(23.257)	(27.661)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	499.633	33.558	-	533.191

O resultado atribuído aos acionistas não controladores reflete sua participação proporcional no lucro líquido das controladas. No exercício de 2025, o lucro da Faseh, atribuível aos acionistas não controladores, totalizou R\$ 16.821. Nesse valor estão contabilizados os juros sobre capital próprio (JCP) distribuídos, no montante de R\$ 1.636. Os JCP são contabilizados diretamente no resultado, não transitando como uma movimentação no patrimônio líquido.

POLÍTICAS

O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida ao valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações sem perda de controle para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, como “Lucros ou prejuízos acumulados” para posterior deliberação da assembleia de acionistas quanto à destinação destes valores.

19. RECEITA LÍQUIDA DE PRODUTOS E SERVIÇOS

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Receita bruta de produtos e serviços	8.142.316	7.530.202
Receita FIES	272.235	248.429
Descontos em mensalidades (b)	(4.072.599)	(3.676.069)
Impostos sobre faturamento	(159.198)	(151.566)
Comissões (a)	(155.848)	(143.033)
Ajuste a valor presente	(3.209)	(6.584)
Receita líquida	4.023.697	3.801.379
Reconhecimento de receita		
Reconhecida ao longo do tempo	3.943.728	3.742.857
Reconhecida no momento da prestação	79.969	58.522
	4.023.697	3.801.379

- (a) Referem-se às comissões retidas pelos financiamentos FIES (FGEDUC, FG-FIES e agente financeiro), Pravalor e pagas aos Polos EAD.
- (b) Os descontos em mensalidade estão demonstrados abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Bolsas e descontos concedidos	(3.070.620)	(2.761.874)
Gratuidade PROUNI	(647.572)	(580.575)
Convênios com empresas	(81.162)	(57.462)
Devoluções, abatimentos e outros	(273.245)	(276.158)
Total	(4.072.599)	(3.676.069)

POLÍTICAS

Mensalidades

A receita do Grupo consiste, principalmente, em mensalidades cobradas pelas empresas provedoras dos cursos de graduação e pós-graduação. No caso dos cursos de graduação, os contratos de matrícula são firmados semestralmente e, por isso, os alunos de graduação, que desejam continuar seus estudos, devem prorrogar seus contratos de matrícula a cada semestre. No caso de cursos profissionalizantes de pós-graduação e de formação continuada, o contrato de matrícula abrange todo o período do curso, que pode variar em duração de um dia a 24 meses. O Grupo presta outros serviços tais como: cursos de ensino superior e profissionalizante, incluindo mestrado, doutorado e extensão, cursos de especialização, cursos preparatórios para a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), cursos *in company*, na forma de ensino presencial e à distância, serviços e consultoria na área de inovação tecnológica, suporte técnico, manutenção e desenvolvimento de software.

A receita relacionada às mensalidades é reconhecida linearmente ao longo do semestre letivo, quando os serviços são prestados ao aluno e a empresa provedora do curso cumpre sua obrigação de desempenho contratual por um valor que reflete a contraprestação à qual a empresa espera ter direito em troca por esses serviços. Caso o aluno desista de um curso, a empresa provedora do curso reembolsará, parcialmente, conforme condições contratuais vigentes, a primeira mensalidade, desde que o aluno desista antes do primeiro dia de aula do semestre. Caso o curso já tenha iniciado, a empresa provedora do curso poderá dispensar a mensalidade subsequente mediante o cancelamento da inscrição. Esses valores são reconhecidos líquidos de bolsas e outros descontos, comissões e impostos.

As empresas do Grupo têm responsabilidade contratual pela obrigação de prestar os serviços quando recebem adiantamentos dos alunos e da Pravalor antes da prestação dos

serviços. Esses adiantamentos estão relacionados, principalmente, às mensalidades e matrículas dos anos subsequentes e são registrados como “Adiantamentos de clientes” e são reconhecidos no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

A Companhia avalia a recuperabilidade das contas a receber de clientes, conforme descrito na nota explicativa 6. Os alunos não podem se inscrever novamente para a próxima sessão acadêmica sem uma resolução satisfatória de mensalidades em atraso. Se um aluno desistir de um curso, a obrigação do Grupo em realizar um reembolso depende do descrito acima. Geralmente, as obrigações de reembolso são reduzidas ao longo do período acadêmico.

Eventos

As receitas de congressos, fóruns, treinamentos e seminários são reconhecidas quando o serviço é prestado ao cliente por um valor que reflète a contraprestação a que a empresa provedora dos serviços espera ter direito em troca do serviço prestado. A Companhia avalia se existem outras promessas no contrato, que são obrigações de desempenho separadas, às quais uma parte do preço da transação precisa ser alocada. Se um cliente desistir do evento ou o evento for cancelado, a obrigação da empresa provedora dos serviços de emitir um reembolso depende da política de reembolso para esse evento e do momento da desistência do cliente. Tal reembolso só é possível antes da realização do evento e ocorre de forma esporádica e ocasional. Como os principais eventos ocorrem durante o ano, a Companhia considera que os efeitos do reembolso ao cliente não são significativos.

Outras receitas

Outras receitas são substancialmente decorrentes da cobrança de taxas por serviços extra-acadêmicos, tais como: emissão de histórico escolar, outros documentos de graduação, cessão de espaço, clínicas, exames complementares, entre outros. Essas receitas são reconhecidas quando o serviço é prestado, pelo valor que reflète a contraprestação à qual a empresa provedora dos serviços espera ter direito em troca do serviço prestado. As demais receitas são apresentadas líquidas dos correspondentes descontos, devoluções e impostos. Essas receitas são reconhecidas à medida que o controle do bem ou serviço é transferido para o cliente, o que geralmente ocorre em um momento, quando o caixa é transferido para as entidades consolidadas, pois a maioria desses serviços ocorre esporadicamente e ocasionalmente e quase simultaneamente com seu recebimento.

Financiamento estudantil e programas de bolsas de estudo – FIES

O Fundo de Financiamento Estudantil (“FIES”) é um programa federal instituído para fornecer financiamento a alunos matriculados em cursos de instituições privadas de

ensino superior, que tenham obtido avaliação mínima satisfatória de acordo com os critérios estabelecidos pelo Ministério da Educação (“MEC”).

Sob essa estrutura básica, o FIES visa ambos os objetivos da política educacional do governo: maior acesso e melhores resultados de qualidade acadêmica. A IES recebe o benefício do programa FIES por meio de sua participação na intermediação de títulos do CFT-E (Certificado Financeiro do Tesouro), que são títulos públicos emitidos para a IES pelo Governo Federal, as quais a IES pode utilizar para compensar contribuições cobradas pelo INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) e algumas outras obrigações fiscais federais. Se a IES estiver em dia com seus impostos (ou seja, possuir um certificado de liberação fiscal e não estiver envolvida em nenhuma ação relacionada a impostos com o Governo Federal, que não esteja sendo defendida em conformidade com os requisitos de títulos/cauções aplicáveis), a IES também tem a opção de vender os títulos em um leilão público realizado por um dos bancos patrocinados pelo Governo Federal.

Após mudanças iniciadas em 2014, uma nova reforma do FIES foi implementada pela Lei n. 13.530/2017, que alterou o estatuto original do FIES (Lei n. 10.260/2001). As condições atuais da oferta do FIES foram consolidadas pela primeira vez para a seleção de candidatos no primeiro semestre de 2018 (2018.1).

O programa tradicional de financiamento do FIES continua sendo oferecido aos candidatos com renda familiar de até três salários mínimos e, eliminada a carência anterior de 18 meses. O financiamento terá taxa de juros zero. O risco é suportado por um novo fundo de garantia denominado FG-FIES que pode ter aportes públicos iniciais de até R\$ 3 bilhões, e contribuições das IES que variam de 13% para o primeiro ano, entre 10% e 25% para o segundo até o quinto ano (de acordo com as variações relacionadas à inadimplência) e pelo menos 10% a partir do sexto ano. A segunda oferta de financiamento denominada P-FIES originalmente tinha duas variáveis, de acordo com as fontes de financiamento (os Fundos Constitucionais de Desenvolvimento Regional ou o BNDES). A distribuição de vagas para esta modalidade privilegia os programas oferecidos nos limites regionais correspondentes e é operada estritamente por agentes financeiros, que arcam com os riscos da operação, mas têm direito à cobrança de juros.

Outras reformas foram implementadas em dezembro de 2019, após reivindicações do governo de que a sustentabilidade do programa deveria ser uma preocupação primordial para o programa FIES tradicional, bem como promover a meritocracia como parte dos critérios de elegibilidade. Portanto, é exigido um melhor desempenho acadêmico dos candidatos. Por outro lado, houve considerável flexibilização para o P-FIES, sendo a mais significativa a desconsideração da renda familiar do solicitante como condição de acesso

ao financiamento. O P-FIES também libera os candidatos da seleção usual via ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio - exame nacional oficial e não obrigatório do ensino médio promovido pelo MEC), além de permitir que os alunos se candidatem a financiamentos a qualquer momento junto a bancos privados para obtenção de linhas de crédito, desvinculando efetivamente o P-FIES do tradicional cronograma anual do FIES e da modelagem original. A regulamentação operacional que detalha a candidatura, seleção e contratação, incluindo os valores máximos e mínimos de financiamento, foi implementada no primeiro trimestre de 2020.

As receitas e mensalidades a receber do programa FIES são registradas líquidas do desconto para manutenção do fundo FG-FIES, responsável por cobrir 90% do risco das mensalidades do FIES.

PROUNI

O Programa Universidade Para Todos - “PROUNI” (Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005) é um programa federal de benefícios fiscais destinado a aumentar as taxas de participação de alunos de baixa renda no ensino superior. O PROUNI concede às IES privadas isenção de alguns tributos federais em troca da concessão de bolsas parciais e integrais a alunos de baixa renda matriculados em cursos de graduação tradicional e de pós-graduação em tecnologia.

A Lei nº 14.350, publicada em 25 de maio de 2022, altera as Leis nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e nº 11.128, de 28 de junho de 2005, e ratifica a manutenção do PROUNI. Dentre outras alterações, a Lei antecipa a renovação da adesão do programa, que ocorreria apenas em 2025.

As IES podem aderir ao PROUNI mediante assinatura de termo de adesão válido por dez anos e renovável por igual período. Este prazo de adesão inclui o número de bolsas a serem oferecidas em cada programa, unidade e turma, para cursos de graduação a serem concedidos a pessoas aptas a ingressar no ensino superior, submetidas à seleção do ENEM, com renda familiar máxima de até 3 salários mínimos por pessoa. Para aderir ao PROUNI, a instituição de ensino deve manter certa relação entre o número de bolsas concedidas e o número de alunos regulares pagantes. A relação entre o número de bolsas concedidas e alunos pagantes regulares é testada anualmente. Caso esta relação não seja observada durante um determinado ano letivo, devido à saída de alunos, a instituição deve ajustar o número de bolsas de forma proporcional no ano letivo seguinte.

20. RECEITAS E (DESPESAS) POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Gastos com pessoal	(23.014)	(45.800)	(1.366.568)	(1.359.904)
Gastos com aluguel e ocupação (a)	-	-	(81.227)	(74.590)
Gastos com serviços de terceiros	(3.403)	(2.881)	(338.405)	(316.720)
Propaganda e publicidade	-	-	(291.874)	(290.672)
Perdas estimadas (nota explicativa nº 6)	-	-	(185.432)	(178.526)
Despesas com depreciação (nota explicativa nº 10)	(1.602)	(1.489)	(101.763)	(119.913)
Despesas com amortização (nota explicativa nº 12)	(63.024)	(60.952)	(167.188)	(209.987)
Despesas com amortização direito de uso (nota explicativa nº 11)	-	-	(158.517)	(151.136)
Manutenção	(56)	(21)	(59.565)	(62.347)
Deslocamentos	(1.110)	(1.091)	(36.595)	(34.648)
Riscos trabalhistas, tributários e cíveis (nota explicativa nº 16)	(2.612)	(415)	(28.206)	(4.224)
Impostos e taxas	(1.532)	(1.152)	(7.972)	(16.090)
Multa para devolução de imóveis (nota explicativa nº 11)	-	-	-	(1.528)
Valor justo earn-out	-	-	-	2.955
Perda por impairment	-	(6.109)	-	(6.079)
Outras receitas (despesas) líquidas	91.001	73.756	(189.489)	(146.101)
Total	(5.352)	(46.154)	(3.012.801)	(2.969.510)
Classificadas como:				
Custo dos produtos e serviços	-	-	(1.490.204)	(1.449.986)
Despesas comerciais	-	-	(291.874)	(290.672)
Perdas estimadas	-	-	(185.432)	(178.526)
Despesas gerais e administrativas	(91.967)	(108.781)	(1.041.817)	(1.043.300)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	86.615	62.627	(3.474)	(7.026)
	(5.352)	(46.154)	(3.012.801)	(2.969.510)

- (a) Referem-se, principalmente, a gastos com energia elétrica e IPTU, bem como às despesas com aluguéis cujos contratos possuem as características para as isenções previstas na norma contábil CPC 06 (R2) (correspondente ao IFRS 16).

21. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS DE NEGÓCIOS

	01/01/2025 a 31/12/2025				
	Consolidado				
	Ânima Core	Inspirali Educação Médica	Ensino Digital	Corporativo (i)	Total
Receita líquida	2.159.941	1.532.364	331.392	-	4.023.697
Custo dos produtos e serviços	(967.672)	(493.774)	(28.758)	-	(1.490.204)
Lucro bruto	1.192.269	1.038.590	302.634	-	2.533.493
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Comerciais	(191.460)	(42.989)	(57.425)	-	(291.874)
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(118.953)	(25.578)	(40.901)	-	(185.432)
Gerais e administrativas	(272.952)	(310.004)	(66.936)	(391.925)	(1.041.817)
Resultado de equivalência patrimonial	(8.879)	-	-	-	(8.879)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(2.211)	(13.193)	(475)	12.405	(3.474)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	597.814	646.826	136.897	(379.520)	1.002.017
Receitas financeiras	41.506	168.718	6.464	35.790	252.478
Despesas financeiras	(243.482)	(389.444)	(36)	(368.674)	(1.001.636)
Resultado financeiro líquido	(201.976)	(220.726)	6.428	(332.884)	(749.158)
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	395.838	426.100	143.325	(712.404)	252.859
IRPJ e CSLL correntes	(724)	(2.027)	-	-	(2.751)
IRPJ e CSLL diferidos	1.479	5.078	-	-	6.557
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	396.593	429.151	143.325	(712.404)	256.665

	01/01/2024 a 31/12/2024				
	Consolidado				
	Ânima Core	Inspirali Educação Médica	Ensino Digital	Corporativo (i)	Total
Receita líquida	2.106.395	1.396.136	298.848	-	3.801.379
Custo dos produtos e serviços	(943.539)	(479.584)	(26.863)	-	(1.449.986)
Lucro bruto	1.162.856	916.552	271.985	-	2.351.393
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Comerciais	(187.715)	(32.664)	(70.268)	(25)	(290.672)
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(127.173)	(19.689)	(31.664)	-	(178.526)
Gerais e administrativas	(247.778)	(286.013)	(74.966)	(434.543)	(1.043.300)
Resultado de equivalência patrimonial	(11.770)	-	-	-	(11.770)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	9.054	(4.854)	(1.396)	(9.830)	(7.026)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	597.474	573.332	93.691	(444.398)	820.099
Receitas financeiras	45.518	113.035	3.803	7.641	169.997
Despesas financeiras	(215.021)	(330.863)	(34)	(258.110)	(804.028)
Resultado financeiro líquido	(169.503)	(217.828)	3.769	(250.469)	(634.031)
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	427.971	355.504	97.460	(694.867)	186.068
IRPJ e CSLL correntes	(1.210)	(1.204)	-	-	(2.414)
IRPJ e CSLL diferidos	(4.402)	761	-	24.431	20.790
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	422.359	355.061	97.460	(670.436)	204.444

- (i) A parcela corporativa das despesas operacionais se refere, majoritariamente, às atividades relacionadas à governança da Companhia e gestão de toda operação do Grupo, compostas principalmente por gastos com pessoal e com serviços de terceiros.

POLÍTICAS

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva, também responsável pela execução das estratégias do Grupo.

A apresentação dos segmentos é conforme segue:

- Inspirali Educação Médica – Atividades atreladas aos resultados dos cursos de graduação em medicina ou outras entidades que possuem negócios relacionados ao ecossistema de medicina.
- Ânima Core – Atividade atrelada à prestação de serviços educacionais, no ensino presencial e semipresencial, em cursos de ensino superior e de aperfeiçoamento profissional (exceto medicina), incluindo cursos de graduação, mestrado e doutorado (Stricto Sensu) e extensão, além de prestação de serviços de aperfeiçoamento profissional em cursos de pós-graduação (Lato Sensu), congressos, fóruns, seminários, cursos de especialização, cursos *in company*, cursos preparatórios para a OAB, serviços e consultoria

na área de inovação tecnológica, suporte técnico, manutenção e desenvolvimento de programas computacionais.

- Ensino digital – Compreende à cursos de graduação e pós-graduação cujas atividades são desenvolvidas no formato de ensino a distância, utilizando plataformas digitais e tecnologias de informação e comunicação.
- Corporativo – Atividades relacionadas à governança da Companhia e gestão de toda operação do Grupo, despesas de estruturas corporativas que prestam serviços para todos os segmentos, além de despesas financeiras de empréstimos contraídos pela Companhia para expansão das operações.

A alocação de ativos e passivos por meio de rateio entre os segmentos operacionais, na avaliação da Companhia, não traz benefício adicional para análise e gerenciamento do negócio e, por esse motivo, tais valores não são alocados.

22. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras				
Receita com aplicações financeiras	31.901	15.459	193.913	113.129
Receita com juros de mensalidades	-	-	41.164	38.882
Impostos e outras receitas	206	634	17.401	17.986
Total	32.107	16.093	252.478	169.997
Despesas financeiras				
Despesa financeira de arrendamento	-	-	(142.873)	(142.313)
Despesa de juros com empréstimos e debêntures	(312.003)	(221.752)	(644.940)	(518.923)
Juros de financiamento Pravalor	-	-	(102.873)	(74.980)
Variação cambial passiva/ativa de empréstimos	18.894	(41.604)	18.894	(41.604)
Despesa/Receita com derivativos	(40.415)	53.560	(40.415)	53.560
Perda realizada com derivativos	(10.143)	(10.899)	(10.143)	(10.899)
Despesas bancárias e antecipações de recebíveis	(407)	(630)	(18.087)	(23.597)
Despesa de ajuste a valor presente e correção monetária com títulos	-	-	(8.303)	(5.513)
Outras despesas	(2.265)	(5.687)	(52.896)	(39.759)
Total	(346.339)	(227.012)	(1.001.636)	(804.028)
Resultado financeiro	(314.232)	(210.919)	(749.158)	(634.031)

POLÍTICAS

As receitas e despesas financeiras são reconhecidas pelo regime de competência, pelo método da taxa efetiva de juros, exceto no caso de receitas de juros cobradas de mensalidades quando pagas em atraso e juros de fornecedores, em que as receitas e despesas de juros são reconhecidas somente quando devidamente pagas ou recebidas.

O resultado financeiro inclui, ainda, os ganhos e perdas decorrentes da variação cambial de ativos e passivos monetários, bem como os efeitos de instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado.

23. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A composição do saldo de partes relacionadas é como segue:

	Controladora							Controladora						
	31/12/2025							31/12/2024						
	Ativo			Passivo			Resultado	Ativo			Passivo			Resultado
	Contas a receber (a)	Créditos	Dividendos a receber	Contas a pagar	Débitos	Dividendos a pagar	Receitas (despesas) financeiras	Contas a receber (a)	Créditos	Dividendos a receber	Contas a pagar	Débitos	Dividendos a pagar	Receitas (despesas) financeiras
Brasil	4.344	-	-	1.361	-	-	-	6.063	-	-	1.396	-	-	-
IEDUC	3.405	-	-	6	-	-	-	4.379	-	-	4	-	-	(690)
Sociesc	5.570	-	-	2.532	-	-	-	6.565	-	-	2.076	-	-	(412)
Unimonte	427	-	-	-	25.584	-	-	586	-	-	3	25.620	-	-
FACEB	2.323	-	-	-	-	-	-	1.719	-	-	-	53.778	-	-
Politécnico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.596	-	-
Inspirali Brasil	355	-	75.053	-	-	-	-	255	-	60.044	1	-	-	-
HSM Brasil	5.299	-	-	-	-	-	-	4.233	466	-	52	-	-	-
VC Network	-	-	21.297	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AMC	5.382	-	-	6	-	-	-	6.155	-	-	1	-	-	(82)
ISCP	7.227	-	-	1.433	-	-	-	9.227	-	-	5.017	-	-	(82)
UNIFACS	3.088	-	-	2.000	-	-	-	4.276	-	-	2.144	-	-	(151)
UniRitter	1.598	-	-	10.000	-	-	-	2.153	-	-	-	-	-	-
APEC	3.584	-	-	-	-	-	-	4.400	-	-	-	-	-	-
NS Educação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	21.372	-	-	-	-
Gama Academy	-	-	-	-	-	-	589	-	29.577	-	-	-	-	677
Outros	7.913	1.685	-	372	-	29.786	225	10.691	38	-	465	-	20.701	519
Total	50.515	1.685	96.350	17.710	25.584	29.786	814	60.702	30.081	81.416	11.159	88.994	20.701	(221)

	Consolidado					Consolidado					
	31/12/2025					31/12/2024					
	Ativo		Passivo		Resultado	Ativo		Passivo		Resultado	
	Contas a receber (a)	Créditos	Débitos	Dividendos a pagar	Receitas (despesas) financeiras	Contas a receber (a)	Créditos	Contas a pagar	Débitos	Dividendos a pagar	Receitas (despesas) financeiras
Genoma VIII	-	-	-	26.385	-	-	-	-	-	21.103	-
Community	-	1.646	-	-	117	-	-	-	-	-	-
Outros	441	53	74	29.792	109	760	53	168	74	20.706	517
Total	441	1.699	74	56.177	226	760	53	168	74	41.809	517

(a) Refere-se, principalmente, ao rateio dos gastos da Companhia para suas controladas.

Não houve incidência de juros em nenhuma das operações de mútuo realizadas entre empresas controladas do Grupo. Os contratos de mútuo possuem vigência formal de cinco anos, porém não há cronograma definido de amortização.

Os mútuos destinam-se ao suporte de capital de giro e são liquidados de acordo com a disponibilidade de caixa das entidades envolvidas, não havendo garantias associadas às operações.

23.1. Remuneração do pessoal chave

O pessoal-chave da Administração inclui os diretores estatutários e conselheiros da Companhia.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Benefícios de curto prazo	14.983	16.701	21.760	22.985

POLÍTICAS

Os créditos e débitos com partes relacionadas correspondem a direitos e obrigações decorrentes, principalmente, de operações de crédito e acordo de rateio de custos e despesas corporativas, cujas condições financeiras são estabelecidas de comum acordo entre as entidades.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

24.1. Classificação dos instrumentos financeiros

Exceto pelos instrumentos derivativos e contraprestações contingentes, que são reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas são reconhecidos pelo método do custo amortizado.

24.2. Gerenciamento de riscos financeiros:

No curso normal das suas operações, a Companhia e suas controladas estão expostas aos seguintes riscos relacionados aos seus instrumentos financeiros:

- (a) Risco de liquidez – é o risco que a Companhia e suas controladas possuem em uma eventual falta de recursos necessários para liquidar suas obrigações nas datas de vencimento.

A Companhia e suas controladas gerenciam o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julguem adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Na tabela a seguir são demonstrados os valores de vencimento dos passivos financeiros remanescentes (principal e juros) da Companhia e de suas controladas.

	Consolidado			
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2025:				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	961.363	2.265.257	3.037.217	6.263.837
Fornecedores	199.319	-	-	199.319
Contas a pagar por aquisições	30.317	8.753	69.504	108.574
Arrendamentos a pagar	111.074	219.202	845.587	1.175.863
Derivativos	17.417	11.246	11.977	40.640
Em 31 de dezembro de 2024:				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	625.499	805.390	4.589.391	6.020.280
Fornecedores	210.396	-	-	210.396
Contas a pagar por aquisições	30.034	15.297	77.383	122.714
Arrendamentos a pagar	141.427	94.351	952.948	1.188.726
Derivativos	1.658	1.088	10.518	13.264

(b) **Risco de crédito** – É o risco que a Companhia e suas controladas possuem em relação ao não cumprimento pela contraparte de uma obrigação em relação a um instrumento financeiro ou contrato de cliente, ocasionando perdas financeiras. A Companhia constitui perda estimada considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas.

(i) **Contas a receber:** A Companhia e suas controladas pautaram suas políticas comerciais aos níveis de risco de crédito a que estão dispostas a se sujeitar no curso de seus negócios, limitados às regras do Governo Federal (Lei nº 9.870/99, que dispõe sobre o valor total das anuidades escolares). A matrícula para o período letivo seguinte é usualmente bloqueada sempre que o aluno fica inadimplente com a instituição, fazendo com que o aluno negocie seus débitos. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus alunos, assim como, o acompanhamento dos débitos existentes, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

Informações acerca das perdas estimadas de crédito sobre o saldo de contas a receber podem ser verificadas na nota explicativa 6.

(ii) **Equivalentes de caixa e aplicações financeiras:** A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e aplicações financeiras, efetuando seus investimentos com instituições financeiras de primeira linha, de acordo com limites previamente estabelecidos.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, nas datas das demonstrações financeiras, como segue:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	5	101.190	795	220.007	99.601
Aplicações financeiras	5	393.262	299.981	1.485.408	1.152.380
Contas a receber / Contas a receber partes relacionadas	6/23	50.515	60.702	887.941	837.623
Adiantamentos diversos		1.589	2.427	28.516	30.095
Créditos com partes relacionadas	23	1.685	30.081	1.699	53
Total		548.241	393.986	2.623.571	2.119.752

(c) Risco de mercado – É o risco que a Companhia e suas controladas possuem de o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de determinado instrumento financeiro oscilem devido às variações nas taxas de juros, índices de correção e câmbio.

(i) Risco de câmbio - A Companhia e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e resultado, com o propósito de atender às suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado decorrentes do descasamento entre moedas e indexadores. As operações com instrumentos derivativos são realizadas de acordo com o plano anual de negócios da Companhia previamente aprovado pelo Conselho de Administração.

A Companhia realizou operações de empréstimo em dólares norte-americanos, e contratou um *SWAP* para garantir a cotação do dólar, com objetivo de mitigar o risco de variação cambial. Esta operação foi designada como hedge de valor justo.

(ii) Risco de juros - A Companhia possui empréstimos, financiamentos e debêntures contratados em moeda nacional e subordinados a taxas de juros vinculadas a alguns indexadores (nota explicativa 13). O risco relacionado a esses passivos resulta da possibilidade de existirem variações nas taxas de juros. Para a segunda série da 4ª emissão de debêntures a Companhia contratou um *SWAP* para garantir a taxa de juros fixada em CDI + 2,08% a.a., se protegendo assim de variações na inflação (a curva ativa do *SWAP* é IPCA + 8,0481% a.a.)

As operações de derivativos possuem os seguintes montantes e condições:

Controladora e consolidado							
Data de contratação	Data de vencimento	Valor lastreado (USD mil)	Valor	Cotação contratada	Ajuste valor justo	Taxa contratada	Taxa SWAP
28/03/2023	15/03/2028	40.000	220.097	5,5073	4.818	SOFR + 2% a.a.	CDI + 0,87% a.a.
28/12/2022	13/12/2029	-	229.778	-	35.822	IPCA + 8,0481% a.a.	CDI + 2,08% a.a.
Total		40.000	449.875		40.640		
Passivo Circulante					17.417		
Passivo Não Circulante					23.223		

As movimentações das operações com derivativos estão demonstradas a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	13.264	33.252
Valor justo com derivativos	31.664	(1.057)
Marcação a mercado	(13.039)	33.572
Variação Cambial empréstimos	18.894	(41.604)
Perda realizada com derivativos	(10.143)	(10.899)
Saldo final	40.640	13.264

As taxas de juros contratadas no passivo circulante e passivo não circulante estão demonstradas na nota explicativa 13.

24.3. Gestão de capital

A Companhia e suas controladas administram seu capital, para assegurar que possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A Administração revisa periodicamente a estrutura de capital da Companhia e de suas controladas e considera o custo de capital, a liquidez dos ativos, os riscos associados a cada classe de capital e o grau de endividamento de modo consolidado por meio da utilização do índice de alavancagem financeira.

Em relação aos *covenants*, os cálculos dos indicadores são especificados em cada contrato (nota explicativa 13) sendo estes, também, avaliados periodicamente pela Companhia, a fim de atender aos requisitos contratuais estabelecidos.

A seguir, estão demonstrados os índices de alavancagem financeira:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2.358.844	1.971.081	4.520.588	4.121.066
Arrendamentos a pagar	-	-	1.175.863	1.188.726
Contas a pagar por aquisições	-	-	85.619	93.879
Derivativos	40.640	13.264	40.640	13.264
Caixa e equivalentes de caixa	(101.190)	(795)	(220.007)	(99.601)
Aplicações financeiras	(393.262)	(299.981)	(1.485.408)	(1.152.380)
Dívida líquida (a)	1.905.032	1.683.569	4.117.295	4.164.954
Patrimônio líquido	2.300.465	2.274.252	2.300.465	2.274.252
Dívida total (b)	4.205.497	3.957.821	6.417.760	6.439.206
Índice de alavancagem financeira [(a)/(b)]	45%	43%	64%	65%

24.4. Mensurações ao valor justo reconhecidas no balanço patrimonial e/ou divulgadas:

(a) Valor justo versus valor contábil

Nas operações que envolvem os instrumentos financeiros, foi identificado que empréstimos, financiamentos, debêntures, títulos a pagar e arrendamentos podem possuir diferenças entre os valores contábeis e os seus valores justos, por possuírem prazos alongados para a sua liquidação.

O Grupo utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Os valores justos estimados são como seguem:

		Controladora			
	Nota	31/12/2025		31/12/2024	
		Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
Passivos financeiros líquidos					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	2.403.252	2.358.844	2.161.158	1.971.081
Derivativos	24.1	40.640	40.640	13.264	13.264
Total		2.443.892	2.399.484	2.174.422	1.984.345

		Consolidado			
	Nota	31/12/2025		31/12/2024	
		Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
Passivos financeiros líquidos					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	4.570.969	4.520.588	4.190.319	4.121.066
Arrendamentos a pagar	11	1.175.863	1.175.863	1.188.726	1.188.726
Contas a pagar por aquisições	15	108.574	85.619	122.714	93.879
Derivativos	24.1	40.640	40.640	13.264	13.264
Total		5.896.046	5.822.710	5.515.023	5.416.935

(b) Hierarquia do Valor Justo

A mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros é classificada de acordo com a hierarquia definida pelo CPC 46, que reflete o grau de observância dos dados utilizados nas técnicas de avaliação:

Nível 1: valores determinados com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos, aos quais a Companhia tem acesso na data de mensuração;

Nível 2: valores determinados com base em informações de mercado observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1, incluindo, entre outros, preços de ativos ou passivos similares, taxas de juros, curvas de rendimento, spreads de crédito e volatilidades;

Nível 3: valores determinados com base em inputs não observáveis, utilizados quando não existem informações de mercado disponíveis, refletindo as premissas que participantes do mercado utilizariam na precificação do ativo ou passivo.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas adotaram o nível 2 para os derivativos, em seu reconhecimento, e para todos os empréstimos, financiamentos, debêntures e títulos a pagar, para divulgação.

POLÍTICAS

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados a valor justo. Quando não classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, incluem-se também os custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição. Os custos de transação relacionados a ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos diretamente no resultado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, momento em que o Grupo assume o compromisso de comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando expiram os direitos de receber fluxos de caixa ou quando são transferidos, desde que o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios relacionados à sua propriedade.

O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao valor justo por meio do resultado.
- Mensurados ao custo amortizado.

(i) Ativos financeiros ao custo amortizado

Ativos financeiros ao custo amortizado são ativos mantidos para recebimento dos fluxos de caixa contratuais, onde os fluxos de caixa dos ativos representam apenas pagamentos de principal e juros. A receita de juros desses ativos financeiros é registrada como receita financeira pelo método da taxa de juros efetiva. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa do ativo é reconhecido diretamente no resultado e apresentado em outras receitas (despesas). As perdas por redução ao valor recuperável são apresentadas nas despesas gerais e administrativas na demonstração do resultado. Os ativos financeiros compreendem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, empréstimos a partes relacionadas, contas a receber, direitos a receber por aquisições, depósitos judiciais e outros ativos.

(ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos que não atendem aos critérios de custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes e são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Ganhos ou perdas em um

investimento de dívida que é subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em Outras receitas (despesas), líquidos no período em que ocorrem.

Atualmente as empresas do Grupo não possuem ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Impairment de ativos financeiros

O Grupo avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, deduzidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros do Grupo incluem fornecedores, contas a pagar com partes relacionadas, empréstimos, financiamento e debêntures, contas a pagar por aquisições e instrumentos financeiros derivativos.

O Grupo classifica passivos financeiros que surgem de acordos de financiamento (risco sacado, *forfait*, e etc.) com fornecedores em Fornecedores e outras contas a pagar no balanço patrimonial se eles tiverem natureza e função semelhantes às contas a pagar. Esse é o caso se o acordo de financiamento com fornecedores fizer parte do capital de giro usado no ciclo operacional normal do Grupo, o nível de segurança fornecido for semelhante às contas a pagar e os termos dos passivos que fazem parte do acordo de financiamento da cadeia de suprimentos não forem substancialmente diferentes dos termos das contas a pagar que não fazem parte do acordo.

Os fluxos de caixa relacionados a passivos decorrentes de acordos de financiamento com fornecedores que são classificados em Fornecedores e outras contas a pagar no balanço

patrimonial individual e consolidado são incluídos nas atividades operacionais nas demonstrações dos fluxos de caixa individual e consolidado.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

25. ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

Segue o demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que podem gerar prejuízos materiais à Companhia e às suas controladas, demonstradas em cenário 1 (indexadores utilizados: Selic – 15% (divulgada pelo Banco Central), CDI – 14,90% (divulgada pela CETIP), INPC – 3,90%, IPCA – 4,26%, IGPM – - 1,04% (divulgados pelo IBGE), TJLP – 8,66% (divulgada pela IDG) e TR – 1,97% (divulgada pelo BACEN)), considerando um horizonte de 12 meses. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, portanto, a fim de apresentar 25% e 50% na variação do risco considerado, respectivamente.

Controladora						
31/12/2025						
	Indexador	Risco	Valor	Efeito no resultado		
				Cenário 1 Provável	Cenário 2 Possível (25%)	Cenário 3 Remoto (50%)
Aplicações financeiras	CDI	Alta do CDI	(492.983)	(73.454)	(91.818)	(110.181)
Empréstimos, financiamentos e debêntures (moeda nacional e estrangeira)	CDI	Alta do CDI	2.338.132	348.382	435.478	522.573
Derivativos	CDI	Alta do CDI	40.640	6.055	7.569	9.083
Exposição líquida - perda			1.885.789	280.983	351.229	421.475

		Consolidado				
		31/12/2025				
	Indexador	Risco	Valor	Efeito no resultado		
				Cenário 1 Provável	Cenário 2 Possível (25%)	Cenário 3 Remoto (50%)
Aplicações financeiras	CDI	Alta do CDI	(1.678.558)	(250.105)	(312.631)	(375.158)
Empréstimos, financiamentos e debêntures (moeda nacional e estrangeira)	CDI	Alta do CDI	4.499.618	670.443	838.054	1.005.665
Derivativos	CDI	Alta do CDI	40.640	6.055	7.569	9.083
Contas a pagar por aquisições	Média INPC/IGPM/IPCA	Alta da média	4.139	98	123	147
Contas a pagar por aquisições	INPC	Alta do INPC	40.911	1.595	1.994	2.393
Contas a pagar por aquisições	CDI	Alta do CDI	8.875	1.322	1.653	1.983
Contas a pagar por aquisições	IGPM	Alta do IGPM	1.452	(15)	(19)	(23)
Outros passivos - Bolsas PROIES a conceder	Selic	Alta da Selic	128.959	19.344	24.180	29.016
Exposição líquida - perda			3.046.036	448.737	560.923	673.106

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, efetuamos a análise de sensibilidade considerando o cenário de “alta dos indexadores”, pois é o cenário que mais nos impactaria negativamente no exercício atual por termos menos aplicações do que empréstimos e contas a pagar por aquisições.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

26. COBERTURA DE SEGUROS

É política da Companhia e de suas controladas manter cobertura de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Todas as apólices de seguros foram contratadas em sociedades de seguros do mercado brasileiro.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía apólices de seguro nas quais estão cobertos, entre outros, incêndios, alagamentos, acidentes de trabalho, danos elétricos, tumultos, quebra de vidros, equipamentos eletrônicos, roubos, queda de raios, explosões, vendaval, impacto de veículos e queda de aeronaves.

27. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - PRINCIPAIS TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA

As principais movimentações, da controladora e do consolidado, que não afetaram o caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 estão demonstradas a seguir. Ressaltamos que não são apresentadas todas as transações sem efeito caixa, mas apenas aquelas consideradas relevantes, com base nos seguintes critérios:

- Transações fora da rotina operacional regular; e/ou
- Transações não divulgadas nas demais notas explicativas.

Tais critérios visam garantir clareza e evitar duplicidade de informações, mantendo o foco nas operações que, embora não tenham impacto imediato no fluxo de caixa, representam eventos significativos para a compreensão das demonstrações financeiras.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Opção de compra de participação de acionistas não controladores	775	1.374	1.047	1.857
Realização da remuneração baseada em ações	1.008	2.026	1.008	2.026
Reflexo alteração % participação na Inspirali	-	15.783	-	15.783
Compensação Mútuo Ânima X Gama	-	-	-	25.651
Compensação dividendos x valores a receber de vendedores	-	-	-	14.325
Compensação mútuos X adiantamento para futuro aumento de capital	22.576	-	-	-
Compensação mútuos X dividendos a receber	38.591	-	-	-
Compensação UNIFG (i)	-	-	84.156	-

- (i) O valor refere-se à compensação da contraprestação pela aquisição da participação remanescente da UniFG, realizada por meio da concessão de bolsas de estudo e utilização de créditos detidos pelo Centro de Educação Superior de Guanambi (CESG) junto aos seus vendedores. Esses créditos estavam registrados como direitos a receber e foram baixados na data da conclusão da referida aquisição (nota explicativa 2.4).

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

28.1. Compra de participação minoritária - Faseh

Em 24 de fevereiro de 2026 foi celebrado o contrato de compra e venda de participação societária, onde houve a aquisição de 10.521 quotas do capital social da Faseh no montante aproximado de R\$ 45.321. A Inovattus aumentou sua participação societária na Faseh, passando de 83,90% para 94,42%. A operação é caracterizada como transação entre acionistas, uma vez que a Companhia já detinha o controle da Faseh por meio da Inovattus. A Faseh permanece sendo integralmente consolidada nas demonstrações financeiras da Ânima.

Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos da Anima Holding S.A.

Relatório Anual 2025

1. Apresentação

O presente documento tem o objetivo de apresentar os trabalhos desenvolvidos pelo Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos da Anima Holding S.A. ("Empresa") durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

2. Sobre o Comitê

O Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos ("Comitê" ou "Comitê de Auditoria") foi constituído em 17 de julho de 2019 como um órgão não estatutário, de caráter permanente, dotado de autonomia operacional e orçamentária, cuja função primordial é oferecer assessoria ao Conselho de Administração.

O Comitê de Auditoria não detém autonomia decisória, exceto em situações em que haja delegação expressa pelo Conselho de Administração ou que estejam incluídas entre os requisitos do Estatuto Social.

O Regimento Interno do Comitê de Auditoria estabelece as diretrizes de funcionamento do Comitê, bem como detalhes adicionais sobre suas atribuições listadas no Estatuto Social da Empresa. Compete ao Comitê de Auditoria as seguintes responsabilidades:

- (i) Analisar e emitir recomendações ao Conselho de Administração da Companhia em relação às estratégias, às políticas e às práticas adotadas ou a serem adotadas pela Companhia relacionadas à área de atuação deste Comitê;
- (ii) Analisar e emitir recomendações sobre o funcionamento do modelo de governança corporativa adotado pela Companhia, sua adequação e eficácia, propondo eventuais alterações necessárias ao Conselho de Administração;
- (iii) Analisar e emitir recomendações acerca da adoção de melhores práticas de governança corporativa, bem como acompanhar o processo de implementação e manutenção das práticas de governança corporativa adotadas pela Companhia;
- (iv) Analisar e emitir recomendações sobre o Estatuto Social, as políticas institucionais, a estrutura, regulamentos e funcionamento dos Comitês de Assessoramento do Conselho, assim como quaisquer outros documentos relacionados à governança corporativa da Companhia;
- (v) Acompanhar a contínua aderência da Companhia, conforme aplicável, à legislação de direito societário, de mercado de capitais e regulatória dos órgãos de fiscalização do mercado de valores mobiliários, bem como às melhores práticas de governança corporativa, com o apoio da Diretoria Jurídica e áreas de Governança Corporativa da Companhia;
- (vi) Analisar e emitir recomendações sobre a adequação das transações entre partes relacionadas, nos termos da Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflito de Interesse ("Política de Transações com Partes Relacionadas"); fazer recomendações de alterações e atualizações dessa Política, se necessário;
- (vii) Analisar e acompanhar o cumprimento da Política de Transações com Partes Relacionadas e, em caso de violação ao disposto nessa Política, recomendar ao Conselho de Administração a adoção das providências cabíveis;

(viii) Avaliar e monitorar as políticas, procedimentos e sistemas de Gerenciamento de Riscos da Companhia e recomendar melhorias e adequações necessárias;

(ix) Avaliar e monitorar a elaboração e o cumprimento das políticas, normas e procedimentos internos da Companhia (Compliance);

(x) Supervisionar atividades de implementação, disseminação, treinamento, revisão e atualização do código de conduta e do canal de denúncias, bem como da condução de apurações e propositura de medidas corretivas relativas às eventuais infrações ao código de conduta e aos dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia;

(xi) Garantir o funcionamento e idoneidade do canal de denúncias em todos os níveis e para todos os públicos da organização, assim como supervisionar a apuração e resolução adequada de todos os casos de desvios comprovados, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação;

(xii) Recomendar ao Conselho de Administração a contratação, remuneração e substituição dos serviços de auditoria independente;

(xiii) Supervisionar e avaliar as atividades dos auditores independentes e da auditoria interna, analisando, principalmente, aspectos relativos à qualidade, objetividade, independência e efetividade dos trabalhos;

(xiv) Conhecer, discutir e acompanhar o planejamento e escopo dos trabalhos a serem desenvolvidos pela auditoria independente e pela auditoria interna;

(xv) Analisar e avaliar a qualidade e integridade das informações trimestrais, demonstrações intermediárias, demonstrações financeiras consolidadas e quaisquer outros relatórios e documentos contábeis elaborados para atender as regras legais da Companhia, efetuando as recomendações que entender necessárias ao Conselho de Administração;

(xvi) Acompanhar as questões legais, tributárias, previdenciárias, trabalhistas ou quaisquer outras contingências que possam ter impacto nas demonstrações financeiras, em conjunto com a área jurídica;

(xvii) Opinar sobre outras matérias que lhe sejam submetidas pelo Conselho de Administração.

O Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos manteve sua composição de três membros independentes, todos sujeitos aos mesmos deveres e responsabilidades que os administradores da Empresa, nos termos do art. 160 da Lei nº 6.404/76. A composição atual do comitê envolve os seguintes membros:

- Coordenador: **Edgar Jabbour** (especialista contábil e financeiro)
- Conselheiro independente: **Eduardo Alvarenga**
- Conselheira: **Roberta Anchieta** até 21/05/2025
- Conselheira: **Marina Gelman** a partir de 22/05/2025.
- Secretário: **João Rezende** até 09/02/2026
- Secretário: **Mayco Santos** a partir de 10/02/2026.

3. Atividades desenvolvidas em 2025

Em 2025, o Comitê realizou 20 reuniões previstas em seu calendário anual, sendo que 4 delas realizadas de forma conjunta com o Conselho Fiscal da Empresa. O Comitê de Auditoria reporta suas atividades por meio de relatos apresentados pelo coordenador do Comitê em todas as reuniões ordinárias do Conselho de Administração que envolvem a avaliação da adequação das demonstrações financeiras intermediárias

(ITR's) e anuais, ocasião em que são prestados esclarecimentos e oferecidas as recomendações para a revisão e aprovação do Conselho quanto aos assuntos de sua competência conforme o regimento específico. As principais atividades realizadas pelo Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos no período seguem abaixo:

a. Governança

O Comitê de Auditoria revisou e recomendou a aprovação de políticas internas e de documentos legais e regulatórios da Empresa destinados ao atendimento de obrigações de conformidade. A título de exemplo, o Comitê de Auditoria apoiou o processo de elaboração do Formulário de Referência e Informe sobre o Código Brasileiro de Governança Corporativa da Empresa.

b. Auditoria Interna

O Comitê recomendou ao Conselho de Administração a aprovação do Plano Anual de auditoria interna e monitorou sua execução a partir dos relatórios periódicos encaminhados, sugerindo e aprovando adequações ao Plano e à estrutura da área, a fim de otimizar e dar mais eficácia aos trabalhos da Auditoria Interna sempre que necessário. O Comitê avaliou e discutiu os resultados e conclusões dos relatórios e atividades realizadas, em alguns casos com as respectivas áreas envolvidas, e os reportou ao Conselho de Administração.

c. Auditoria Externa

O Comitê de Auditoria se reuniu 4 vezes com os auditores externos (EY) a fim de se informar sobre: a) o plano anual de trabalho e as principais áreas de riscos, b) os trabalhos relacionados ao ambiente de controles internos, c) os trabalhos de revisão das demonstrações financeiras trimestrais e anual, e d) avaliar a qualidade dos serviços prestados, e e) assegurar sua independência no exercício de suas funções. Os resultados dos trabalhos realizados pelos auditores externos foram formalizados em seus relatórios periódicos sobre as demonstrações financeiras trimestrais e anual, com os respectivos ajustes e recomendações de melhorias, tendo sido examinadas pelo Comitê em conjunto com o Conselho Fiscal da Empresa.

d. Relatórios Financeiros

Uma das principais responsabilidades do Comitê de Auditoria é avaliar a qualidade das demonstrações financeiras da Empresa, observando os requisitos legais e regulatórios aplicáveis, bem como os padrões contábeis internacionalmente reconhecidos. Ao longo do ano, todas as reuniões incluíram a apresentação e discussão de temas relacionados ao desempenho da Empresa e ao registro adequado nas demonstrações financeiras, incluindo reuniões específicas com os responsáveis por sua preparação.

e. Riscos e Controles Internos

Os assuntos associados às áreas de Riscos Corporativos e Controles Internos da Companhia estiveram em pauta em diversas reuniões regulares do Comitê de Auditoria ao longo do ano, durante as quais os riscos críticos da Organização foram revisados e discutidos. Além disso, foram discutidas e encaminhadas as recomendações emitidas pelo auditor externo que envolvem o ambiente de controle interno da Companhia.

f. Conformidade

Durante o monitoramento da eficácia dos processos de Conformidade, o Comitê de Auditoria abordou tópicos relacionados à área em diversas reuniões regulares do ano, concentrando-se principalmente (i) no acompanhamento da evolução e atualização do programa de Ética e Integridade da Empresa (ii) na revisão de políticas globais, incluindo a política de compliance, conflito de interesses e partes relacionadas (iii) no acompanhamento das atividades do canal de denúncias, principais indicadores relacionados às denúncias registradas, bem como a aplicação de consequências, quando necessário.

4. Parecer do Comitê de Auditoria sobre as Demonstrações Financeiras Anuais

Os membros do Comitê de Auditoria da Anima Holding S.A., no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam à revisão e análise das demonstrações financeiras consolidadas da Empresa para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, juntamente com o relatório da Administração e o relatório dos Auditores Externos. Com base nas conclusões apresentadas pela Empresa e pelos Auditores Externos, o Comitê de Auditoria recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações financeiras anuais da Empresa. Este Relatório Anual do Comitê de Auditoria da Anima Holding S.A. foi preparado pelo Comitê de Auditoria e submetido à aprovação pelo Conselho de Administração em 12 de março de 2025.

São Paulo, 12 de março de 2025.

Edgar Jabbour

Coordenador do Comitê de Auditoria

Eduardo Alvarenga

Membro Independente do Comitê de Auditoria

Marina Gelman

Membro do Comitê de Auditoria



Ânima Holding S/A
Companhia Aberta
CNPJ nº 09.288.252/0001-32
NIRE nº 35300350430

ANEXO I - PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da **Ânima Holding S.A.** (“**Companhia**”), no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Companhia, acompanhadas do Relatório da Administração e do Relatório dos Auditores Independentes, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Com base nos exames efetuados, nas informações e nos esclarecimentos prestados pela Administração e pelos Auditores Independentes e, considerando, ainda, o relatório emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda, sem ressalvas, os membros do Conselho Fiscal opinam, por unanimidade, que tais documentos se encontram em condições de serem submetidos à aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas.

Registram, por fim, que a proposta de destinação do resultado do exercício e o orçamento de capital não haviam sido submetidos ao Conselho Fiscal até a data deste parecer, motivo pelo qual o Conselho Fiscal se manifestará oportunamente sobre tais matérias, quando de sua apresentação formal pela Administração.

São Paulo, 12 de março de 2026.

Carla Alessandra Trematore
Presidente

Raquel Wille Sarquis
Conselheira

Orestes Fontana Romeiro
Conselheiro



A Companhia informa que a Administração está elaborando a proposta de orçamento de capital, a qual será oportunamente submetida aos órgãos competentes.



Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os Diretores da companhia declaram que revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras.



Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os Diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores Independentes